



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

ISSN 1809-2632

R. Bras. Intelig.	Brasília, DF	v. 2	n. 3	p. 1-131	set. 2006
-------------------	--------------	------	------	----------	-----------

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Ministro Jorge Armando Felix

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

Diretor-Geral Márcio Paulo Buzanelli

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Secretário Wilson Roberto Trezza

Comissão Editorial da Revista Brasileira de Inteligência

Ana Beatriz Feijó Rocha Lima e Maria Cristina Moraes Pereira (CGBMI) - Coordenação;
Edílson Fernandes da Cruz e Eliete Maria de Paiva (Esint); Gecy Tenório de Trancoso (Acom);
Orlando Alvarez de Souza e Olívia Leite Vieira (DI); Glauco Costa de Moraes (DA)

Jornalista Responsável

Gecy Tenório de Trancoso – DRT DF 10251/92

Capa

Wander Rener de Araujo e Carlos Pereira de Sousa

Editoração Gráfica

Jairo Brito Marques

Revisão

Lúcia Penha Negri de Castro; Caio Márcio Pereira Lírio; Luiz Cesar Cunha Lima

Catálogo bibliográfico internacional, normalização e editoração

Coordenação-Geral de Biblioteca e Memorial de Inteligência – CGBMI/SEPC

Disponível em: <http://www.abin.gov.br>

Contatos:

SPO Área 5, quadra 1, bloco K

Cep: 70610-905 Brasília – DF

Telefone(s): 61-3445.8164 / 61-3445.8427

E-mail: revista@abin.gov.br

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares.

Impressão

Gráfica – Abin

Os artigos desta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Abin.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Brasileira de Inteligência / Agência Brasileira de Inteligência.

– Vol. 2, n. 3 (set. 2006) – Brasília : Abin, 2006 -

Quadrimestral

ISSN 1809-2632

1. Atividade de Inteligência – Periódicos I. Agência Brasileira de Inteligência.

CDU: 355.40(81)(051)

SUMÁRIO

 Editorial	5
Inteligência ou informações? Fernando do Carmo Fernandes	7
Abordagem fenomenológica e metodologia de produção do conhecimento Guilherme Augusto Rosito	23
Perfil do profissional de Inteligência Michelle Montenegro Studart Teixeira	29
Consolidação da ordem democrática na Inteligência brasileira Gibran Ayupe Mota	45
Inteligência de segurança pública Josemária da Silva Patrício	53
Meritocracia no serviço público Glauco Costa de Moraes	59
Cooperação/interação dos serviços de Inteligência Valentin V. Kiorsak	71
 Mosaico da Abin	
Proteção do conhecimento – uma questão de contra-inteligência de Estado Isabel Gil Balué e Marta Sianes Oliveira do Nascimento	83

Pronabens – competitividade e lucratividade para as empresas

Coordenação-Geral de Economia, Ciência e Tecnologia/DI.. 95

 **Resumo**

The puppet masters.

Helio Maciel de Paiva Neto 103

 **Caso histórico**

A verdade sobre Mata Hari 111

 **Livros recomendados 119**

 **Cartas do leitor 125**

 **Normas editoriais da Revista Brasileira de Inteligência ... 127**

 **Editorial**

Todo começo pressupõe mudança, rompimento com uma situação de inércia.

Iniciar um projeto editorial é um trabalho árduo. Mas, com muita vontade e garra, iniciamos o processo de edição da Revista Brasileira de Inteligência. Por isso, é bastante gratificante constatar que a revista já está em seu terceiro número.

Esta edição reúne várias contribuições interessantes para nossa reflexão. Há diferença entre Inteligência e informação? Estarão as instituições de Inteligência fazendo Inteligência realmente? Outro artigo aborda a necessidade de o profissional de Inteligência estar consciente sobre seus processos de formação de raciocínio para realizar a produção do conhecimento. Acrescentando a esta contribuição, há uma análise sobre o perfil dos profissionais de Inteligência e os requisitos necessários para a sua atuação. A legislação que rege a atividade de Inteligência no País também foi objeto de reflexões, uma vez que tem o desafio de oferecer suporte ao trabalho da Inteligência, preservando os valores democráticos e a necessidade de ampliação da segurança do Estado e da sociedade, sem supressão das liberdades individuais. Sob outro aspecto, mas ainda no campo legal, é abordado o tema Inteligência x Segurança Pública, através do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp). O desenvolvimento e aplicação de sistemas de mérito no âmbito da administração pública é proposto para ampliação da motivação funcional. As questões relativas à cooperação entre os serviços de Inteligência também estão presentes nesta edição.

A Revista também apresenta a oportunidade de conhecer, com maiores detalhes, dois programas desenvolvidos pela Abin: Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens

Sensíveis (Pronabens) e Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC). Com o propósito de atizar a curiosidade dos leitores, foram selecionados alguns títulos, já disponíveis nas livrarias, além do resumo do livro *Puppet Masters*. Na seção Caso Histórico, foi revisitada a história da célebre espiã Mata Hari.

Finalizando, agradecemos a todos os colaboradores que encaminharam textos para apreciação, bem como aos pareceristas *ad hoc*, pelas críticas e sugestões que contribuíram para o refinamento das idéias apresentadas neste número. Manifestamos, ainda, nosso reconhecimento a toda a equipe da Revista e aos nossos leitores.

Todo o carinho e o incentivo recebidos nos ajudam a perseguir o objetivo primeiro, que é o de compartilhar e, por que não, provocar reflexão sobre a atividade de Inteligência.

INTELIGÊNCIA OU INFORMAÇÕES?

Fernando do Carmo Fernandes
Abin

“Muitas pessoas passam a vida toda num setor de atividades, sem tentar compreender a filosofia básica dessa atividade, ou explorar suas possibilidades máximas, ou nem, sequer pensar na solução dos problemas que lhes permitisse tornar os próprios pontos de vista mais claro.

Quem deixa de pensar sobre o próprio setor de responsabilidade, e de pensar sobre o que o cerca, desperdiça, com certeza, o prazer de satisfações profundas e, provavelmente, realiza menos do que poderia realizar de outra forma”.

Washington Platt

1 Introdução

Após o atentado de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, não tardou para que a atividade de Inteligência passasse a ser tema de calorosos embates sobre sua importância, sua necessidade, sua eficácia e sobre a legalidade de seus métodos.

No Brasil, em particular, assistiu-se a uma proliferação de unidades de Inteligência, nas mais diversas estruturas do Estado. Expertos, das mais diversas áreas, passaram a discorrer sobre a necessidade de dotar essa ou aquela instituição de um Serviço de Inteligência.

As soluções para o esclarecimento de todos os ilícitos e ameaças correntes “passaram a depender” das muitas unidades de Inteligência, criadas no âmbito da Segurança Pública e nas estruturas de fiscalização e controle do país.

No entanto, as práticas adotadas, a partir de então, têm deixado de levar em consideração aspectos relevantes da doutrina – mundialmente reconhecida – seja na estruturação das unidades responsáveis por “fazer Inteligência”, seja nos conhecimentos por elas produzidos, seja na orientação de seus trabalhos inerentes.

Afinal, essas unidades de Inteligência estão fazendo Inteligência realmente? Ou estão, se valendo de informações para consecução de seus objetivos imediatos, tornando-se apenas unidades de investigação e de produção de informações?

2 Inteligência – entendimento necessário

Para responder a esse questionamento, é necessário o entendimento sobre o que significa “Inteligência”.

O termo Inteligência encerra tríplice aspecto:

- a. atividade;
- b. produto dessa atividade;
- c. unidade organizada para realizar tal atividade (órgãos, departamentos, núcleos, seções, etc).

Vale ressaltar que, no Brasil, durante muito tempo, empregou-se o vocábulo “Informações” no lugar de “Inteligência”, o que repercutiu, conseqüentemente, nas traduções da época. Só em 1990, após a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) e a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), é que o País passou a adotar o termo “Inteligência”.

Por ocasião de tal adoção, foi entendido que ‘Informações’ estava associado a acontecimentos passados, a fatos jornalísticos, à coisa já acontecida. Empregar ‘Inteligência’ agregaria o conhecimento prospectivo, a antevisão de como uma situação evoluiria no futuro. (“INFORMAÇÕES” por “Inteligência”, 2003, p. 1)

2.1 A Atividade de Inteligência

Historicamente, a atividade de Inteligência surgiu e desenvolveu-se como um instrumento de assessoramento às estratégias¹ militares, passando a ser utilizada, mais tarde, como instrumento de Estado.

É uma atividade especializada, permanentemente exercida, com o objetivo de produzir “informação acionável” – Inteligência – de interesse de determinada organização, além da salvaguarda dessa informação contra ações adversas de qualquer natureza (MARCIAL, 2005, p. 243).

O Manual de Inteligência do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) define tal atividade como sendo um instrumento de Estado, para assessoramento das autoridades governamentais **no planejamento, na execução e no acompanhamento das políticas de Estado**, cabendo à ABIN, órgão central do SISBIN,

[...] em coordenação com os órgãos integrantes do Conselho consultivo do Sistema, elaborar e executar o Plano Nacional de Inteligência (PLNI), de **abrangência estratégica**, cujo propósito é a manutenção do fluxo sistemático de conhecimentos necessários ao Processo Decisório Nacional. (SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA, 2004, p. 42, grifo nosso)

2.2 O produto Inteligência

O produto Inteligência é resultante de um processo metodológico próprio, que tem por finalidade prover um determinado usuário de um conhecimento diferenciado, auxiliando no processo decisório.

¹ **Estratégia** – arte de coordenar a ação das forças militares, políticas, econômicas e morais implicadas na condução de um conflito ou na preparação da defesa de uma nação; arte de aplicar com eficácia os recursos de que se dispõem ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfrute, visando ao alcance de determinados objetivos (HOUAISS, 2001).

Informações (*Intelligence*) é um termo específico e significativo, derivado da informação, informe, fato ou dado que foi selecionado, avaliado, interpretado e, finalmente, expresso de forma tal **que evidencie sua importância para determinado problema de política nacional corrente.** (PLATT, 1974, p. 30, grifo nosso)

Para CLAUSER & WEIR (1975, p. 34-35),

[...] as Informações são constituídas de informes avaliados. São produzidas a fim de que os **planejadores e formuladores da política** possam tomar decisões efetivamente acertadas. Em sua maior parte, as Informações estratégicas — o tipo de Informações exigidas para ser usada em nível nacional e internacional — são utilizadas na elaboração de **planejamento estratégico.** (grifo nosso)

Sendo tal produto essencial para a formulação da política nacional, deve ser tratado com grau de sigilo adequado. Seu conhecimento e manuseio devem ser restritos somente às pessoas que tenham necessidade de utilizá-lo.

2.3 Unidade organizada para realizar a atividade de Inteligência

São unidades formadas com pessoal especializado, ajustados ao caráter específico e sensível da atividade e orientados à produção de conhecimentos oportunos, amplos e precisos, para a autoridade decisora, de acordo com a orientação estratégica da instituição ou organização a que pertença.

Além de seu caráter especializado, a unidade de Inteligência tem como principal característica o sigilo com que conduz suas rotinas.

Por isso, é preciso ressaltar que o diferencial na estruturação destas unidades são seus recursos humanos. A adoção de um criterioso processo seletivo, na designação de pessoas que comporão tais unidades, é de suma importância.

Possuir apenas instinto natural para exercer a atividade de Inteligência não é o bastante. Esse profissional deverá, além de

treinamento específico e continuado, possuir, em alto grau, atributos como lealdade, comprometimento, responsabilidade, discrição e imparcialidade, além dos atributos específicos necessários para o desempenho das tarefas afins, como flexibilidade de raciocínio, iniciativa, capacidade de trabalho em grupo, capacidade de análise, perseverança, capacidade de síntese entre outros.

Outro fator relevante no desenvolvimento do trabalho específico desse profissional é a continuidade de seu trabalho ao longo do tempo, garantindo a ele aperfeiçoamento, por meio da experiência acumulada, e a sua organização, um produto de crescente qualidade.

3 Conhecimento, Informação e Inteligência – bases conceituais

Ainda na tentativa de responder ao questionamento inicial – as recém-criadas unidades de Inteligência estão produzindo Inteligência ou Informações? – é preciso estabelecer as bases conceituais em que se dará a argumentação.

Conhecimento de Inteligência é o resultado da aplicação da metodologia para a Produção do Conhecimento sobre um conjunto de dados², processados ou não, pertinentes a determinado assunto de interesse da atividade de Inteligência. (BRASIL, 1995, 1ª parte, p. 3-1)

O produto desse processo poderá ser uma **Informação** ou **Inteligência**.

O conhecimento “Informação” é definido como uma série de dados organizados de um modo significativo, analisados e processados. Agregamos valor a esse produto avaliando sua pertinência, qualidade, confiabilidade e relevância, e integrando-o a um saber anterior. A partir desse trabalho, elabora-se um quadro da situação que gera hipóteses, sugere soluções, justificativas de sugestões, críticas de argumentos.

² Dados são a forma primária de informação. São fatos, tabelas, gráficos e imagens, etc. que não foram processados, correlacionados, integrados, avaliados ou interpretados e sem qualquer sentido inerente em si mesmos. (SIANES, 2005, p. 259)

Na definição de Vaitsman (2001, p.18):

Informação significa fenômeno conhecido, fato, dado ou acontecimento, algo que está estritamente ligado ao passado e não ao futuro. Na verdade, o que se espera da informação é um quadro de conhecimentos coerentes, um mosaico panorâmico que mostre como os fenômenos idênticos se desenvolveram no passado.

Assim, “Informação” é a matéria-prima para a produção de “Inteligência”. Relaciona-se com fatos presentes ou passados e deve expressar o estado de certeza. É utilizada em apoio ao processo de tomada de decisão, particularmente em decisões pontuais ou de nível tático-operacional.

Já “Inteligência” é um conhecimento que prescinde da oportunidade. Deve conjecturar sobre aspectos de um evento antes que este se realize.

São informações processadas por um conjunto de estratégias, utilizadas para captá-las, avaliá-las, combiná-las e utilizá-las de forma eficaz, em decisões e ações necessárias... para o **alcance de objetivos preestabelecidos. É uma síntese de conhecimentos que se utiliza, inclusive, do julgamento e da intuição. Visa à antecipação e à previsão.** (SIANES, 2005, p. 259, grifo nosso)

Platt (1974) enfatiza que a Inteligência busca o significado, o sentido do fato.

Outros segmentos têm demonstrado igual entendimento doutrinário sobre o conhecimento Inteligência.

Na concepção do Corpo de Fuzileiros dos Estados Unidos:

A Inteligência que não é acionável ou não proporciona o potencial para ações futuras é inútil [...]. A boa Inteligência não repete simplesmente informações reveladas por fontes. Ao contrário, ela desenvolve uma gama de material que nos diz o que aquela informação significa e identifica suas implicações para os tomadores de decisão. (ESTADOS UNIDOS, 1997, p. 7,8)

Em seu manual de campanha “FM100-6 Information Operations”, o Exército estadunidense, orienta que: “a Inteligência auxilie na redução das incertezas, eliminando informações que não são relevantes para o tomador de decisão”. (ESTADOS UNIDOS, 2001, cap. 4, p. 3)

Com a ampla disseminação da atividade de Inteligência Competitiva (IC) nas atividades empresarias, o assunto Inteligência empresarial passou a ser abordado também nos meios acadêmicos³, aumentando e aprofundando o espectro de discussão sobre o tema.

A despeito de estar totalmente voltada para o ambiente dos negócios, os conceitos originais de IC permanecem os mesmos desenvolvidos e adotados pela Inteligência de Estado: é a ferramenta de apoio à decisão, assessora o planejamento estratégico, trabalha de forma prospectiva.

Na definição apresentada por Gomes & Braga (2001, p. 28), temos que:

Inteligência Competitiva é o resultado da análise de dados e informações coletados do ambiente competitivo da empresa que irão embasar a tomada de decisão, pois **gera recomendações que consideram eventos futuros** e não somente relatórios para justificar decisões passadas. (grifo nosso)

4 Planejamento Estratégico e orientação para o futuro – o alcance da Inteligência

Do exposto até aqui, vimos que a atividade de Inteligência deve subsidiar os planejadores e formuladores de políticas, com conhecimentos de “alto nível”, na elaboração do “Planejamento Estratégico”, orientando ações que auxiliem o atendimento da Política Nacional.⁴

³O assunto Inteligência Competitiva já faz parte do currículo de diversos cursos de Administração e de Marketing, além de alguns cursos de especialização em Planejamento estratégico para empresas.

⁴Segundo definição do Pensamento Estratégico da Escola Superior de Guerra (2003), Política Nacional é a busca e a satisfação de necessidades, interesses e aspirações de uma Nação – seus Objetivos Nacionais.

Sherman Kent (1967, p. 17) diz que “se emprega ‘informação de alto nível’ para excluir o que é designado por informações operacionais, informações táticas e informações de combate”.

O planejamento estratégico, como todas as formas de planejamento, deve basear-se em conhecimentos. Conhecimentos sobre estratégias, potencialidades e vulnerabilidades daqueles países ou grupos que possam ameaçar a consecução dos Objetivos Nacionais do país.

Outro aspecto que se torna significativo no entendimento do produto Inteligência é que ele está orientado para o futuro.

Todas as formas de informações têm um vivo interesse pelo futuro. Nas informações⁵ de combate, o interesse está sempre no futuro imediato, ao passo que nas Informações Estratégicas a ênfase está numa faixa mais ampla de futuro. (PLATT, 1974, p. 247)

Uma vez que o futuro pode trazer significativas mudanças, em termos de tecnologia, meio ambiente, segurança, relações comerciais ou políticas, é cada vez mais necessário tentar especular sobre o futuro com maior profundidade, em horizontes de décadas à frente.

Em muitas informações cuja ‘referência’ menciona o presente, é o futuro imediato que, na realidade, está interessando, mais que o próprio presente. Evidentemente, todo planejamento visa ao futuro. (Ibid., 1974, p. 247)

Neste entendimento, diz Schwien (apud PLATT, 1974, p. 247): “A idéia do ‘que é’ teria pouca importância, não contivesse em embrião a idéia do ‘que será’”; e Rapoport (Ibid, p. 247) exprime: “O presente (passado acumulado) influi no futuro”.

Para Clark (1996, p. 163), descrever o que aconteceu é história escrita. A análise de Inteligência de alto nível – o produto desejado por decisores políticos e executivos – requer uma forma estruturada de pensamento que resulte em “previsão” daquilo que é provável acontecer.

⁵ "Informações", aqui, significa “Inteligência”, como já foi explicado anteriormente neste trabalho.

Uma previsão busca identificar novos atores que poderão atuar e os possíveis efeitos de suas atuações. Assim, o sucesso na previsão daquilo que é provável que aconteça e a eficiência da estimativa⁶ decorrente dependerão da adoção, por parte do analista, de uma metodologia prospectiva de eficácia comprovada e do estudo do problema de forma multidisciplinar.

Esta “previsão” deve basear-se na construção de cenários prováveis, o que possibilitará a identificação de novos atores, acompanhar suas trajetórias, imaginar eventos prováveis, as interdependências entre os atores e entre estes e os eventos.

Com a elaboração de cenários, pode-se, ainda, identificar fatores críticos em qualquer evolução de situação, possibilitando a antecipação aos fatos, e permitindo minimização de uma possível ameaça ou a exploração, ao máximo, de uma oportunidade potencial. É o que se chama **construir o futuro**.

Uma metodologia de previsão requer analistas que tenham significativo nível de conhecimento multidisciplinar. Daí a importância da seleção e do processo de formação e treinamento daquele que integrará os quadros de uma unidade de Inteligência.

5 Níveis de decisão e níveis de conhecimento

Como já exposto, a tomada de decisão se vale de conhecimentos. Estes podem ser de diferentes tipos, naturezas e níveis. Os níveis de decisão correspondem à amplitude das ações planejadas e perpetradas e a seu alcance no tempo, seja de duração seja de projeção. Por isso, a cada nível de decisão corresponde um nível de conhecimento necessário.

⁶ Estimativa é o conhecimento resultante de raciocínios elaborados por profissional de Inteligência e que expressa opinião sobre a evolução futura de um fato ou de uma situação. (SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA, 2004, p. 29)

Às decisões de nível tático-operacional corresponderiam conhecimentos de nível tático-operacional – Informações – e às decisões de nível estratégico, conhecimentos de nível estratégico – Inteligência.

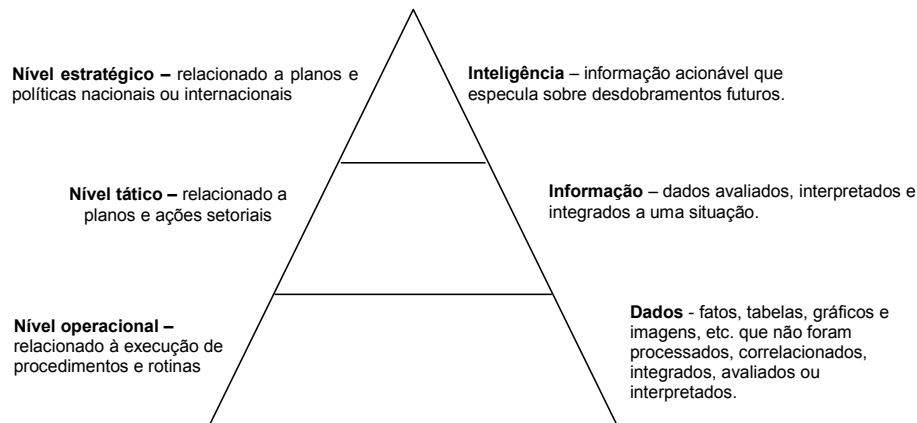


Fig. 1 - Hierarquia do nível de decisão/ação e do conhecimento associado

Conhecimento de nível tático-operacional é o conhecimento requerido para subsidiar as ações dos órgãos/unidades operacionais, em cumprimento a diretrizes de um plano maior (o plano estratégico).

Conhecimento de nível estratégico é o conhecimento requerido para a formulação de planos e políticas no nível nacional ou internacional, referente ao Estado, ou a uma instituição ou organização.

Ou seja, organizações/unidades de nível tático-operacional não produzem conhecimentos de nível estratégico e raramente se valem de conhecimentos estratégicos para suas ações, seja de coleta/busca, seja na execução de uma tarefa específica em sua área de atuação (Ex.: desbaratamento de um seqüestro, de uma fraude ou esclarecimento de ilícito de qualquer natureza). Estas unidades/organizações, em termos de produção de conhecimento, na realidade elaboram e utilizam Informações.

Dessa forma, se as ações táticas não forem a extensão de ações estratégicas, se não estiverem respondendo a uma demanda de um planejamento estratégico, podemos afirmar que são ações particulares e que se encerram em si.

6 Unidades de Inteligência – os trabalhos pontuais

Quando determinado órgão diz que “fez Inteligência”, no desbaratamento de ações ilícitas – seja de que natureza for –, “dando por encerrado um caso”, está cometendo um equívoco, pois o fato delituoso já aconteceu – passado – e a ação, normalmente, desconectada de um contexto de nível estratégico, descaracteriza o que se entende por Inteligência.

Estas ações foram subsidiadas por informações e geraram informações – pois estão no nível tático-operacional. O referido órgão/unidade realizou investigações⁷ na tentativa de obter o máximo de dados possíveis para subsídio do planejamento de suas operações.

As investigações levadas a efeito por esses órgãos se aproximam da Inteligência ao se valerem de técnicas especializadas, oriundas da atividade operacional de Inteligência – vigilâncias, monitorações eletrônicas, recrutamento, etc. Mas, ao se situar no nível tático-operacional, o conhecimento produzido estará no nível informação.

Outro aspecto relevante é que, para a utilização do produto final da Inteligência (subsídio a uma decisão de alto nível), não se requer prova material. Ao contrário, órgãos de segurança, de fiscalização e de controle do Estado só experimentarão o sucesso em suas atribuições de repressão a ilícitos se obtiverem tais provas.

⁷**Investigação** – averiguação sistemática de algo; apuração; conjunto de atividades e diligências tomadas com o objetivo de esclarecer fatos ou situações de direito.

E mais, sendo a Inteligência uma atividade de assessoramento estratégico, suas ações e resultados devem primar pela discricção e sigilo, obedecendo a outro princípio que a rege: a salvaguarda destas ações e resultados. Daí porque deve se evitar, ao máximo, exposições midiáticas desnecessárias e incompatíveis com a natureza de seu trabalho.

7 Conclusão

O propósito deste trabalho não foi dizer que unidades de Inteligência dos órgãos de Segurança Pública e das outras estruturas de fiscalização e controle do Estado não possam fazer Inteligência.

Isso acontecerá quando suas ações estiverem integradas e orientadas pela política de sua área de atuação, respondendo a seus objetivos estratégicos (exemplo: órgãos de segurança realizando ações pró-ativas, orientadas pelo Plano Nacional de Segurança; órgãos de fiscalização e controle, também com medidas pró-ativas, atendendo às demandas de um planejamento estratégico correspondente) ou obedecendo às diretrizes do Plano Nacional de Inteligência. Aí sim suas ações tático-operacionais estariam contribuindo e estariam de acordo com um plano de alcance maior, um plano estratégico.

A doutrina de Inteligência é universal, na medida em que suas definições, características e metodologias são reconhecidas e praticadas por países que se valem desta atividade para o planejamento e consecução de seus objetivos estratégicos.

Ao apresentar conceitos universalmente conhecidos e aceitos, referente ao significado da Inteligência, em seus tríplices aspectos e o que a distingue de Informação, objetivou-se mostrar que existe certa impropriedade na utilização do termo Inteligência para trabalhos que são reativos e tão somente investigativos, culminando com ações limitadas no tempo e no espaço, e cujo produto nem sempre responde às necessidades de decisores estratégicos.

Fazer Inteligência não é simplesmente descobrir quem cometeu um ilícito – independente de sua natureza – ou quando este se dará. A atividade de Inteligência busca o entendimento sobre ações futuras e, principalmente, sobre o que isso significará, de forma isolada ou conjugada com outras situações semelhantes ou até diferentes.

Doutrina não é dogma. A doutrina de Inteligência objetiva orientar a melhor forma de se atender a necessidade de conhecimentos relevantes e estratégicos para a tomada de decisões estratégicas. Logicamente, por não ser dogma, deverá adequar-se às mudanças contemporâneas – como o surgimento de novas oportunidades e formas de ameaças.

O risco não está em “adequar-se à mudanças”, mas em querer flexibilizar a atividade de Inteligência. Embora flexibilidade seja um atributo extremamente importante e desejável para o profissional de Inteligência, o risco aqui é cometer distorções. Distorções nas ações, no entendimento da missão, no produto elaborado. Distorções no papel da atividade.

O Brasil possui metas a alcançar – seus Objetivos Nacionais. É hora de dar um salto de qualidade e transformar as informações, até agora produzidas, em Inteligência. Só assim poderemos “construir” um futuro de menos incertezas e mais segurança, desenvolvimento e paz social.

Referências

- BEUREN, Ilse M. **Gerenciamento da informação**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **IP 30-1 A atividade de Inteligência militar**: 1ª Parte: Conceitos básicos. Brasília, DF: EGCF, 1995.
- CLARK, Robert M. **Intelligence analysis: estimation and prediction**. Baltimore: American Literary Press, 1996.
- CLAUSER, Jerome K.; WEIR, Sandra M. **Metodologia de pesquisa em Informações**. Washington, D.C.: Defense Intelligence School, 1975.
- DUTRA, Eduardo Amadeu. Gestão da Informação e do conhecimento. In: **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: UnB, 2001. p. 111-142.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Army. Headquarters. **FM100-6 information operations**. 1996. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm100-6/index.html>>. Acesso em: 03 mar. 2001.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps . **The nature of Intelligence**. Washington, DC, 1997. (Marine Corps Doctrinal Publication (MCDP), 2).

GOMES, Elizabeth; BRAGA, Fabiane. **Inteligência competitiva: como transformar informações em um negócio lucrativo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

“INFORMAÇÕES” por “Inteligência”. Razões da mudança. **A Lucerna**: boletim informativo da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx). Brasília, ano 1, n. 10, p. 1, nov. 2003.

KENT, Sherman. **Informações estratégicas**. Tradução: Cel Hélio Freire. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

MARCIAL, Elaine. O perfil do profissional de Inteligência competitiva. In: **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 242-254.

MARRIN, Stephen. **Homeland security and the analysis of foreign Intelligence**. [S.l.]: Markle Foundation Task Force on National Security In the Information Age, 2002. Disponível em: <http://markletaskforce.org/documents/marrin_071502.pdf>. Acesso em 13 maio 2006.

OLIVEIRA, L. S. Porto. **A história da atividade de Inteligência no Brasil**. Brasília: Abin, 1999.

PLATT, Washington. **Produção de Informações estratégicas**. Tradução: Maj. Álvaro Galvão Pereira e Cap. Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Livraria Agir Editora, 1974.

PLATT , Washington. **Strategic Intelligence production: basic principles**. New York: University Place, 1957.

ROEDEL, Daniel. Estratégia e Inteligência competitiva. In: **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SÊMOLA, Marcos. Gestão da segurança da Informação. In: **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SHAKER, Steven M.; GEMBICKI, Mark P. **War room guide to competitive intelligence**. NEW YORK: Mc Graw-Hill Books, 1998.

SIANES, Marta. Compartilhar ou proteger conhecimentos? In: **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 255 – 270.

SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA. Conselho consultivo. **Manual de Inteligência**: doutrina nacional de Inteligência: bases comuns. Brasília, DF: Abin, 2004. 44 p.

SUIÇA. Département Federal de la Défense, de la Protection de la Population et des Sports. **Les services de renseignement suisses**. Berna: DDPS, 2004. Disponível em: <http://www.vbs.admin.ch/internet/vbs/fr/home/documentation/publication/snd_publ.ContentPar.0003.DownloadFile.tmp/br_SRS_f.pdf>. Acesso em 13 maio 2006.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

VAITSMAN, Hélio S. **Inteligência empresarial: atacando e defendendo**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2001.

ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA E METODOLOGIA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Guilherme Augusto Rosito
Abin

Articulação teórica

A fenomenologia tem sido utilizada como filosofia de base para a realização de pesquisa aplicada em diversos campos, especialmente nas ciências humanas. Amatuzzi (2001) classifica a pesquisa de base fenomenológica como “pesquisa de naturezas”, ou seja, a investigação da essência íntima dos fenômenos tal como se apresentam à experiência do pesquisador. Essa experiência tem papel central na abordagem fenomenológica, uma vez que seu método baseia-se no caráter indissociável da relação sujeito-mundo. Para Holanda (2001, p. 37), esta abordagem vai mais além, representando, na construção do conhecimento humano, a “superção da dicotomia homem-mundo”. A pergunta básica que o assim chamado fenomenólogo faz é “o que é” o objeto estudado para, depois, perguntar “como me relaciono com ele” e, só então, construir um conceito inteiramente novo, a partir dessa relação vivenciada (o fenômeno).

Husserl (Apud HOLANDA, 2001) descreve o método fenomenológico como um “retorno às coisas mesmas”, a suspensão de todos os postulados e idéias concebidas *a priori* visando à reconstrução do pensamento, fundadas no contato entre pesquisador e objeto. Desta forma, cada tema é estudado em seu caráter único, descrito criteriosamente como se ocorresse pela primeira e última vez em toda a história. A teoria é analisada e desconstruída pela redução fenomenológica para depois ser reestruturada a cada novo experimento. A situação de pesquisa

qualitativa (em que se enquadra o método fenomenológico) pode ser descrita como um campo no qual “observador e observado não são destacados, mas inter-atuantes” (HOLANDA, 2001, p. 39). Pode-se concluir que, para a fenomenologia, os eventos são parecidos e nunca exatamente iguais na mesma medida em que o próprio ser humano é impermanente.

Uma vez pesquisado, determinado assunto agrega novos elementos ao pensamento de seu observador e, portanto, o modifica. Mudado seu modo de pensar, o pesquisador já não concebe aquele tema da mesma forma e, assim, já não é capaz de estabelecer uma relação exatamente igual à do experimento original. Não se podendo repetir a relação sujeito-objeto, é forçoso afirmar que seria impossível a reprodução exata de qualquer situação de pesquisa, o que ressalta a importância da descrição do fenômeno e o caráter vivo e mutável dos postulados teóricos.

Numa visão fenomenológica da Metodologia de Produção de Conhecimentos, os chamados estados da mente perante a verdade podem ser descritos como o tipo de experiência vivida pelo analista de Inteligência no contato com o fenômeno acompanhado. Assim sendo, os fatos analisados não podem ser dissociados daquele que produz o conhecimento. Quando a mente posiciona-se perante a verdade, o que de fato ocorre é um processo ativo de auto-regulação entre uma pessoa, seus conhecimentos pré-existentes (*a priori*) e um novo fato que se apresenta. O quanto essa pessoa conhece o que já viveu, o que sente, e o vocabulário de que dispõe, estão entre as variáveis inerentes ao processo de produção de um Conhecimento acerca desse novo fato. O Relatório de Inteligência traz consigo o dado, agregando a este as experiências distintas do observador (a fonte, o agente operacional) e do analista, transferindo-as para o processo decisório do usuário final.

Tal raciocínio, longe de sugerir a impossibilidade de se produzir conhecimentos fidedignos, reforça a importância de se obter o máximo grau de excelência nos processos de capacitação e nas

condições de atuação do oficial de Inteligência. Richardis e Heuer (1999) dizem que os analistas de Informações devem estar conscientes sobre seus processos de formação do raciocínio. Segundo os mesmos autores, analistas “devem pensar sobre como eles fazem julgamentos e chegam às conclusões e não apenas nas próprias conclusões e julgamentos isolados” (Ibid., 1999, p. 33). Assim sendo, se realizar o processo de produção de Conhecimentos pode ser descrito como reduzir fenomenologicamente o fato acompanhado, a capacidade de realizar essa redução deve fazer parte das competências básicas deste profissional. Passa a existir, portanto, a necessidade de assimilação de atitudes inerentes aos pesquisadores de orientação fenomenológica: a auto-observação, auto-análise, percepção *a priori* e a capacidade de empatia com o tema acompanhado. Competências que podem ser potencializadas por meio de ações de desenvolvimento orientadas aos aspectos atitudinais dos aspirantes à carreira de Inteligência.

Aplicação Prática: a formação do profissional de Inteligência

Nos cursos de formação profissional da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) encontramos um exemplo de atendimento dessa necessidade de formação de uma, assim chamada, visão fenomenológica. É fato conhecido que os cursos de média e longa duração da Escola de Inteligência (Esint) possuem atividades voltadas para o desenvolvimento de atitudes, realizadas de modo complementar aos conhecimentos e habilidades ensinados nas aulas. A responsabilidade pelo processo é de equipe de Psicologia, que acompanha os alunos visando a potencializar o aproveitamento da situação de ensino-aprendizagem. As atividades realizadas pela equipe incluem dinâmicas de grupo, planejadas segundo cada assunto abordado nos cursos acompanhados.

Por exemplo, no módulo de Planejamento de Operações de Inteligência, é realizada uma dinâmica em que os grupos devem entregar, por escrito, o projeto de uma imaginária torre de telecomunicações. Depois, os projetos são trocados e cada grupo deve

construir (com palitos de picolé e materiais de escritório) a maquete da torre do grupo vizinho. O detalhe é que, durante o planejamento, os grupos não sabem que os projetos serão trocados e, assim, ficam evidenciadas algumas falhas de comunicação muito comuns que, em ambiente real, poderiam colocar a perder todos os esforços empreendidos na busca de um dado. Após a construção das maquetes a situação vivenciada é discutida e sentimentos e percepções são compartilhados, traçando-se um paralelo com a atuação do oficial de Inteligência.

Este tipo de atividade, por simples que pareça, é uma ferramenta de grande eficácia na aprendizagem de objetivos de ensino do chamado “Domínio Afetivo”, ou seja, a dimensão da competência formada pelos valores, atitudes e tendências emocionais (BLOOM et al., 1972a, 1972b, citado por RODRIGUES JR., 1997). A experiência com o uso de dinâmicas de grupo demonstra que, exposto a um contexto em que são necessárias determinadas atitudes, o sujeito é levado a demonstrá-las ou a perceber sua falta. Essa consciência tende a ser mais completa que aquela alcançada com a simples instrução verbal (sala de aula).

É notório que as dinâmicas de grupo conseguem mobilizar, de modo mais completo, as dimensões do sujeito (afetiva, cognitiva e psicomotora) e, desta forma, criar o ambiente favorável à assimilação da nova atitude. Esse método de ensino encontra paralelo com a fenomenologia na medida em que valoriza a experiência vivida, como ponto de partida para a construção do conhecimento (o processo de formação do profissional). Ao criar um contexto - problema no qual o grupo de alunos está inserido, o psicólogo impede o distanciamento entre sujeito e objeto, estimulando a interação entre os membros, a experiência intelectual e emocional do problema e a auto-observação, nos níveis individual e grupal. Desta forma, a resolução do problema passa, forçosamente, a ser uma solução coletiva, onde manipular os elementos do desafio equivale a construir um relacionamento grupal, cuja matriz será refletida no produto final do trabalho. A dinâmica de grupo demonstra e ensina o caráter

indissociável da relação observador-objeto, postulado central da fenomenologia.

As implicações desta constatação representam uma possibilidade para a aplicação do método fenomenológico na pesquisa dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos profissionais de Inteligência. Essa linha de pesquisa pode trazer valiosa contribuição para a compreensão dos processos de aprendizagem e o aperfeiçoamento dos métodos de ensino, principalmente de objetivos do Domínio Afetivo.

Conclusão

Conceber, ensinar e aplicar a Metodologia de Produção de Conhecimentos a partir do ponto de vista fenomenológico representa também uma valiosa contribuição acadêmica para a Doutrina de Inteligência. Pensada por Husserl (Apud HOLANDA, 2001) como um modelo de acesso à realidade concreta do mundo, a fenomenologia encontra paralelo com o compromisso doutrinário da Inteligência com a lógica e a verdade. De fato, ao demonstrar o caráter subjetivo da lógica, esta filosofia desmistifica a verdade aos olhos do observador. Verdade esta que assume, então, seu caráter relativo e, justamente por isso, revela sua mais confiável essência, que é a de ser interpretável. Pronta para ser analisada, assimilada e avaliada, a verdade fenomenológica revela sua perfeita adequação aos objetivos da atividade de Inteligência: fornecer os elementos para fundamentar o processo decisório de seu usuário final.

Referências

AMATUZZI, M. M. Pesquisa fenomenológica em psicologia. In: Holanda, A. F. e Bruns, M. A. T. **Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Ômega Editora, 2001. p. 15-22.

HOLANDA, A. F. Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética: elementos para um entendimento metodológico. In: Holanda, A. F. e Bruns, M. A. T. **Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Ômega Editora, 2001. p. 35-56.

RICHARDIS, J. e HEUER, JR. **Psychology of Intelligence analysis**. Washington: CSI, 1999.

RODRIGUES JR., J. F. **A taxonomia dos objetivos educacionais: um manual para o usuário**. Brasília: EdUnb, 1997.

PERFIL DO PROFISSIONAL DE INTELIGÊNCIA

Michelle Montenegro Studart Teixeira

Abin

Este artigo tem como meta realizar breve análise do perfil dos profissionais que trabalham na área de Inteligência e dos requisitos necessários para esta atuação. Constatou-se, pela pesquisa sobre o tema, a necessidade de resgatar o conceito de Inteligência, bem como o processo de seleção realizado pelos órgãos de Inteligência, para a correta compreensão dos objetivos iniciais.

Conforme a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a Agência Brasileira de Inteligência,

[...] entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado [...] e] entende-se como contra-inteligência a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa. (BRASIL, 1999, art. 1º, §2 e §3).

De acordo com Cepik (2001), serviços de Inteligência são instituições governamentais que têm como objetivo fundamental adquirir, analisar e repassar informações importantes e essenciais para auxiliar o governo na tomada de decisões estratégicas nas áreas de política externa e interna e de manutenção da ordem pública. Livros e fontes antigas reconhecem que a Inteligência foi e continua sendo extremamente importante para o desenvolvimento da sociedade. Swenson e Lemozy (2004) definem Inteligência como a análise e a busca da informação necessária para ganhar um conflito envolvendo partes antagônicas.

A atividade de “espionar”, ou seja, observar o adversário, o alvo com a finalidade de conhecer detalhes sobre ele e, dessa maneira, preparar-se melhor para lidar com ele é tão antiga quanto os primeiros escritos humanos, uma vez que existem vários relatos de pessoas que utilizaram conhecimentos privilegiados para fugir ou sobrepujar adversários.

Cepik (2001) analisa a evolução da espionagem no cenário internacional e aponta suas transformações ao longo do tempo. A Guerra Fria (1947/1987) pode ser vista como sendo um novo marco na história da Inteligência, pois se caracterizou por ser uma “guerra de cérebros”, em que foi decisivo o acesso a informações privilegiadas, fazendo que a Inteligência, suas estratégias e importância no contexto político fossem reavaliadas e incrementadas.

O fim da Guerra Fria não provocou exclusivamente mudanças na Inteligência, na política e na economia mundiais. Na realidade, este acontecimento histórico somado ao 11 de Setembro de 2001 provocaram, verdadeiramente, o surgimento de uma “Nova Ordem Mundial”. Os grupos sociais, de maneira geral, observaram, nas últimas décadas, verdadeira revolução nos costumes, no cenário biopsicossocial, nos valores e avanço no desenvolvimento tecnológico, com velocidade nunca antes vivenciada na história da humanidade. Esse processo continua evoluindo com rapidez, atropelando tudo que não consegue acompanhá-lo, o que tem dificultado a realização de análises prospectivas mais seguras, segundo observações feitas por cientistas políticos.

Para compreender o perfil do profissional de Inteligência no Brasil, é necessário entender o que é a atividade de Inteligência no País e quais suas principais características. O *site* da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) disponibiliza informações valiosas sobre sua constituição. O relato histórico mostra que a Inteligência no Brasil, de maneira institucional, ou seja, como órgão de governo, teve início com a criação do Conselho de Defesa Nacional, em 29 de novembro de 1927. Neste período, o interesse primordial desta instituição era obter informações estratégicas para a segurança do Estado.

Em 1946, após diversas modificações, a atividade de Inteligência foi institucionalizada com a criação do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligências (Sfici), organizado apenas em 1958. Esse foi o serviço de Inteligência do Brasil durante a Guerra Fria e durante as agitações sociais que marcaram a década de 60 no País. Em 1964, com os militares, o Sfici foi reformulado para atender às necessidades do regime que se instalou. Dessa maneira, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Com a exaustão do modelo militar, o processo de redemocratização do Brasil avançou e, em 1990, após tomar posse, o presidente Fernando Collor de Mello extinguiu o SNI e outros órgãos de Segurança e Informações, instituindo a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Posteriormente, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República e propôs ao Congresso Federal, em 1997, o projeto de lei que instituiria o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e criaria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) como órgão central deste sistema, finalmente transformado em lei em 7 de dezembro de 1999.

A criação da Abin propiciou a institucionalização definitiva do serviço de Inteligência no País com função estratégica para atender às demandas de um Estado preocupado com a segurança interna e externa e, principalmente, que reconhece a importância do serviço prestado por um órgão de Inteligência.

Após esse breve resgate histórico, percebe-se que, se o serviço de Inteligência do Brasil passou por todas essas mudanças e transformações, é compreensível que o perfil exigido de seus profissionais também tenha sofrido alterações ao longo da história. Particularmente no regime militar, o órgão de Inteligência federal atuava de acordo com diretrizes dos governos, ditos autoritários, que estiveram à frente do poder naquele período. Até 1990, o recrutamento administrativo de pessoal era por meio de escolha ou indicação dos funcionários da casa e com a aprovação da direção. Principalmente na época do SNI, o quadro funcional era restrito, fechado e selecionado de maneira muito criteriosa, dependendo

sempre do aval da direção e seguindo parâmetros muito rígidos de investigação e controle.

Com a abertura política que a democracia brasileira atravessou e com o surgimento da Abin, foram traçadas novas diretrizes para o serviço de Inteligência e seus servidores. Primeiramente, a Inteligência deixou de exercer poder repressivo e autoritário sobre pessoas e situações, passando a objetivar a aquisição de informações relevantes para a política nacional e para a manutenção da soberania do País. Dessa maneira, o perfil do profissional de Inteligência e a forma de ingresso na carreira também se modificaram, pois foi instituído, por força de preceito constitucional, concurso público para preenchimento dos quadros efetivos. Em seguida, teve início lento processo de transformação de hábitos de antigos servidores, para que se adaptassem às novas diretrizes e características do serviço de Inteligência em um regime democrático.

Mesmo durante essas transformações, existiu em comum, no que se refere às pessoas que trabalham em Inteligência, desde a época do SNI até a atual Abin, a necessidade de conhecer bem seus funcionários e colaboradores. Tal necessidade traduz-se na investigação minuciosa sobre a integridade moral e ética, tanto na época em que eles eram indicados, como na etapa seguinte à aprovação em concurso público, como ocorre atualmente. A importância dessa análise detalhada baseia-se na necessidade de certificar-se de que o servidor que trabalhará com assuntos sigilosos e de interesse do Estado seja confiável, íntegro e capaz de desempenhar seu trabalho com a discrição exigida. Esse recurso busca garantir a segurança no trabalho e a seleção de pessoas discretas e idôneas, como requer o perfil do profissional de Inteligência.

Ao servidor público federal cumpre observar, quando no exercício de suas funções públicas, os seguintes princípios assentados no Artigo n° 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade. Quanto a esse último princípio, no caso da Abin, existe flexibilidade no que se refere aos assuntos sigilosos inerentes ao desenvolvimento do

trabalho. Independentemente de sua área de formação ou atuação, para que o indivíduo seja considerado bom profissional, é necessário que também desenvolva aspectos como: responsabilidade, pontualidade, assiduidade, competência técnica, comprometimento, conhecimento das ferramentas tecnológicas disponíveis e úteis e, muitas vezes, o domínio de mais de um idioma, além do pátrio.

Com relação à atividade de Inteligência, atributos adicionais são desejáveis ou indispensáveis. Espera-se do profissional de Inteligência, de maneira geral, e do analista de Inteligência de modo particular, que apresente as seguintes características:

- discricção, por ser uma atividade que trabalha, essencialmente, com assuntos sensíveis e que requer anonimato nas ações;
- ajustamento ao trabalho, uma vez que a atividade é atípica e requer aprendizado específico para a realização do ofício;
- conhecimento profissional, ou seja, domínio das atividades que estão sob sua responsabilidade, muitas delas extremamente sensíveis e com elevado grau de responsabilidade;
- flexibilidade de raciocínio, pois, ao se ter em conta as transformações de toda natureza pelas quais o mundo está passando, é fundamental que o profissional tenha capacidade de reavaliar posturas, reconsiderar idéias pré-concebidas e ter um pensamento bem articulado com a realidade;
- fluência e compreensão oral e escrita, devido a necessidade de efetuar constantes contatos interpessoais e elaborar relatórios que servirão como instrumentos de decisões por parte de representantes do Estado exige que o profissional tenha clareza nas suas formas de expressão, compreenda e se faça compreender, de modo a minimizar, o máximo possível, as distorções inerentes aos contatos humanos.

Diretamente relacionado ao item anterior, estão capacidade de síntese, objetividade e raciocínio lógico. Outros atributos que

se identificam como valorosos ao bom desempenho do profissional de Inteligência são:

- capacidade de suportar frustrações;
- capacidade de trabalhar em grupo;
- facilidade de relacionamento interpessoal;
- iniciativa;
- controle emocional;
- proatividade;
- memória auditiva e visual;
- curiosidade para com o novo;
- busca constante de aperfeiçoamento profissional;
- lealdade.

Cada área da atividade exige de seus profissionais, com maior ou menor ênfase, a apresentação dos atributos, comportamentos e conhecimentos assinalados, em função de suas particularidades e necessidades. Quem atua, por exemplo, na área de análise, precisa de domínio muito maior da linguagem escrita do que aquele que trabalha na área operacional, que, por sua vez, necessita maior capacidade de suportar frustrações e de adaptar-se a situações desfavoráveis de trabalho. Por outro lado, quem lida com fontes humanas precisa, sobretudo, ter interesse genuíno pelo ser humano, ter habilidade no trato interpessoal e saber ouvir.

A Agência Central de Inteligência (CIA), que é o principal órgão de Inteligência dos Estados Unidos da América, tem, em seu *site* na internet, descrição do que são suas carreiras e qual o perfil das pessoas adequadas para compor seus quadros de funcionários (ESTADOS UNIDOS, 2005). De maneira geral, repetem-se por todas as carreiras os seguintes requisitos no que se refere a perfil: índices e notas elevadas na vida acadêmica e profissional, excelentes habilidades com escrita, habilidades para resolver problemas, facilidade de relacionamento interpessoal e de comunicação, interesse e aptidão para línguas, responsabilidade, segurança, integridade moral e discrição. No que se refere às exigências para ingresso na Agência, é necessário que o candidato tenha menos de 35 anos e que seja submetido a rigoroso exame médico e

psicológico. Como último requisito, ele tem de concluir, com sucesso, um curso de treinamento que dura, em média, 10 meses. Portanto, se não estiver muito bem definido o significado e sentido que se está atribuindo aos fatores, teremos tantas interpretações sobre o que se quer dizer com “integridade moral”, por exemplo, quantas forem as pessoas que farão essa leitura.

Maia e Bussons (1978) definem cargos como sendo os posicionamentos hierárquicos referentes a determinada estrutura orgânica, cujas funções definem o nível de participação no processo técnico-administrativo. Dessa maneira, para preencher um cargo, é preciso que a empresa ou órgão público realize o recrutamento de pessoas especializadas e capazes de atuar na área necessitada. Por recrutamento entende-se: “a atividade desenvolvida pelo órgão de pessoal, nas áreas próprias, visando atrair os elementos mais qualificados para concorrer ao processo de seleção, tornando-as habilitadas para o provimento dos cargos vagos.” (SALDANHA, 1975, p.73). Diante dos critérios exigidos pela CIA, podemos perceber que é essencial que a empresa ou órgão saiba qual cargo precisa ser preenchido, quais suas atribuições, responsabilidades e, dessa maneira, qual o perfil necessário para seu preenchimento. Contudo, as regras para o preenchimento desses cargos variam de acordo com alguns critérios, entre os quais pode-se destacar a diferença entre contratação no setor privado e no público.

De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1990), o concurso público no Brasil segue etapas definidas em lei para o provimento de cargos efetivos. Inicialmente, é publicado um edital de abertura do concurso, em que constam informações referentes a sua realização e às demandas. Nesse documento, são especificados a quantidade de vagas, as especificidades dos cargos, seus requisitos básicos e a formação necessária. Diante desse processo, fica claro que todo ente da Administração Pública deve, antes de qualquer coisa, determinar suas necessidades de recursos humanos, ou seja, quantos cargos existem disponíveis, quais são suas atribuições, responsabi-

lidades e restrições. Depois desse passo, deve ser definido um perfil profissional para o ocupante de cada cargo.

No edital de abertura de concurso público para nível superior, em geral, constam, além das especificações acadêmicas de cada cargo e do número de vagas, algumas características ou exigências:

- ser aprovado e classificado em concurso público;
- ter nacionalidade brasileira ou portuguesa; no caso da portuguesa, ter os mesmos direitos políticos dos brasileiros natos;
- ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- possuir diploma de graduação de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação e com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;
- estar quite com o serviço militar, obrigatório para os homens;
- apresentar declaração do órgão público a que esteja vinculado, se for o caso, de que possui situação jurídica compatível com a investidura em cargo público federal e de que não sofreu, no exercício da função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;
- estar quite com as obrigações eleitorais;
- estar no gozo de seus direitos políticos;
- ter aptidão física e mental compatível com as atribuições do cargo, comprovada por junta médica oficial; e
- cumprir as determinações do edital do concurso.

De todo modo, as características mencionadas acima, especificam exigências administrativas e legais e não fazem referência a fatores de personalidade. Essa lacuna no edital pode permitir que pessoas desinformadas sobre essas demandas se candidatem a ocupar o cargo, mesmo que não tenham o perfil necessário para a atividade pretendida.

Essas características precisam ser adaptadas ao contexto político e social, bem como à forma de seleção empregada. No caso do concurso público, um fato que precisa ser considerado é o atual índice de desemprego que o país enfrenta. Isso faz com que a população economicamente ativa que almeja estabilidade econômica e profissional veja no concurso público uma alternativa, já que a iniciativa privada não absorve toda a mão-de-obra trabalhadora do País. Ocorre que o serviço público, mais detalhadamente o trabalho em um órgão específico, com uma carreira x ou y, não é mais o objetivo da maioria das pessoas, uma vez que o que elas querem é estar empregadas, seja na carreira que for, e ter um salário no final do mês. Uma minoria focaliza um determinado cargo e se dedica para alcançá-lo.

E o comprometimento? Onde ficam as características necessárias para o desempenho do cargo? Se, em um concurso público, o que conta mais é o desempenho acadêmico, sair-se-á melhor quem está a mais tempo se preparando em detrimento de quem tem perfil para exercer um determinado cargo?

Porém, vivemos num estado democrático e é necessário enfatizar que o concurso público é a maneira mais democrática de que se dispõe atualmente para proporcionar competição e oportunidade à população de uma maneira geral. O que se questiona não é a escolha do processo de seleção em si, mas sim seu desenvolvimento e suas exigências. É certo que, para cargos diferentes, são necessários perfis diferentes. Seria correto afirmar que pode ser oportuna a realização de concurso específico, voltado para selecionar determinadas características exigidas? Mais ainda, dizer que a maneira que essas regras são estabelecidas, as etapas e demandas que serão exigidas é que podem ser voltadas para atender às necessidades específicas do órgão em questão?

Este tema é polêmico e necessita de discussões minuciosas, pois não depende apenas de opiniões e argumentos, uma vez que é regulamentado pela legislação federal. O interesse é apenas levantar a seguinte questão: de que maneira se pode realizar um

concurso público, manter-se fiel aos preceitos constitucionais e, ainda assim, conseguir selecionar pessoas com características específicas de personalidade para os cargos em questão?

Uma possibilidade para a indagação acima, uma vez que está claro para a instituição qual o perfil necessário, seria orientar a banca realizadora do concurso público a voltar as questões objetivas para tentar selecionar as características necessárias. Por exemplo, se for estabelecido que são necessários profissionais com capacidade de síntese, imparcialidade, dinâmicos, objetivos e com visão sistêmica, podem ser inseridas, na prova, questões que testem essas habilidades.

Dando seguimento ao processo seletivo da Abin, a etapa posterior à aprovação no concurso público é a investigação para a credencial de segurança feita pela Segurança Corporativa, com prévia autorização do candidato. Nesse procedimento, guiado pelo perfil estabelecido na determinação dos cargos e nos requisitos exigidos no edital, ocorre o levantamento sobre a vida pregressa do candidato.

Com relação aos valores desejáveis a um profissional de Inteligência, Ugarte (2004) cita como essenciais a observância dos deveres, atribuições e responsabilidades previstas na Constituição Federal e no ordenamento que regula as atividades dos servidores públicos, o exercício da atividade com critério, segurança e isenção, a busca pela verdade, o dever de ser discreto no trato de assuntos do serviço e a proibição de utilizar informações sigilosas oriundas do desempenho do cargo para benefício próprio.

De maneira geral, com base nas afirmações do autor, nos requisitos mencionados no edital e nas características do trabalho de Inteligência, entende-se que a Abin, ao lidar constantemente com assuntos sigilosos e de grande relevância nacional, necessita de servidores com as seguintes características: conduta ilibada na vida profissional e pessoal, ausência de processos criminais, civis e administrativos, comportamento discreto e pacífico; aptidão física e acadêmica compatível com a função. Em relação a esse últi-

mo item, Santos (1973) diferencia aptidão de capacidade. O autor considera que aptidão é a predisposição natural que permite a execução de certas tarefas com facilidade e habilidade, mesmo sem aprendizagem prévia. Em contrapartida, capacidade é a condição adquirida mediante aprendizagem e treinamento adequado, oriunda ou não de aptidão.

Com base nessa distinção, considera-se que a Abin necessita de pessoas com mais capacidade do que aptidão no que se refere à área acadêmica. Essa afirmação baseia-se nas definições de Santos (1973) e na constatação de que os conhecimentos acadêmicos dos candidatos passam por um longo processo de lapidação e aprimoramento durante os anos de aprendizagem acadêmica e prática, que precisarão ser incrementados e aperfeiçoados para a realização satisfatória do trabalho. Dessa forma, o candidato ao cargo de analista de Inteligência tem de passar por treinamento, antes de estar preparado para desempenhar suas funções. Assim, por mais aptidão que a pessoa possua para determinada tarefa, o trabalho de Inteligência necessita de longo processo de capacitação profissional, oferecido pelo próprio órgão, para que o analista seja considerado bom servidor e possa exercitar suas atribuições com habilidade e destreza.

Assim, conclui-se que o perfil do analista de Inteligência serve para nortear um recrutamento inicial, por parte do órgão de Inteligência, no sentido de eliminar candidatos com comprometimentos éticos e profissionais, que possam colocar em risco a segurança do trabalho que será desenvolvido. Deve-se ressaltar a importância de verificar, no decorrer do processo de capacitação, a real e contínua existência não só do perfil exigido, mas também da capacidade de aprendizagem e execução das atividades de Inteligência.

Uma vez que a conjuntura legal não permite a efetiva seleção dos perfis mais adequados de maneira direta e parcial (como é feito na iniciativa privada, onde o chefe ou responsável escolhe quem é considerado melhor para cargo e a contratação é imediata), de que

modo devem ser aproveitados os perfis que são selecionados pela via indireta do concurso público para satisfazer as necessidades da organização?

Uma resposta viável e democrática para este questionamento é o treinamento dado aos candidatos a uma vaga. Se for eficaz e contínuo, profissionais, que antes não eram exatamente o que o órgão necessitava, podem se transformar em servidores adaptados, comprometidos e competentes.

Para cumprir tal objetivo, existe a última etapa do concurso público, que é o curso de formação dos analistas de Inteligência, que possui a duração de três meses e é requisito para a investidura no cargo. Durante esse período, além de ocorrer o início da capacitação do profissional na área de Inteligência, há também a verificação, por parte dos encarregados de curso, instrutores, pedagogos e psicólogos da instituição, da existência ou não do comportamento adequado ao profissional de Inteligência. O resultado dessa verificação serve como orientação para futuros treinamentos.

Analisando em um conceito amplo, segundo Ugarte (2004), a atividade de Inteligência necessita das seguintes habilidades:

[...] capacidade de desenvolver pesquisa, leitura, análise e interpretação de textos em Português e outros idiomas; capacidade de elaborar relatórios, de utilizar redes de informação e comunicação, de memorizar nomes, conceitos e instruções orais e escritas; e, dentre outras, capacidade de resistir a trabalho rotineiro e a capacidade de agir sobre pressão e em situações imprevistas.

O curso de formação avalia se os candidatos possuem as habilidades arroladas acima. Também utiliza técnicas de ensino que objetivam a produção e preservação do conhecimento da organização, a socialização de seus valores e a aquisição de habilidades necessárias para a Atividade de Inteligência.

Para tanto, várias ferramentas são utilizadas, dependendo do enfoque que se deseja observar. Por exemplo, a equipe de ins-

trutores dispõe de aulas, controles de freqüências, provas, trabalhos e contato próximo com os alunos para que quesitos acadêmicos possam ser analisados.

A área de psicologia utiliza testes psicológicos, entrevistas, dinâmicas de grupo, e acompanhamento de alunos para que possam ser identificadas características de personalidade, dificuldades e potencialidades individuais.

O material colhido por esta equipe multidisciplinar fornece dados para subsidiar o treinamento e a capacitação dos alunos, suas respectivas lotações nas diversas coordenações e setores, sendo, portanto um importante aliado na difícil tarefa de adaptação do candidato que chega à instituição através de concurso público, bem como na sua constante capacitação e na orientação dos respectivos coordenadores.

É certo que podem ser inseridas novas metodologias e estratégias que ajudem na realização das metas descritas acima, uma vez que o processo de aperfeiçoamento profissional é dinâmico e permite adaptações.

É de extrema importância a realização do curso de formação para que a instituição possa conhecer seus novos analistas, começar seu treinamento e difundir seus valores. Também é essencial a realização periódica de cursos de aperfeiçoamento e treinamento para que as habilidades individuais possam ser aprimoradas de acordo com a demanda. A Abin demonstra ser um órgão engajado na capacitação do servidor, por reconhecer que este é o melhor caminho para solidificar e consolidar a profissão de Inteligência no País, de maneira transparente e institucional. O investimento no treinamento dos servidores faz parte da cultura organizacional da instituição, que é comprometida com a ética, a eficiência e a agilidade no serviço.

Atitudes como as citadas acima são reflexos de um planejamento estratégico, em que o desenvolvimento de capacidades, habilidades e conhecimentos têm um papel central em um órgão comprometido com o futuro. O profissional do futuro, e especifi-

camente o da atividade de Inteligência, será (ou é) lapidado ao longo de um lento e árduo caminho, em que a capacitação oferecida está em sintonia com as demandas de uma sociedade cada vez mais complexa, dinâmica e imprevisível. O objetivo final da capacitação deve ser propiciar condições favoráveis para que o profissional de Inteligência tenha ferramentas suficientes para se adaptar às constantes mudanças e especificidades que o mundo globalizado impõe.

Com relação à elaboração deste artigo, foi constatado que não há bibliografia brasileira que trate especificamente sobre o perfil do profissional de Inteligência. Uma referência estrangeira que alude abertamente ao tema é o livro *Intelligence Professionalism in the Americas* (SWENSON; LEMOZY, 2004), produzido pelo Centro de Pesquisa em Inteligência Estratégica (*Center for Strategic Intelligence Research*). Conclui-se que no Brasil, existe insuficiência de publicações, pesquisas e fontes de consulta na área de Inteligência. Portanto, é importante ressaltar que atividades como esta são essenciais para o desenvolvimento de conhecimento sobre o tema e para a percepção de eventuais lacunas que devem ser supridas a curto prazo.

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/abin/index.jsp>>. Acesso em: 07 ago. 2005.

———. **Edital nº 1/2004 Abin**, de 19 de julho de 2004. Edital para o provimento de cargo de analista de informações da Agência Brasileira de Inteligência. Disponível em: <<http://www.cespe.unb.br/>>. Acesso em: 06 ago. 2005.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2006.

———. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2006.

ESTADOS UNIDOS. Central Intelligence Agency. Washington, DC. Disponível em: <<http://www.cia.gov/>>. Acesso em: 07 ago. 2005.

CEPIK, Marco A. C. **Serviços de Inteligência**: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. 2001. 415 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

MAIA, Francisco de Assis; BUSSONS, José. **Avaliação de cargos e desempenho**: uma nova metodologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 120 p.

SALDANHA, Genuíno da Silva. **Manual de pessoal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

SANTOS, Oswaldo de Barros. **Orientação e desenvolvimento do potencial humano**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.

SWENSON, Russell G.; LEMOZY, Suzana C. (coord.). **Intelligence professionalism in the Americas**. Washington: Center for Strategic Intelligence Research, 2004. 572 p.

URGATE, José Manuel. Professionalism issues in Intelligence: in: SWENSON, Russell G.; LEMOZY, Suzana C. (coord.). **Intelligence professionalism in the Americas**. Washington: Center for Strategic Intelligence Research, 2004. 572 p.

A CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM DEMOCRÁTICA NA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA

Gibran Ayupe Mota
Abin

O instituto conhecido como Estado Democrático de Direito manifesta-se hoje na sociedade como um pilar sobre o qual se sustenta o Estado brasileiro, seu ordenamento funcional e entidades que o compõem.

Não obstante essa premissa, a construção e a arregimentação de tal pilar em nosso Estado não se operaram de forma instantânea ou mesmo consolidada. Apesar de a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 1º, estabelecer que a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito, é sabido que o Direito caminha do plano deontológico para o ontológico, isto é: prescreve uma norma no campo abstrato, hipotético, com o objetivo de que a observância desta seja absorvida pela prática social – campo concreto.

Partindo de tal premissa, a atividade de Inteligência, assim como os demais entes que compõem a máquina estatal brasileira, tem por elevado e constante desafio a consolidação dos valores democráticos esculpidos em nossa Constituição Federal, quando do desempenho de suas funções legalmente estabelecidas. Tudo isso, para que tais órgãos não se manifestem como um corpo amorfo dentro do moderno organismo estatal brasileiro.

Primeiramente, cumpre que se estabeleça uma noção acerca do sentido do termo “atividade de Inteligência”. Para isso, vamos-nos da lição de Peter Gill (1994, p.5, tradução nossa): “Inteligência caracteriza-se como o produto obtível por processo através do qual a informação é colhida, processada e, por fim, analisada.”

Sob a ótica da legislação brasileira referente à atividade de Inteligência, no caso da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, temos a seguinte definição:

Para os efeitos da aplicação desta Lei, entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1999, art. 1º, §2º)

Contudo, a despeito da Inteligência, desde seus mais remotos tempos, ser visceralmente destinada aos fins acima mencionados, o seu *ethos* (modo de ser) sofreu consideráveis transformações no decorrer da história.

No século passado, com o fim do período que ficou consagrado como Guerra Fria, a atividade de Inteligência adquiriu novos contornos. Isso porque, deixava de existir o conflito ideológico comunismo versus capitalismo – o mundo assumia novos desafios.

Hoje, o Brasil e o mundo inserem-se num contexto no qual, mais do que nunca, há que se buscar maximizar oportunidades e minimizar ameaças à consecução de nossos interesses nacionais. Estamos, quer admitamos quer não, vivenciando fenômenos que se convencionou chamar de globalização (termo de viés econômico) e mundialização (na acepção da uniformização internacional dos usos e costumes).

Neste novo cenário, torna-se incontestável o papel dos órgãos e agentes públicos no que tange à obtenção de conhecimentos estratégicos e a sua transformação em valor econômico-social. Prospecção de novos mercados no exterior, implementação de políticas de proteção do conhecimento sensível, preservação e monitoramento de recursos naturais estratégicos, ações de prevenção e combate ao terrorismo, dentre outros, são tão somente alguns exemplos de novas searas que vêm sendo desbravadas pelos atuais serviços de Inteligência – como é o caso do serviço brasileiro.

Contudo, neste novo contexto, não só a tônica acerca da globalização merece destaque. Um outro elemento manifesta-se como caracterizador dessa nova era global, qual seja: a preservação intransigente dos valores democráticos. Este é um desafio que se apresenta a todo e qualquer Estado moderno quando da implementação de políticas de avanços estratégicos ou mesmo de proteção dos interesses nacionais.

Bastante ilustrativo acerca desse novo cenário é o recorrente movimento hoje sentido nas principais nações democráticas, onde, em seus respectivos parlamentos, travam-se as inflamadas discussões com vistas a ponderar entre os seguintes valores: necessidade de ampliação da segurança nacional (constantemente ameaçada pelo terrorismo internacional e outras demais investidas) e preservação das liberdades individuais. Sem dúvidas, a ponderação entre esses valores tão caros às sociedades modernas, desafiaria até mesmo a sabedoria da mitológica Temis; pergunta-se: em que ponto figuraria o fiel de sua balança?

Em 1999, com a promulgação da já referida Lei nº 9.883 – diploma legal que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e criou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) –, a preocupação que reiteradamente norteou os trabalhos do Congresso Nacional foi exatamente aquela com a preservação intransigente dos valores democráticos consagrados na Constituição Federal de 1988.

Todo o processo legislativo que deu origem à lei em questão demonstrou a consolidação do entendimento no parlamento no sentido de que, sem Inteligência, um país não alcança o status de nação soberana. Associado a este consenso, porém, não mais se concebia soberania sem democracia. A nova onda democrática reclamava da atividade de Inteligência a irrestrita observância aos imperativos da jovem Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito aos princípios atinentes à Administração Pública e aos Direitos e Garantias Individuais.

Os mencionados Direitos e Garantias Individuais foram assentados em nossa Constituição em seu aclamado artigo 5º e desempenham um papel fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. Podem ser concebidos como o ponto nodal dos direitos dos indivíduos, isto é, manifestam-se como o limite nítido e inafastável à ingerência do Estado, quando de sua ingerência na vida dos cidadãos. É o cerco que determina até que ponto o indivíduo abre mão de sua liberdade individual, delegando-a ao Estado, a fim de que este traga à existência o ideal da paz e do bem coletivo.

Nesta toada, surge o festejado conceito do Estado Democrático de Direito, onde as normas criadas democraticamente em nome do povo pelo Legislativo são observadas e acatadas não só pelos cidadãos, mas também pelo próprio Estado que as instituiu.

Assim leciona o constitucionalista Alexandre de Moraes (2000, p. 49):

O Estado Democrático de Direito, que significa a exigência de reger-se por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como pelo respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais, proclamado no caput do artigo, adotou, igualmente, no seu parágrafo único, o denominado princípio democrático, ao afirmar que ‘todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição’.

A Constituição Federal, por sua vez, consagrando o Estado Democrático como cláusula pétrea (artigo que não pode ser suprimido por meio de emenda constitucional), preceitua no artigo 1º: **“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel de Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: [...]”** (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Seguindo na esteira desse entendimento, isto é, deixando-se irradiar pelos princípios democratizantes consagrados na Constituição, no que diz respeito às atividades de Inteligência no Brasil, o artigo 1º, § 1º da Lei nº 9.883, estabelece que:

O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo, ainda, cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal, os tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais em que o Brasil seja parte ou signatário, e a legislação ordinária.

Percebe-se, pois, que, já em suas primeiras linhas normativas, o Sisbin e a Abin receberam inafastável orientação no sentido de contribuir para a preservação dos valores democráticos e a defesa da soberania nacional – um valor não se sobreporia ao outro.

Passada a fase de elaboração legislativa, o constante desafio que se apresenta atualmente para a atividade de Inteligência brasileira, assim como para os demais segmentos da Administração Pública brasileira, consiste em aprimorar meios de consolidar os princípios democráticos como um marco basilar de seu *modus operandi*. Democracia é um constante exercício de vigilância e participação popular nas questões daquilo que se convencionou denominar “coisa pública”, e não algo que tenha surgido espontaneamente ou que seja, nas palavras de Kant, imanente à determinada sociedade ou ao Estado.

Durante a década de 60 do século passado, o conflito político-ideológico manifesto sob o manto da Guerra Fria, marcou de forma indelével a história da América Latina e de várias partes do mundo. No Brasil, instalou-se um governo militar provisório, imbuído da missão de re-conduzir o País à normalidade política, valendo-se por vezes dos meios que se fizessem necessários ao alcance de tal fim.

Na década de 80, com a reabertura política sentida na América Latina, inaugurou-se um crescente movimento com a finalidade de instituir e aprimorar novas formas de controle mais amplas, sobre os mais variados setores da sociedade.

Quanto ao legado político deixado com o fim do regime militar, percebe-se depoimento descrito abaixo (STEPAN, 1999, p. 204):

O constitucionalismo e o Estado de direito – que nunca foram fortes na altamente desigual sociedade brasileira – enfraqueceram-se mais ainda. A longa crise econômica diminuiu a capacidade fiscal e moral do Estado para desempenhar um papel integrador na sociedade e para fornecer serviços básicos aos cidadãos. A autonomia e o valor conferidos às instituições da sociedade política tornaram-se cada vez mais tênues.

O livro “Transição e democracia – institucionalizando a passagem do poder” registra também o quão ainda incipiente é a experiência política no que tange à consolidação de uma transição legítima e sem maiores traumas:

Sendo idiossincrasia da democracia a alternância de poder, dela devem fazer parte também ‘as regras do jogo’ para a passagem do poder. Regras de jogo impessoais, transcendentais, duradouras, com critérios previamente definidos. (BRASIL, 2002, p. 36).

Neste contexto de redemocratização, a experiência também se fez sentir em relação aos serviços de Inteligência espalhados pelo mundo. Estes passaram então a conceber, em sua legislação e organização funcional, institutos fiscalizadores, redundando, assim, em um reconhecido aumento da legalidade, transparência e correção de suas operações precípuas.

Quanto ao singular papel desse incremento no trato com o que se convencionou chamar de “coisa pública”, cumpre ainda citar (SPECK, 2002, p. 377):

Um dos principais fundamentos da transparência dos atos governamentais é a garantia de acesso dos cidadãos às informações coletadas, produzidas e armazenadas pelas diversas agências estatais. Na relação com o poder público, o acesso livre e transparente protege o cidadão de intromissões indevidas e atos arbitrários por parte do governo e, por outro lado, é condição para a participação do cidadão e dos grupos organizados da sociedade nos processos políticos e na gestão da coisa pública e, portanto, para uma democracia mais efetiva.

Por fim, quanto aos reflexos da adoção de tais práticas para a consolidação da democracia, salienta ainda o acima referido autor (SPECK, 2002, p. 381):

Só a criação de canais permanentes de comunicação entre poder público e população pode promover uma relação de confiança entre ambos, o que, por sua vez, é fundamental para se avançar no sentido de uma gestão transparente.

Como fins almejados por todo este controle, há que se assinalar que os mesmos contribuem para que a atividade de Inteligência seja operacionalizada com legitimidade – haja vista que o controle razoável é elemento imprescindível à idéia de consolidação do regime democrático em qualquer Estado moderno – e ainda realizada com eficácia – onde os resultados da atividade de Inteligência são minuciosamente aferidos em face de objetivos previamente traçados por uma Política de Inteligência.

Maiores prerrogativas e melhores condições de trabalho são desafios que os serviços de Inteligência brasileiros (civis e militares) têm enfrentado atualmente. É imperativo que a atividade de Inteligência, enquanto atividade de Estado, tenha, por meio de uma emenda constitucional, assento na Constituição Federal de nosso País, como ocorre com as demais carreiras de relevância similar.

Já em nível de legislação infraconstitucional, é urgente e indiscutível a necessidade de que a legislação pátria seja implementada, no sentido de, explícita e detalhadamente, regulamentar a utilização das técnicas operacionais indispensáveis ao eficaz cumprimento da missão legal atribuída aos profissionais de Inteligência.

Contudo, para que todos esses avanços ocorram, o debate amplo é indispensável e salutar. Vivemos em um regime democrático no qual transparência e legalidade são faces de uma mesma moeda. O Congresso Nacional, enquanto delegatário da vontade do povo, há que ser devidamente sensibilizado e conduzido ao entendimento do que vem a ser a atividade; quais são suas atribuições legais e por quais percalços vem passando nos últimos tem-

pos, muito em razão do hiato que se criou entre órgãos de um mesmo Estado.

Percebe-se, pois, que o Brasil já deu passos decisivos no sentido de modernizar, profissionalizar e democratizar sua atividade de Inteligência. Contudo, desafios como os acima mencionados ainda são muitos e persistentes no caminho da maturação, da ampliação de legitimidade e da obtenção do merecido reconhecimento da importância da Inteligência como estratégia para a consolidação do Brasil como nação próspera e soberana.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2006.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Transição e democracia: institucionalizando a passagem do poder**. Brasília: 2002.

GILL, Peter. **Policing Politics: security intelligence and the liberal democratic state**. Inglaterra: British Library, 1994.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEMINÁRIO ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL: contribuições para a soberania e a democracia, 1., 2002. Brasília. **Anais...** Brasília: Abin, 2003. 567 p.

SPECK, Bruno Wilhelm (Org.). **Caminhos da transparência**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Josemária da Silva Patrício
Abin

A criminalidade instalada em vários níveis e segmentos da sociedade brasileira, da qual resultou a sensação generalizada de insegurança para a população, cobra uma atuação mais efetiva do Estado. Excetuando-se o tratamento adequado aos reais fatores que influenciaram o crescimento dessa criminalidade, a inteligência figura como principal alternativa para combatê-la. O Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) (BRASIL, 2000a), contempla o assunto no seu 4º compromisso, firmado em 20 de junho de 2000, ao anunciar a criação e implementação de uma Inteligência voltada para a Segurança Pública, prevista no Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), o qual cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp) e norteia as diretrizes que possibilitam a execução do mencionado compromisso.

O Sisp, criado no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), conforme o disposto no artigo primeiro do supra mencionado decreto, responde legal e teoricamente às necessidades de todo o Sisbin no que se refere a segurança pública.

O artigo 1º do decreto também dispõe, como missão precípua do Sisp, “coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo País e suprir os governos federal e estadual de informações que subsidiem a tomada de decisões nesse campo”. (BRASIL, 2000).

O § 3º do artigo 2º diz sobre os níveis de atuação da atividade de Inteligência e as atribuições específicas de cada nível, como:

- nível estratégico - “identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais de segurança pública” possibilitando

uma correta leitura dos cenários da criminalidade para a produção de conhecimentos que, subsidiem o processo decisório, no planejamento e execução das políticas de segurança pública a serem aplicadas onde e quando necessárias, em atendimento ao plano nacional e demais compromissos desse plano; e

- nível tático - “produzir conhecimentos que subsidiem ações que neutralizem, coíbam e reprimam atos criminosos de qualquer natureza”, se voltando essa produção especialmente para as necessidades pontuais da repressão do comportamento delitivo, formalizada nos procedimentos policiais investigativos, principalmente quanto às organizações criminosas.

No artigo 3º, o decreto também cria o Conselho Especial com o objetivo de estabelecer normas para as atividades de Inteligência no âmbito do Sisp, formado por representantes dos órgãos que o compõem, principalmente a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ), órgão central do Subsistema e cujo secretário preside esse Conselho.

Os objetivos do compromisso do PNSP dependem de três ações basilares para sua implementação: integrar os órgãos de inteligência, nos âmbitos federal e estadual; sistematizar um fluxo de informações que propiciem cenários para atuação das instituições envolvidas; produzir os conhecimentos necessários ao planejamento estratégico das políticas de segurança pública e adoção de medidas para a manutenção desta.

A integração ocorre nas condições previstas na Lei nº 9.883, de 1999 (BRASIL, 1999, art. 2º) e no Decreto nº 3.695, de 2000 (BRASIL, 2000, art. 2º, §2º), que dispõem, respectivamente: “Mediante ajustes específicos e convênios, ouvido o competente órgão de controle externo da atividade de inteligência, as unidades da Federação poderão compor o Sistema Brasileiro de Inteligência” e “Nos termos do § 2º do art. da Lei nº 9.883 de 1999, poderão integrar o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública os

órgãos de Inteligência de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal.”

A sistematização do fluxo de informações decorre da criação dos núcleos de gerenciamento de Inteligência estaduais nos moldes preconizados pelo Subsistema e inserção destes na rede do Sisbin.

A produção dos conhecimentos necessários à criação e planejamento de uma política de segurança pública decorrerá do mapeamento da criminalidade, identificando seus atores, suas áreas de atuação, modalidades criminosas e respectivos fatores de influência, *modus operandi* dos grupos delinquentes e demais conhecimentos úteis para uma leitura real dos cenários, o que possibilitará ao decisor adotar as medidas necessárias à prevenção e ao combate à criminalidade.

Apesar de o Sisp ter finalidade e objetivos estabelecidos, área de atuação definida, atores e ações específicos, foi criado no âmbito do Sisbin, e, até ocorrer uma alteração na legislação, não pode se desassociar da atividade de inteligência do Estado Brasileiro, como as vezes é apregoado. Mesmo que a natureza de suas atribuições o coloque em um âmbito específico do Sisbin, não há cabimento em se rotular como Inteligência “clássica” ou de “Estado” e estanque a atividade praticada pelo órgão central do sistema, a Abin, pois também o Sisp executa a atividade de Inteligência do Estado brasileiro, sendo esse segmento voltado especialmente para a Segurança Pública, o que se verifica clara e incisivamente na lei pertinente.

Corroborando essa afirmação, verifica-se que os fundamentos doutrinários e a metodologia utilizada na área da segurança pública são os mesmos utilizados pelo órgão central e pelo os demais componentes do sistema. O que difere o Sisp do Sisbin é a especificidade do objeto trabalhado e dos objetivos a se atingir. Enquanto o Sisp atua na área específica de segurança do cidadão, o Sisbin investe em todas as áreas de interesse do Estado em conhecer, prevenir, proteger e decidir, interna e externamente. Decorre

logicamente dessa diferença de objeto: os existentes níveis de atuação do subsistema (tático e estratégico), a visibilidade das ações, a transformação do conhecimento produzido em indícios quando subsidia os procedimentos investigativos e a obrigatoriedade de resultado da utilização desse conhecimento, conforme a lei processual penal.

Essa diferença de objeto quanto à atividade praticada pela Abin e pelo Sisp, e, por alguns interpretada como atividades diversas, provavelmente resulta da equivocada idéia de que inteligência é sinônimo de investigação policial. Em que pese a existência de leis distinguindo ambas (inteligência e investigação), há segmentos discursando o contrário, resultando dessa posição uma dicotomia no âmbito do Sisbin.

O que bem exemplifica e esclarece é quando da apuração de delitos: quando os métodos investigativos não alcançam os objetivos desejados ou os meios de provas permitidos em direito não conseguem comprovar a materialidade e a autoria do crime, ape-la-se para o uso das técnicas operacionais de inteligência adotadas pelo Estado brasileiro, ou ainda à leis extravagantes que permitem a adoção de outras técnicas, destacando-se dessa forma a diferença entre a atividade policial que é prevista na lei adjetiva penal e a atividade de inteligência prevista na Lei nº 9.883 de 1999, o que não permite, portanto, rotular investigação policial de Inteligência policial.

Ademais, os órgãos de inteligência criados no âmbito da segurança pública especialmente para a produção de conhecimentos, objetivam subsidiar as investigações policiais, entre outras missões e, se assim não fosse, não seria necessária sua criação, tendo em vista já existir a polícia judiciária para investigar delitos. E, ainda, o legislador deixou bastante clara a intenção de integrar as ações da atividade de Inteligência da segurança pública ao Sisbin, o que se depreende dos enunciados do PNSP, dos objetivos e da peremptoriedade da lei, e principalmente da condição imprescindível para a existência e o funcionamento do sistema: a integração. Portanto, inexistente amparo legal para abrigar a

dissociação que atualmente se estabelece entre o Sisp e Abin, bem como para o entendimento equivocado de que investigação policial é o mesmo que inteligência voltada para a segurança pública.

Contudo, os mencionados equívocos, considerados até naturais em algo tão inovador para a segurança pública, também acarretam outros aspectos nem um pouco salutar para o sucesso da implantação do Sisp. Não obstante a vontade política, a criação da estrutura necessária e dos órgãos superiores para sua coordenação e seu controle, o subsistema ainda carece de fator basilar que se constitui pelos entes federados acreditarem, adotarem e aplicarem as diretrizes que possibilitarão a formação do corpo integrado para a execução do plano.

Aliado à carência de fé e vontade, há o fato de ainda não existir legislação que especifique como criar, integrar, coordenar e produzir, dirigida àqueles que não conhecem a atividade de inteligência o suficiente. Mesmo com a legislação já existente norteando as ações contextuais, trata-se de algo realmente inusitado para as instituições policiais, do encontro de instâncias e competências, de mudança de paradigmas, do desconforto que sempre ocasiona algo novo no serviço público, e principalmente mexe nas idiosincrasias do universo policial.

Assim, torna-se indispensável a criação de uma doutrina que nomeie princípios, indique conceitos, oriente valores e normatize, controlando o exercício da atividade de Inteligência na segurança pública, destacando-se que, em sua criação, deve imperar o princípio da imparcialidade, possibilitando isenção de entendimento tendencioso, pois a atividade deve estar acima de quaisquer conveniências ou favoritismos, além da predominância dos preceitos legais.

Conseqüentemente, se esgotadas as teorias formuladas ao arpejo da lei e, portanto, estéreis sob a ótica do direito brasileiro, se vistas a clareza da intenção dos legisladores, a vontade política

de governo, as necessidades da população e se concluir por efetivamente integrar, sistematizar e produzir o que a lei dispõe, está pronta a resposta do Sisp para as necessidades de segurança pública no âmbito do Sisbin.

Referências

BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3695.htm> Acesso em: 07 jul. 2006.

———. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2006.

———. Presidência da República. **Plano Nacional de Segurança Pública: plano de ações**. Brasília, 20 de junho de 2000a. Disponível em: <http://dhnet.org.br/3exec/novapolicia/plano_segpub.htm> . Acesso em: 06 jul. 2006.

MERITOCRACIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Glauco Costa de Moraes

Abin

A administração pública no Brasil encontra-se, atualmente, em processo de mudança acelerada, focado, basicamente, para uma maior valorização da eficiência, eficácia e efetividade no trato dos assuntos de interesse público. Isso se deve, sobretudo, a novos patamares condicionantes, erigidos, principalmente, a partir dos processos de globalização e de internalização dos preceitos de cidadania, do advento ou da popularização de novas técnicas de gerenciamento e, ainda, da ampliação exponencial do fluxo de dados à disposição dos mais diversos públicos.

Nesse contexto, apresenta-se como necessária a montagem de estratégias de ação voltadas à melhoria de aspectos do serviço público brasileiro reconhecidos como deficientes, tanto por especialistas no tema quanto pelos clientes-cidadãos envolvidos com a questão. Trata-se, sobretudo, de parâmetros definidos por Peter Drucker (consultor administrativo) (BEATTY, 1998) como verdadeiros “edemas organizacionais”, quais sejam: maior preocupação em evitar erros do que em assumir riscos, maior interesse em combater limitações de subalternos do que desenvolver potencialidades e maior valorização das relações humanas de cunho paternalista do que dos fatores de desempenho mensuráveis. Como se sabe, tais parâmetros predominam no serviço público no Brasil.

Como contraponto ao aparato vigente, apresenta-se como necessário o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de mérito no âmbito dos segmentos administrativos públicos, como base para a ampliação da motivação funcional cotidiana, para um melhor aproveitamento do potencial humano e para uma consequen-

te otimização do processo de gerenciamento do capital humano, principal ativo de uma organização, pública ou privada.

A questão do mérito em ambientes funcionais sempre suscitou polêmica, sobretudo no Brasil, onde a interpretação do conceito de igualdade, de essência distributiva, originado de um modo positivista generalizado de percepção e postura, adequado historicamente, mas questionável atualmente, constitui óbice de difícil superação ou mesmo de abordagem crítica.

O tema em foco é, em termos relativos, pouco estudado no País. As explicações para isso relacionam-se com as origens da administração no Brasil, os preceitos religiosos predominantes em nossa História, as condições sociais do País, as limitações técnico-administrativas de um grande número de gerentes públicos, as práticas políticas tradicionais, o sentimento de baixa auto-estima predominante, os baixos níveis de instrução e de informação da população e a precária percepção dos brasileiros em geral no que tange às suas prerrogativas de cidadãos.

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, a esfera pública estava lastreada na lógica de solidariedade social, na qual os custos eram secundários tendo em vista a necessidade de compensação, através do emprego, da formação e da distribuição em todos seus matizes. Tinha-se um serviço público desestruturado, sem regras de promoção com base meritocrática. Predominavam como valor funcional, nesse contexto, as relações pessoais estabelecidas e uma tácita linha hereditária, sendo desconsiderados, em geral, os critérios mais explícitos de mérito.

A partir da década de 1930, com a reforma administrativa promovida por Getúlio Vargas, foram montadas as bases do serviço público brasileiro organizado, com seus pontos positivos e negativos, os quais ainda hoje trazem reflexos substanciais no cotidiano do funcionalismo. Predominou à época, o modelo burocrático, normatizado, voltado a coibir as práticas patrimonialistas até então predominantes no trato da “coisa pública”. Ficaram de lado, contudo, práticas e pressupostos mais modernos, assim como: admi-

nistração por objetivos, percepção de valores motivacionais por trás de desempenhos otimizados, hierarquia de necessidades humanas, foco nos resultados etc. Destaca-se que já surgia, na época, a idéia de estabelecimento de um sistema de mérito funcional voltado ao fortalecimento de uma burocracia estatal operativa e adequada aos desafios de uma crescente demanda por serviços públicos de melhor qualidade e maior quantidade. Apesar de alguns poucos sucessos, o objetivo meritocrático vislumbrado não foi alcançado nos parâmetros adequados e esperados.

Mesmo após a II Guerra Mundial, quando aspectos de produtividade e qualidade foram amplamente divulgados e aplicados em grande parte do mundo – principalmente no que tange a aspectos de administração de recursos humanos –, no Brasil, os avanços foram limitados diante da necessidade de amplo desenvolvimento de uma cultura meritocrática realmente efetiva.

Somente a partir dos anos 1970, quando tem início a crise do Estado, o ideário em prol da inserção da administração pública em um universo de parâmetros modernizantes começou a surgir de forma embrionária, desenvolvendo-se, no entanto, um pouco mais, nas décadas seguintes.

Em 1988, no entanto, a nova Constituição Federal, elaborada à luz da justiça social, se, por um lado, ampliou os direitos dos funcionários públicos em geral, por outro, “engessou” ainda mais o serviço público, comprometendo o que restava de flexibilidade no que tange à administração de recursos humanos. Representou, nesse aspecto, o ápice do “isonomismo”, antítese de sistemas de mérito racionais, objetivos e de uso corrente e bem sucedido em todo o mundo, desde antes do início da Era Cristã. A tarefa de convencimento no que tange à criação e aplicação de sistemas meritocráticos no serviço público brasileiro tornou-se, então, mais difícil. É possível afirmar que houve um retrocesso na busca de soluções para a questão da justiça funcional, aqui vista como um busca constante pela “compensação” por serviços prestados e comprometimento acima da média, no âmbito dos servidores públicos.

Já nos anos 1990, buscava-se, em geral, maior eficiência administrativa no serviço público, dentro de um espectro que incorporava uma maior preocupação com os clientes-cidadãos, com as relações de custo-benefício, o controle por resultados e a valorização crescente dos ativos humanos funcionais.

Nesta primeira década do século XXI, a cultura burocrática tradicional do serviço público brasileiro ainda predomina, com suas nuances de pouco dinamismo, lentidão e centralismo. Fatores como atendimento eficiente e eficaz às missões constitucionais, satisfação plena da clientela interna e externa e incentivo a inovações cotidianas não são a tônica no serviço público. Em um universo de crescente demanda, cobrança e transparência, os planos meritocráticos voltados à divulgação, no âmbito do serviço público brasileiro, do conceito de que “fazer mais e melhor vale e valerá a pena”, apresentam-se como soluções modernizadoras diante de um quadro que exige pró-atividade gerencial efetiva. Tal quadro, em resumo, apresenta as seguintes distorções:

- neutralização das iniciativas de servidores públicos de características empreendedoras;
- predominância de sistemas de administração de pessoal burocratizados e pouco flexíveis;
- insatisfação dos cidadãos-usuários quanto ao atendimento proporcionado;
- predominância, quando existentes, de políticas de pessoal obsoletas e pouco flexíveis; e
- baixo nível de motivação entre os servidores públicos, sobretudo os mais capacitados e dedicados.

Esse quadro gerador de problemas de monta aos gerentes públicos exige tratamento específico, que engloba a construção de sistemas de mérito no universo de trabalho.

Para ampliar a clareza, destaca-se que **Sistema de Mérito** representa um conjunto de procedimentos que inclui avaliações objetivas com base em indicadores pré-selecionados e que leve a uma percepção individualizada ou coletiva de valor meritocrático,

a qual propiciará condições para uma distribuição de benefícios pré-concebidos.

Tais sistemas, comuns em vários países considerados modernos, inclusive em alguns segmentos do Brasil, são estruturados com o objetivo de motivar funcionários e fazer-lhes justiça, gerando, em consequência, uma ampliação constante dos níveis de satisfação e de produtividade.

A tarefa de construção de sistemas de mérito exige esforço direcionado e determinado, sobretudo em função de alguns óbices prevalentes, com destaque, no serviço público. São eles:

- tradição cultural administrativa brasileira, na qual as avaliações são usadas mais como instrumento punitivo do que como vetor de motivação funcional;
- sistemas de ascensão funcional pouco definidos, restritos ou inexistentes, de limitada flexibilidade técnica e, muitas vezes, não lastreados em bases comprováveis de mérito;
- todas as situações, mesmo falta de compromisso dos gerentes públicos em relação à correta administração de sistemas de mérito, sobretudo pela prevalência da chamada **“ideologia da cordialidade”**¹ – ideário que incorpora a necessidade de demonstração de cordialidade com o próximo em aquelas que exigem posturas mais corretivas – no âmbito das relações entre gerentes e subordinados do serviço público brasileiro;
- necessidade de identificação de indicadores objetivos de mérito funcional – trabalha-se normalmente com conceitos de “responsabilidade”, “assiduidade”, “pontualidade”, “competência” etc., quando a demanda pública já pressupõe a necessidade de visualização de aspectos como “capacidade de gerar integração”, “visão de futuro”, “postura contra a burocratização”, “capacidade de inovação”, “disposição para o trabalho em equipe”, “habilidade para transformar conhecimento em valor” etc.;

¹ Expressão cunhada pela professora Livia Barbosa (BARBOSA, 1999).

- receio de destruição de ambientes funcionais “harmônicos”, os quais são mantidos em estado de preservação muito em função do chamado “pacto da mediocridade”, caracterizado, grosso modo, quando funcionários fingem que trabalham e se dedicam ao extremo; gerentes fingem que administram tecnicamente, sobretudo em termos do exercício da função “controle”, e todos fingem que se importam, como prioridade, com os clientes internos e externos de uma organização; e
- inexistência de planos de carreira compatíveis com sistemas de mérito – destaca-se que, na maioria dos casos do serviço público, apesar da limitada flexibilidade, é possível, com criatividade, a efetivação de sistemas de mérito sem extrapolação dos parâmetros legais.

Em pesquisas realizadas no âmbito do serviço público (MORAES, 1996) - com amostragem de diversos públicos (33 órgãos) - sobre aspectos motivacionais, foram obtidos, entre diversos outros, os seguintes dados arredondados:

⇒ Vantagens de trabalhar no órgão (de cada um dos pesquisados)

1. Bom ambiente de trabalho – 31%
2. Possibilidade de aprendizado constante – 19%
3. Importância do trabalho realizado – 17%
4. Atuação profissional dos chefes – 15%
5. Salário adequado – 8%
6. Outros – 10%

⇒ Desvantagens de trabalhar no órgão (de cada um dos pesquisados)

1. Falta de condições de trabalho – 23%
2. Falta de reconhecimento pelo trabalho – 17%
3. Sem desvantagens – 15%
4. Baixos salários – 15%
5. Baixa imagem institucional do órgão – 13%

6. Poucas oportunidades para aperfeiçoamento – 4%
 7. Outros – 13%
- ⇒ Pontos fracos dos sistemas de mérito internos (dos órgãos envolvidos na pesquisa)
1. Politicagem envolvida – 30%
 2. Avaliações sem critérios objetivos – 28%
 3. Nada é prejudicial – 14%
 4. Não existe sistema de mérito interno – 14%
 5. Distribuição restrita de mérito – 9%
 6. Outros – 5%
- ⇒ Aspectos que contribuiriam para melhorar a motivação no trabalho
1. Reconhecimento pelo trabalho realizado – 25%
 2. Salário maior – 14%
 3. Melhoria das condições de trabalho – 13%
 4. Avaliação funcional mais objetiva – 11%
 5. Participação em mais cursos – 10%
 6. Criação de planos de carreira – 7%
 7. Melhoria da qualidade dos gerentes/chefes – 7%
 8. Outros – 13%
- ⇒ Principais razões para a satisfação na carreira
1. Ocupação de cargos de chefia – 18%
 2. Elogios recebidos – 16%
 3. Respeito advindo dos colegas – 15%
 4. Oportunidades obtidas na carreira – 13%
 5. Participação em cursos – 13%
 6. Promoções conseguidas – 10%
 7. Outros – 15%
- ⇒ Principais razões para a insatisfação na carreira
1. Falta de reconhecimento funcional – 41%
 2. Politicagem existente no órgão – 30%
 3. Outros – 29%

Em termos mais gerais, resume-se a pesquisa da seguinte forma:

⇒ A motivação para um desempenho mais eficiente no trabalho viria com:

1. Incentivos relacionados com o gerenciamento cotidiano dos recursos humanos – 72%
2. Incentivos de natureza especificamente financeira – 15%
3. Incentivos relacionados com a melhoria das condições de trabalho – 13%

⇒ Razões genéricas para satisfação na carreira

1. De natureza financeira + outras de natureza diversa – 56%
2. De natureza não financeira – 42%
3. De natureza exclusivamente financeira – 2%

Dos resultados das pesquisas, pode-se depreender que a questão da motivação humana no trabalho – no caso, no universo funcional público – incorpora matizes bem mais amplas que a simples percepção da necessidade de um salário maior, a qual, obviamente, é de vital importância para todos.

Em termos de reflexos práticos a serem obtidos a partir da implantação de sistemas de mérito em organizações públicas, destacam-se:

- modernização da dinâmica de gerenciamento de recursos humanos;
- diminuição das “cobranças gerenciais por melhor desempenho”;
- melhoria dos padrões de iniciativa funcional;
- diminuição da necessidade de gerenciamento em bases autocráticas, em proveito da prevalência da gerência participativa;
- utilização mais produtiva do potencial de trabalho de cada servidor;
- melhoria dos padrões de auto-aperfeiçoamento;

- ampliação da disposição individual para assumir responsabilidades e atingir metas;
- ampliação da dedicação individual e coletiva ao trabalho;
- restrição ao paternalismo e ao patrimonialismo;
- diminuição dos “casuísmos”; e
- ampliação, em larga escala, da justiça funcional e da motivação geral.

A implementação de sistemas de mérito, por suas características intrínsecas, traz, enfim, conseqüências muito positivas e significativas para os órgãos públicos, seus recursos humanos e as clientelas interna e externa envolvidas, assim como forma a base para o estabelecimento de uma nova cultura organizacional, desta feita pautada no mérito pessoal e coletivo, o que se apresenta como aspecto condizente com os rumos desejados para a administração pública neste novo século.

Vale considerar que sistemas de mérito representam instrumentos gerenciais de sustentação dos interesses da organização e de seus recursos humanos, os quais, em conjunto, estão sempre em busca de resultados organizacionais, coletivos e individuais. Tais sistemas visam, sobretudo, a atender aos quatro aspectos abaixo:

- as pessoas não gostam de ser tratadas da mesma maneira, pois prezam uma relativa individualidade;
- a maior parte dos gerentes públicos prefere administrar com base na idéia de desempenho médio, o que gera insatisfação e perda de motivação no âmbito dos recursos humanos mais dedicados;
- não podem ser formadas grandes equipes de trabalho sem a valorização e o reconhecimento dos talentos e esforços individuais;
- não há como construir uma grande organização sem a superação da “profissionalização de subsistência” – atuação profissional limitada ao estritamente necessário, ou postura do esforço mínimo.

A busca pelo “bem comum”, considerada por muitos filósofos como motivo maior de nossa existência, estará sempre mais próxima do sucesso quando são implantados organizacionalmente sistemas de mérito competentes que permitam suprimir injustiças funcionais pela real valorização do esforço coletivo e individual.

No bojo desse contexto, a Abin está lançando seu Programa de Mérito Institucional, que deverá suprir a demanda interna, percebida ou não, por reconhecimento funcional correlacionado com os níveis de contribuição individual ou coletiva em prol do desenvolvimento da organização e do cumprimento cada vez mais efetivo de suas atribuições legais. Transparência, amplitude, justiça, capacitação e motivação são as expressões-chave do Programa.

Destaca-se que o Programa em foco decorre da Política de Capital Humano da Abin, aprovada e divulgada em abril deste ano. (AGÊNCIA ..., 2006)

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Portaria nº 217, de 31 de março de 2006. Aprova a Política de Capital Humano da Agência Brasileira de Inteligência.

———. **Boletim de Serviço**, Brasília, DF, ano VIII, nº 7, 31 mar. 2006, p.10-29.

ARAGÃO, Cecília Vescosi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 48, n. 3, p. 105- 127, set./dez. 1997.

ARAÚJO, Paulo. Empresas premiam mais — participação nos lucros, ações e bonificações estimulam produção nas empresas. **O Dia**, Rio de Janeiro, 5 mar. 2000.

BARATA, José Reis. **Funcionalismo público: óbice ou fator positivo para a realização das políticas governamentais?** Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1989. 95 p.

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia - a ética do desempenho nas sociedades modernas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BEATTY, Jack. **O mundo segundo Peter Drucker - as idéias e teorias de um gigante da administração**. São Paulo: Futura, 1998. 226 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, 2000. 258 p.

———. **Subsídios para estudos dos fundamentos doutrinários**. v. 2 – Assuntos específicos. Rio de Janeiro, 2000, 282 p.

BLECHER, Nelson. Mérito x relações — por que a meritocracia não vingou entre nós. **Revista Exame**, São Paulo, out. 1999. Coluna Idéias, p. 96-100.

CARBONE, Pedro Paulo. Os heróis do setor público: a teia cultural engolindo o empreendedor. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 30, n. 3, p. 93-102, maio/jun. 1996.

CARVALHO, Maria do Socorro Macedo Vieira de. Análise de desempenho: relatório de análise. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 13, n 1, p. 105-114, jan./mar.1979.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CORRÊA, Rossi Augusta Alves. A imagem do cliente e do servidor público: perspectivas para melhorá-la. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 18, p. 18-47, jul./set. 1984.

DIAS, Manoel Antônio. **A importância do servidor público brasileiro nos campos da segurança e do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1987. 38 p.

FERREIRA, Caio Márcio Marini. Crise e reforma do estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 47, volume 120, n. 3, p. 05-31, set./dez. 1996.

FREITAS, Francisco Evangelista. **Avaliação de desempenho humano: origem e desenvolvimento dentro da teoria das organizações**. João Pessoa: UFPb, 1980.

GUSMAO, Marcos. Por que as avaliações não funcionam. **Você S.A.**, São Paulo, ed. 25, ano 3, p. 60-63, jul. 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. A gerência no final do século XX. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 27, v. 2, p. 183-201, abr./jun. 1993.

MARIA, Carmen. **Meritocracia à brasileira: a trajetória da carreira dos gestores governamentais, 2000**. 145 p. Dissertação (Mestrado em Políticas de governo) - Curso de Pós-Graduação e Governo da ESESP/FGV. São Paulo, 2000.

MARINHA DO BRASIL. Serviço de Documentação Geral da Marinha. **Medalhas e condecorações**. Rio de Janeiro, 1983.

MARTINS, Humberto Falcão. Burocracia e a revolução gerencial – a persistência da dicotomia entre política e administração. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 48, n. 1, p. 43-73, jan./abr. 1997.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. O executivo como um administrador de talentos. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 29, n°1, p. 63-69, jan./mar. 1995.

MEDICI, André Cezar; SILVA, Pedro Luiz Barros. A administração flexível: uma introdução às novas filosofias de gestão. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 27, n. 3, p. 26-36, jul./set. 1993.

MORAES, Antônio Mendes de. **Recursos humanos no serviço público federal – análise e perspectivas**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1985, 35 p.

MORAES, Glauco C. **Programa qualidade, produtividade, motivação** - (QPM). Brasília: ENAP/Centro de Referência de Experiências Inovadoras de Gestão na Administração Pública Federal, 1996. 13 p.

MOTTA, Paulo Roberto. Gerência de idéias novas: como despertar a criatividade e vencer a impotência do desejo inovacional? **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 4, p. 71-86, ago./out. 1989.

NEWCOMER, Kathryn E. A preparação dos gerentes públicos para o século XXI. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 05-16, abr./jun. 1999.

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO (NE), nº 9641, 31 mar. 2000.

NUNES, Vicente; ALVES, Ubirajara. Lei Prevê Defesa do Usuário de Serviço Público. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 nov. 1988.

OLIVEIRA, Edison Freitas de. **A função gerencial nas organizações públicas como forma de fortalecer o poder nacional**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1986, 42 p.

ORMOND, Deny; LOFLER, Elke. A nova gerência pública. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 67-89, abr./jun. 1999.

PENENGO, Miguel. O papel do gerente público no processo de mudança. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 48, n. 1, p. 81- 88, jan./abr. 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 47, v. 120, n. 1, p.07-34, jan./abr. 1996.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 4, p. 05-26, out./dez. 1999.

PIMENTA, Carlos César. A reforma gerencial do estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 32, p. 173-199, set./out.1998.

POR QUE OS GERENTES FALHAM. **Você S.A.**, São Paulo, p. 64-67, nov. 1999.

RODRIGUES, Otávio. Equipes de ouro. **Você S.A.**, São Paulo, p. 45-51, out. 1999.

SACHIS, Randi Toler. **Como avaliar o desempenho e a produtividade**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1995.

SILVA, Paulo Vieira da. O servidor público nas constituições federais brasileiras e no projeto da Assembléia Nacional Constituinte. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 106-116, abr./jun. 1988.

SOUZA, Edela Lanzer Pereira. Motivação, cultura e clima em órgãos públicos. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 4, p.89-98, out./dez. 1981.

TOHA, Carolina; SOLARI, Ricardo. A modernização do estado e a gerência pública. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 48, n. 3, p. 85-101, set./dez. 1997.

WAHRLICH, Beatriz. A reforma administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas – uma apreciação geral. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 1, p. 49-57, jan./mar. 1984.

WAHRLICH, Beatriz. Painel sobre a avaliação de desempenho no serviço público federal. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 1, p. 89-104, jan./mar. 1979.

COOPERAÇÃO/INTERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA: perspectivas e limitações

Valentin V. Kiorsak
Rússia

Este artigo se deterá, fundamentalmente, nas questões da cooperação entre os serviços de Inteligência. Tentará desvendar os objetivos, princípios, ramos e formas de cooperação dos órgãos de Inteligência, fundamentar sua atualidade e perspectivas e abordar alguns problemas. A tentativa será fundamentada tanto nos postulados e ferramentas teóricos já existentes, da Ciência da Inteligência, como na experiência pessoal de 26 anos de trabalho prático no campo da cooperação com serviços de Inteligência estrangeiros.

Durante a exposição, tentar-se-á a descrição de algumas dificuldades que limitam a cooperação dos serviços de Inteligência em vertentes extremamente importantes e atuais, como o combate aos seguintes desafios transnacionais: o terrorismo internacional, o narcotráfico e o crime organizado.

O que significa “cooperação”?

O termo “cooperação” significa trabalho conjunto ou ações conjuntas. A mencionada definição pressupõe a existência de, no mínimo, dois sujeitos para a realização de ações conjuntas. Por cooperação entre dois serviços de Inteligência, compreendemos a realização por eles, nos limites de suas competências, por incumbência ou com autorização da alta direção de seus países, de ações conjuntas em áreas operacionais de interesse recíproco. Em face disso, subentende-se por ações conjuntas tanto medidas operacionais concretas como o intercâmbio de informa-

* Artigo baseado na palestra apresentada no Seminário Internacional: A Atividade de Inteligência e os Desafios Contemporâneos. Brasília, DF, 1 e 2 de dezembro de 2005.

ções de Inteligência de interesse mútuo. Nos últimos tempos, tem-se tornado mais atual, no âmbito da cooperação entre serviços de Inteligência, o termo “interação” (“*vzaimodéistvie*”, ação mútua).

E por que o “por incumbência ou com autorização da alta direção de seus países”? Isso é devido ao fato de que a interação dos serviços de Inteligência é parte integrante das relações entre Estados e, por isso, apenas o poder dirigente resolve se deve estabelecer e desenvolver contatos com esse ou aquele Estado em uma área tão melindrosa e delicada como é a atividade dos serviços de Inteligência.

Os Principais Ramos da Interação dos Serviços de Inteligência

Os líderes de todos os países têm a clara consciência de que apenas ações conjuntas e coordenadas dos serviços de Inteligência podem identificar, prevenir e impedir a ação de terroristas e de membros de estruturas criminosas que planejam e realizam crimes contra a civilização, a vida e a saúde dos cidadãos no planeta. Compreendem também que o trabalho de combater as ameaças atuais é cometido, primordialmente, aos serviços de Inteligência, uma vez que apenas eles são capazes de solucioná-las com eficácia, por meio de recursos e métodos específicos da atividade. Da mesma forma, é razoável constatar que os próprios profissionais dos órgãos de Inteligência e de Contra-Inteligência sabem com perfeição que só é possível combater as ameaças atuais de caráter internacional e transnacional através da cooperação com os colegas estrangeiros. Nesse sentido, é imprudente subestimar a importância da interação dos serviços de Inteligência no momento.

Sem dúvida, o combate aos modernos desafios é um ramo prioritário da cooperação dos serviços secretos, todavia sua interação não se limita unicamente a esse campo.

Dependendo do caráter das relações interestatais e do nível de confiança existente entre os serviços secretos, pode-se tam-

bém destacar outras áreas de cooperação, tais como o intercâmbio de informações políticas sobre estabilidade global, situação em “pontos quentes” (regiões de conflito, problemas internacionais atuais relativos ao controle da não-proliferação de armas nucleares e de seus componentes, de armas químicas e bacteriológicas, entre outras de extermínio em massa); intercâmbio de informações sobre temas econômicos; garantia de segurança de instituições e cidadãos das partes, nos territórios recíprocos; preparação de pessoal e intercâmbio acadêmico; e, por fim, a realização conjunta de medidas operacionais e técnico-operacionais em relação a alvos de interesse recíproco.

Pode-se relacionar uma enorme gama de outros ramos de interação.

Os ramos da interação são determinados pelos próprios serviços de Inteligência. É natural que o intercâmbio de informações de caráter político ou econômico pressupõe assinalação prévia da problemática desse diálogo pelas partes. A utilidade de tal intercâmbio é determinada pela necessidade das informações transmitidas, pela profundidade e objetividade de seu conteúdo, sua atualidade e fidedignidade.

A cooperação no campo da preparação de pessoal pressupõe um elevado nível de confiança entre os parceiros, uma vez que ficam desvendados, parcialmente, o quadro de pessoal dos serviços de Inteligência e as maneiras e métodos de sua formação profissional.

Princípios da Interação

A eficácia e os resultados da cooperação dos serviços de Inteligência dependerão primordialmente, da observância dos seguintes princípios em suas relações:

- voluntariedade – sem a boa vontade e o consentimento de ambas as partes da parceria, a interação não é possível, pois, desde o início, esta basear-se-á no desinteresse em trocar quaisquer informações com os colegas, na descon-

fiança e desejo de contatá-los cada vez menos, o que aniquila a própria necessidade da cooperação;

- igualdade de direitos – esse princípio exclui a atribuição ou a tentativa de qualquer uma das partes de se atribuir direitos ou vantagens de maneira a ditar sua vontade e impor suas regras do jogo; essa visão não pode ser fundamentada ou justificada por nenhuma experiência operacional mais rica, de maior passado ou de grande potência, nem pela situação financeira mais forte de uma das partes;
- não-ingerência nos assuntos internos um do outro – a presente regra está diretamente ligada à anterior; cada serviço de Inteligência constitui-se em órgão estatal de seu país, com todos os regulamentos daí decorrentes, os quais excluem qualquer ingerência externa em sua atividade funcional;
- “desideologização” – qualquer serviço de Inteligência que atue exclusivamente em prol do Estado – e não para qualquer partido ou estrutura política – é capaz de cumprir com muito mais êxito as tarefas a ele cometidas; a prática demonstra que as simpatias políticas e visões ideológicas não devem predominar nem mesmo influir na atividade dos profissionais de Inteligência, pois, caso contrário, eles se tornam dependentes, preconceituosos e subjetivos; igualmente nas relações de interação, não devem manifestar-se fatores como nacionalidade, religião e gênero;
- vantagem mútua – a cooperação simplesmente pela cooperação, em função do respeito a alguém, não se justifica em nenhuma circunstância; a interação subentende a realização de ações conjuntas ou o intercâmbio de informações apenas nas áreas que interessem mutuamente às duas partes, com o objetivo de se atingir resultados vantajosos para ambas;

- levar em conta as possibilidades das partes – às vezes, ocorre que a existência dos chamados “pontos de contato”, isto é, de interesse comum, é insuficiente para ações conjuntas, uma vez que, em um lapso de tempo concreto e sob circunstâncias concretas, uma das partes não dispõe das possibilidades correspondentes; isso é particularmente importante de se ter em conta no intercâmbio de informações políticas ou operacionais, do contrário, a parceria trabalhará inutilmente;
- respeito ao direito do parceiro de não revelar seus segredos – à despeito do fato de a interação ser impossível sem confiança, não vamos nos esquecer de que estamos tratando da atividade de serviços secretos, que obtêm informações por vias operacionais e de fontes sigilosas; qualquer parceiro tem o direito de determinar a conveniência da transmissão à outra parte de uma ou outra informação; isso se refere, em especial, àquelas situações em que a possível utilização pela outra parte da informação recebida pode levar à identificação da fonte, com os inerentes riscos à vida desta última;
- não causar dano a terceiros – levando em conta o fato de que, atualmente, os serviços de Inteligência da maioria dos países mantêm relações de cooperação entre si, torna-se claro ser preciso tratar com cuidado a utilização das informações recebidas de parceiros, de forma a evitar possíveis danos políticos ou operacionais em relação à pessoa de quem foram obtidos esses dados; por motivos óbvios, a observância desse princípio está diretamente ligada a conceitos de caráter ético; no mundo dos serviços de Inteligência, alguém está permanentemente interessado em algo ou alguém, freqüentemente não são considerados fatores como as condições de obtenção da informação e as possíveis conseqüências de sua utilização, especialmente se as

informações são de profundo interesse e solicitadas pela direção; no caso de surgir a necessidade de se transmitir as informações obtidas de um parceiro a uma terceira parte, deve-se obrigatoriamente obter autorização deste para tal;

- severa observância pelas partes, no processo de interação, da legislação de seus países – no curso da cooperação, podem surgir ocasiões em que uma das partes não pode realizar um ou outro ato em face do risco de violação da legislação de seu país; por exemplo, no processo de investigação conjunta de uma quadrilha do crime organizado, um dos serviços secretos não tem possibilidades de realizar a escuta clandestina ou a busca e detenção de criminosos, uma vez que tais ações não são de sua competência; naturalmente, não seria lógico exigir isso do parceiro.
- caráter sigiloso ou confidencial – certamente, não é necessário ressaltar mais uma vez a importância de se observar esse princípio, espinha dorsal de toda a atividade operacional; já no que concerne à interação, é necessário acrescentar que, às vezes, é impossível ocultar o fato da cooperação com esses ou aqueles parceiros, particularmente no que diz respeito a questões de combate aos desafios transnacionais; ao mesmo tempo, não existe nenhuma necessidade de se divulgar o conteúdo da cooperação; além disso, partimos do pressuposto de que a atividade dos serviços de Inteligência, inclusive no canal de cooperação, só deve ser do conhecimento de pessoas específicas, isto é, dos órgãos cujos respectivos mandatos foram determinados pela Constituição e legislação do país.

Formas de Interação

Esta parte do texto se deterá, um pouco, nas formas de interação dos serviços de Inteligência.

A forma fundamental de manutenção de relações de cooperação, sem dúvida, são os encontros pessoais de dirigentes dos serviços de Inteligência durante as trocas de visitas. Esses contatos em alto nível, via de regra, possibilitam o estabelecimento e o aprofundamento da confiança mútua entre os parceiros, alicerçam os objetivos estratégicos, e definem a forma da interação, dando-lhes a necessária dinâmica.

Deve-se, entretanto, considerar que os resultados, a mútua utilidade e, principalmente, a eficácia de toda a cooperação dependem essencialmente dos encontros de trabalho de especialistas e consultores (encontros de analistas) dos serviços parceiros. No âmbito desses contatos, os profissionais resolvem de modo concreto, em seu nível, as tarefas traçadas pelos dirigentes, trocam informações, avaliações e prognósticos, delimitam o círculo de seus interesses de informações e as próximas medidas conjuntas. Independentemente das altas declarações e promessas dos dirigentes, todo o destino da interação depende dos executores, que dispõem de informações concretas e estão em condições de planejar e executar operações conjuntas com seus colegas estrangeiros. É necessário ressaltar que as ações dos profissionais necessitam, em todos os níveis e etapas, de rígido controle, visto que se realizam em um campo tão sensível como o é o dos contatos com colegas de serviços de Inteligência de potências estrangeiras.

Os parceiros resolvem as questões correntes da interação por intermédio de seus representantes ou oficiais de ligação, acreditados reciprocamente junto à outra parte. Nós diferenciamos representante de oficial de ligação. De uma forma geral, são nomeados profissionais que possuem grande experiência de trabalho em unidades de Inteligência e de Contra-Inteligência para as funções de representantes da organização no exterior, inclusive no campo da cooperação com parceiros estrangeiros. Esses oficiais estão em condições de discutir com independência e solucionar com os parceiros diversas questões da interação, analisar e comentar as informações recebidas e transmitidas, reagir de modo

operacional aos pedidos de informações e proposições da parte local. Já as funções do oficial de ligação são bem mais restritas. Elas podem ser realizadas cumulativamente a outras tarefas, como a garantia da segurança das instituições e de cidadãos no exterior, entre outras.

Dificuldades que limitam a interação

Deve-se destacar que existem situações que dificultam a cooperação ou reduzem substancialmente sua eficácia.

Em geral, diversas condicionantes de caráter objetivo e subjetivo, que podem favorecer ou frear o mencionado processo, influenciam na cooperação dos serviços de Inteligência – assim como em qualquer forma de atividade humana. Alguns motivos objetivos que dificultam a interação são a ausência de interesses comuns, a distância e as possibilidades financeiras e operacionais limitadas. Aos subjetivos podemos relacionar a divergência de visões de cada uma das partes quanto à cooperação, a existência de atritos políticos entre os Estados, a falta de desejo de interagir e uma posição preconcebida quanto a determinado serviço de Inteligência.

A atual realidade mundial, mais precisamente os desafios transnacionais, que representam ameaça ao mundo todo, determina, aos serviços de Inteligência, a necessidade de manter relações de interação com o objetivo de contrapor-se ao terrorismo internacional, ao narcotráfico e ao crime organizado. O termo “crime organizado” refere-se, neste texto, a ações extremamente perigosas, como, comércio ilegal de armas, contrabando, tráfico humano, lavagem de dinheiro, falsificação de dinheiro e de documentos e fraudes financeiras de grande monta, realizadas por organizações criminosas.

Os serviços de Inteligência, ao lidarem com esses desafios, deparam com alguns problemas, descritos a seguir.

- Ausência de uma abordagem mundial unificada do conceito de “terrorismo”, fixado pela legislação de cada país. Essa condicionante dificulta a elaboração, pela comunidade mundial e por suas respectivas estruturas, de mecanismos internacionais precisos de combate a esse mal, o que determina a divergência de abordagens dos diversos países e de seus serviços de Inteligência na interação sobre essa temática;
- Padrão dúbio de alguns estados na determinação do terrorismo, ditado por concepções políticas, ideológicas ou outras conjunturais. Atualmente, aqueles que explodem e matam pessoas indefesas são considerados terroristas em um país e combatentes pela independência, em outro. Um exemplo, os separatistas chechenos. Nenhum objetivo político pode justificar os crimes contra a vida humana. Infelizmente, a maioria dos países já experimentou, o que é o terrorismo. Normalmente, entre os profissionais, existe a compreensão da necessidade de unificação e coordenação de esforços para combater essa ameaça. Todavia, a abordagem ambígua de determinados políticos quanto a esse problema limita a interação dos serviços de Inteligência e reduz sua eficácia. Tomemos um outro exemplo, mas agora da área do combate ao crime organizado. Membros de quadrilhas do crime organizado, procurados em alguns países pela realização de grandes crimes financeiros, obtêm asilo político em outros Estados, movimentam-se livremente nesses territórios e têm a possibilidade de lavar seus capitais em terceiros países por intermédio de empresas fantasmas e paraísos fiscais. É patente que, para o êxito do combate aos modernos desafios, não bastam declarações e anúncios dos dirigentes, são necessários, também, vontade política e desejo materializados em passos concretos.

- Existência de grande quantidade de serviços de Inteligência em determinados países, dedicados a questões de combate às ameaças atuais, sem um órgão central, para a devida coordenação da atividade deles, e o estabelecimento de relações de parceria de cada um deles com colegas estrangeiros. Exemplo disso é a interação de serviços especiais de diversos ramos, os quais não podem intercambiar informações pelo fato de não disporem delas (Inteligência e Contra-Inteligência, e vice-versa). Os grupos do crime organizado internacional são estreitamente relacionados com contrabandistas de armas, e estes dois grupos são ligados aos terroristas e traficantes de seres humanos. É patente que, para se contrapor a eles, é preciso que haja união e coordenação de ações de órgãos de Inteligência, de Contra-Inteligência, de Finanças, de Guardas de Fronteira e de Alfândega. Nesse caso, as informações que serão trocadas pelos parceiros serão as mais completas, fidedignas, objetivas e úteis para a adoção de medidas oportunas contra eles.
- Desconfiança recíproca dos participantes da parceria. Sem dúvida, esse é um dos mais sérios problemas, cujas raízes encontram-se no passado histórico relativo à recente oposição ideológica dos dois sistemas mundiais. É decerto difícil superar o estereótipo do “adversário” e cooperar com o inimigo de ontem, mesmo em se tratando do combate a um mal que ameaça igualmente a uma e à outra parte. Parceiros entre os quais inexiste a devida confiança não podem compartilhar informações confidenciais fidedignas, atuais e necessárias para a realização de medidas eficazes em determinadas situações pela outra parte. Manifesta-se outra vez o estereótipo do temor de divulgação de informações ou a “queima” da fonte.
- Parece-nos que seria mais fácil combater os desafios transnacionais se os serviços de Inteligência trocassem, de modo operacional e recíproco, dados sobre organiza-

ções e grupos terroristas, sobre extremistas e criminosos atuantes em seus territórios, sobre seus líderes e militantes, sobre narcotraficantes e contrabandistas, sobre formas, métodos de atuação, canais de financiamento, ligações com estruturas estrangeiras análogas, etc. É evidente que a criação de um órgão internacional de coordenação da atividade de todos os serviços secretos na área do combate às ameaças internacionais poderia auxiliar na solução dessa tarefa. Trata-se aqui da necessidade de criação de um tipo de Interpol dos serviços de Inteligência, que disporia de uma ampla base sobre a problemática do combate a crimes transnacionais. Essa base de dados seria permanentemente alimentada pelos próprios serviços de Inteligência, os quais seriam, simultaneamente, seus principais usuários. Ao se obter informações operacionais sobre planos concretos ou ações em preparação por terroristas e outros criminosos perigosos, esse instituto internacional – com a observância de rígidas normas de sigilo – enviaria as respectivas orientações e recomendações à região específica, e, no caso de necessidade, prestaria assessoria concreta. Esse, é claro, é um modelo exagerado e até idealizado de ação de um órgão de Inteligência, mas a idéia de sua criação merece ser examinada.

- Desinteresse dos dirigentes dos estados na realização da interação de seus serviços de Inteligência com os profissionais estrangeiros. Muitos líderes simplesmente prestam homenagem à problemática da moda, de combate aos desafios transnacionais, mas, na realidade, vêem com formalismo a cooperação nesse campo, uma vez que, em seus países, ainda não houve manifestações desses crimes. Essa abordagem também pode estar relacionada à carência dos recursos financeiros necessários, à falta de maturidade e ao despreparo para a interação dos próprios serviços de Inteligência. Alguns países em desenvolvimento,

por exemplo, estabelecem como condição para o estabelecimento da interação exigências de prestação de ajuda financeira e material.

Fazendo um balanço do que foi apresentado, podemos constatar que – em princípio – os dirigentes da maioria dos Estados e dos serviços de Inteligência têm uma compreensão precisa da necessidade da interação com os parceiros estrangeiros no combate aos desafios atuais. Todavia, as perspectivas dessa cooperação são determinadas por seu real desejo político de interagir com eficácia e pela existência, para tal, do necessário nível de confiança em relação aos colegas estrangeiros. O resultado da cooperação também dependerá da observância, pelas partes, dos princípios norteadores da interação, da existência das devidas condições de realização da atividade operacional pelos profissionais em seu país e da prática de encontros de trabalho regulares com os profissionais estrangeiros. A conjuntura existente entre os Estados cooperantes também se manifesta nos contatos entre os serviços de Inteligência. O *status* dos serviços de Inteligência, seu lugar e papel na hierarquia dos órgãos de Estado de seus países não podem, é claro, deixar de influir na eficácia da interação.

Em resumo, podem ser encontrados infinitos motivos para que se justifique o pequeno retorno da cooperação, mas pode-se alegar o princípio: “quem quer, busca as possibilidades; quem não quer, busca justificativas”. Por força dos fatores conhecidos, o mundo está cada vez mais vulnerável perante as ameaças atuais. Por isso, para combatê-las, faz-se necessária a união de esforços. É exatamente isso o que se espera dos serviços de Inteligência.

PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO: uma questão de contra-inteligência de estado

Isabel Gil Balué
Marta Sianes Oliveira do Nascimento
Abin

Considerações iniciais

O conhecimento sempre ocupou lugar de destaque na evolução da sociedade e, desde a Grécia antiga, é considerado foco central da epistemologia e da filosofia. No século XV, o desenvolvimento do sistema de impressão de Gutenberg permitiu a reprodução mais rápida de cópias de livros, o que causou uma verdadeira revolução na disseminação de conhecimentos.

Na Europa da Idade Moderna, a intensificação das relações comerciais, o mercantilismo, as grandes navegações e as pretensões territoriais hegemônicas de alguns Estados impuseram a necessidade de políticas voltadas para a produção, coleta, organização, armazenamento, recuperação, disseminação e controle de diferentes tipos de informação. Nessa época, já se adotava a utilização de embaixadores residentes que buscavam informações com o objetivo de obter melhores condições de negociação e conquistar um diferencial competitivo nas relações diplomáticas.

No século XX, o mundo tornou-se mais complexo devido ao aumento do volume de informações e à diversidade e evolução dos meios de comunicação: jornais, revistas, rádio, televisão, telefonia fixa e móvel, fac-símile, Internet, satélites etc. O progresso eletrônico no campo das comunicações possibilitou

disponibilizar, em tempo real, infinita gama de informações para qualquer local do planeta.

A abertura do comércio internacional e o avanço do capitalismo, facilitados pela falência dos blocos ideológicos antagônicos nas últimas décadas do século passado, colaboraram para consolidar uma nova era – Sociedade da Informação – em que o recurso econômico básico não se resumia mais a capital, terra e mão-de-obra, mas sim ao conhecimento. O conhecimento passou a representar o elemento central das novas estruturas econômicas e a exercer forte influência sobre o nível de desenvolvimento de cada país.

O atual cenário, caracterizado pela globalização de mercados e pela inovação tecnológica, possibilitou a consolidação do conhecimento como diferencial competitivo, imprescindível a qualquer empreendimento e atividade. Em decorrência, empresas e Estados têm estabelecido estratégias voltadas para sua proteção, especialmente quando sua salvaguarda está diretamente relacionada à preservação de interesses econômicos e a questões de soberania.

A competitividade de uma empresa ou de um país, dessa forma, passa a estar relacionada não somente à informação desenvolvida, acumulada e compartilhada e à capacidade das pessoas transformarem essas informações em conhecimentos, mas também à necessidade de protegê-los.

A época em que os conhecimentos adquiridos dentro do espaço científico e acadêmico constituíam patrimônio aberto, colocado à disposição de todos sem restrição, pertence ao passado. De modo contundente, a produção de conhecimento está diretamente associada a sua proteção e exploração. Um dos objetivos da pesquisa científica, hoje, é propiciar a exploração de seus resultados.

No cenário mundial, competitivo e globalizado, dentro de uma perspectiva eminentemente econômica, a questão das patentes e, mais amplamente, dos direitos de propriedade intelectual adquire

uma importância fundamental: o número de registros de patentes tem sido considerado, internacionalmente, um dos indicadores para aferir o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma nação.

A geração de conhecimento tem proporcionado crescente inserção econômica do Brasil no contexto internacional. O País apresenta avanços tecnológicos em setores estratégicos como o nuclear, aeroespacial, de biotecnologia, de matrizes energéticas e de novos materiais. Universidades e institutos de pesquisa nacionais têm se firmado como centros de excelência e contribuído para aumentar a produção científica no País.

Para consolidar sua posição de destaque entre os países emergentes, o Brasil necessita proteger os resultados advindos de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como desenvolver uma cultura que valorize a salvaguarda de conhecimentos nacionais. Não obstante a importância do conhecimento, sua preservação ainda é pouco disseminada nos meios acadêmico e empresarial e expõe o País a diferentes tipos de ameaças como a espionagem e o monitoramento realizado por concorrentes internacionais.

Proteção do conhecimento sob o enfoque da Inteligência Econômica

A crescente integração econômica entre os países e a expressiva concorrência por novos mercados têm forçado Estados e empresas a observar o que ocorre em seu entorno, a antecipar-se por meio da identificação de ameaças e oportunidades e a reforçar a proteção de conhecimentos com alto valor agregado.

Nesse contexto, tornou-se indispensável o desenvolvimento de uma cultura de Inteligência Econômica, a qual pode ser entendida como um conjunto de ações de busca, tratamento, difusão e proteção de informações estratégicas que subsidiam o processo decisório de diferentes atores econômicos, nas esferas empresarial e governamental (SANDOVAL, 2006).

Besson e Possin, diretores do Centro Internacional de Ciências Criminais de Paris e Membros do Instituto de Altos Estudos de Segurança Interna (IHESI), definem Inteligência Econômica como:

[...] la maîtrise concertée de l'information et de la coproduction de connaissances nouvelles. Elle est l'art de détecter les menaces et les opportunités en coordonnant le recueil, le tri, la mémorisation, la validation, l'analyse et la diffusion de l'information utile ou stratégique à ceux qui en ont besoin. (BESSON; POSSIN, 2006).

Diante da espionagem industrial e comercial, a Inteligência econômica, utilizando-se de procedimentos legais e éticos, agrega uma nova dimensão aos mecanismos que visam a proteger a produção científica e tecnológica. Por meio de um conjunto organizado de questões e respostas pertinentes, prepara as empresas para enfrentar toda sorte de ameaças e agressões provenientes do meio externo e se coloca à disposição para possibilitar a tomada de decisões estratégicas que garantam o alcance de objetivos organizacionais (BESSON; POSSIN, 2001).

As nações, da mesma forma que as empresas, precisam definir com clareza o espaço que desejam ocupar no cenário mundial. Em um ambiente de acirrada competitividade, quando uma nação não se projeta de maneira relevante na esfera militar ou política, necessita ter sucesso economicamente para permanecer independente. E, freqüentemente, obter sucesso econômico significa ter informações melhores que seus competidores. Observa-se, no relacionamento entre as nações, que alguns países podem ser aliados em termos militares e alinhados politicamente, mas são grandes adversários ou competidores no que se refere a aspectos econômicos.

No enfoque da Inteligência econômica, atividades de monitoramento do ambiente externo devem ocorrer paralelamente às atividades de proteção do conhecimento, a fim de manter vantagens competitivas adquiridas e de evitar que concorrentes obtenham informações relevantes. O acesso não-autorizado a

know-how, a processos de inovação, pesquisa e desenvolvimento, bem como a planos e estratégias pode comprometer a consecução de objetivos nacionais e resultar em prejuízos expressivos no campo socioeconômico.

Segundo Mario Sandoval (2006), professor de Segurança Internacional e Inteligência Estratégica em universidades francesas, o Estado tem papel fundamental no desenvolvimento de uma política de segurança econômica, que possibilite a proteção de conhecimento com alto valor agregado. Para ilustrar esta afirmativa, analisou as formas de implementação de ações de Inteligência Econômica utilizadas por países como Japão, Estados Unidos da América (EUA), Alemanha e França.

As táticas adotadas pelos países estudados por Sandoval (2006) apresentam pontos em comum, tais como: a utilização estratégica da informação; o desenvolvimento de um sentimento coletivo de patriotismo econômico; a criação de estruturas governamentais voltadas para a gestão e preservação de conhecimentos nacionais; e a sinergia com atores econômicos públicos e privados.

A França, em 2004, estabeleceu formalmente o tema da Inteligência Econômica como prioridade nacional. Alain Juillet (2004), nomeado pelo presidente da república como responsável pelo assunto naquele país, definiu, em entrevista à *LExpansion.com*, as ações desenvolvidas pelo governo francês para evitar a “pilhagem” de tecnologias francesas, enfatizando a necessidade de recuperar o atraso em que o país se encontrava nesse campo.

Estados têm desenvolvido ações de proteção do conhecimento no contexto da Contra-Inteligência, entendida como:

[...] atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem (BRASIL, 2002).

Medidas voltadas para a proteção do conhecimento, incluindo a adoção de condutas preventivas por nacionais, têm sido amplamente disseminadas pelos Estados no intuito de evitar a ameaça da espionagem e resguardar vantagens competitivas. Cabe destacar que ações de Inteligência Econômica voltadas para a proteção de informações, especialmente contra ações ilícitas de espionagem, têm encontrado apoio nos avanços legislativos de alguns países.

A Lei de Espionagem Econômica (ESTADOS UNIDOS, 1996) permitiu aos EUA tratar a obtenção ilegal de segredos comerciais como crime federal, estabelecendo penas que podem alcançar até 15 anos de detenção e multa de 10 milhões de dólares. O Código Penal português (PORTUGAL, 1995) também estabeleceu o delito de espionagem, responsabilizando nacionais que, ao colaborarem com governos, associações, organizações ou serviços de informações estrangeiros, tornem acessível fato, documento, plano ou objeto que, em defesa dos interesses do Estado português, devam ser mantidos em segredo.

Discussões acerca da necessidade da aplicação de sanções penais para cidadãos que praticam ações de espionagem têm sido ampliadas, inclusive no Brasil. No Congresso Nacional, tramitam Projetos de lei (BRASIL, 1991; 2002), que pretendem tipificar os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade, entre eles a obtenção de informação de interesse do Estado brasileiro com a finalidade de revelá-la a governos ou grupos estrangeiros.

Recentemente, o termo “espionagem cibernética” passou a ser utilizado em razão do expressivo aumento de ataques a sistemas informatizados, muitas vezes com o propósito de acessar indevidamente informações com valor econômico. Segundo o *Defense Security Service* (DSS), os sistemas de informação têm sido o principal alvo de incidentes suspeitos de espionagem nos EUA (ESTADOS UNIDOS, 2004). Em consequência, a legislação que caracteriza “delitos informáticos” é uma das que mais avança naquela nação e em outros países.

A comunidade de Contra-Inteligência estadunidense avalia que pressões comerciais levarão os países a ampliar a proteção legal de segredos de mercado, no intuito de manter competitividade e atender requisitos de organizações multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (ESTADOS UNIDOS, 2004).

Não obstante esforços para criar legislações que possam combater a espionagem, esta prática tem sido amplamente empregada no mundo atual. As técnicas para obtenção não-autorizada de dados e informações privilegiadas estão cada vez mais sofisticadas e incluem o emprego de modernas tecnologias.

Os efeitos da espionagem no campo econômico são de difícil mensuração. De acordo com relatório baseado em dados sobre espionagem industrial nos EUA, elaborado pelo *Office of the National Counterintelligence Executive* (ESTADOS UNIDOS, 2004), estimar prejuízos resultantes da aquisição ilegal de tecnologias estadunidenses e segredos de mercado é tarefa extremamente desafiadora, pois as perdas não são facilmente evidenciadas.

Proteção ao conhecimento no contexto dos serviços de Inteligência

Nos últimos anos, os serviços de Inteligência de diferentes países têm sido reorientados no sentido de desenvolver ações de Inteligência Econômica, incluindo a criação de programas voltados para a proteção de informações com potencial econômico e de conhecimentos científico-tecnológicos.

A estrutura de Contra-Inteligência do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), além de exercer sua missão de segurança nacional nos EUA, implementa o programa *Awareness of National Security Issues and Response* (ANSIR) com o objetivo de proteger informações governamentais contra ameaças potenciais, bem como reduzir vulnerabilidades de segurança em organizações estadunidenses.

A partir dos anos 1990, o foco do ANSIR incluiu o setor privado e a salvaguarda de informações econômicas. A atuação do FBI envolve visitas a instituições que possuem ativos estratégicos, bem como a conscientização e o treinamento de funcionários que têm acesso a documentos classificados.

Da mesma forma, o *Canadian Security Intelligence Service* (CSIS), serviço de Inteligência canadense, desenvolve um programa de conscientização em organizações, públicas e privadas, para defender o país da espionagem e de outras ameaças contra interesses comerciais.

O programa do CSIS, implementado por seu segmento de Contra-Inteligência, busca identificar informações e tecnologias críticas que devem ser protegidas, analisar vulnerabilidades e recomendar medidas de proteção física, de controle de documentos classificados e de segurança das comunicações.

Sob o mesmo enfoque, o Serviço de Informações de Segurança (SIS) de Portugal criou o Programa de Segurança Econômica (PSE), com o objetivo de defender interesses econômicos portugueses em face de ameaças estrangeiras. O programa privilegia uma abordagem preventiva, e atua prioritariamente em organizações consideradas estratégicas para o crescimento da economia portuguesa.

A Direção-Geral de Segurança Externa (DGSE), serviço de Inteligência externo francês, subordinado ao Ministro da Defesa, é responsável pela Inteligência militar, informação estratégica, Inteligência eletrônica e contra-espionagem. A partir de 2004, dentro da nova política de governo para a área de Inteligência Econômica, integrantes do DGSE passaram a trabalhar ativamente em temas econômicos e industriais, com o objetivo de defender e apoiar as atividades de empresas francesas com relação aos domínios ditos sensíveis (FRANCE..., 2006). De modo semelhante ao modelo de fundos de investimentos da Agência Central de Inteligência (CIA), adotado pelos EUA, os serviços secretos franceses dis-

põem de fundos de financiamento de empresas estratégicas para proteção e manutenção de tecnologias de interesse nacional.

O Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento

O Brasil, a exemplo de potências econômicas e industriais, tem se esforçado para fortalecer uma cultura de Inteligência Econômica que possibilite a proteção de conhecimentos gerados no País e a manutenção de diferenciais competitivos.

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem a competência legal (BRASIL, 1999) de planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis¹, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade. Para cumprir essa atribuição, tem implementado o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), em parceria com instituições nacionais, públicas e privadas, que geram e custodiam conhecimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico do País.

O PNPC, realizado no contexto da atividade de Contra-Inteligência de Estado, visa a contribuir para a formação e manutenção de uma cultura de proteção do conhecimento no País. Atividades de sensibilização têm sido priorizadas com o propósito de conscientizar diferentes atores nacionais sobre ameaças aos conhecimentos sensíveis, como a espionagem econômica.

Nos últimos anos, o público-alvo do PNPC tem sido ampliado sistematicamente e novas demandas de sensibilização têm ocorrido, sobretudo no ambiente acadêmico. A propagação de uma cultura de proteção nos ensinamentos de graduação e pós-graduação visa à formação de profissionais mais conscientes.

O programa objetiva, ainda, assessorar instituições nacionais por meio da recomendação de medidas de proteção nos segmentos de áreas e instalações, documentos e materiais, pessoal e sis-

¹ Aqueles que, por sua importância para a defesa dos interesses e a segurança do Estado e da sociedade, necessitam de medidas especiais de salvaguarda.

temas de informação. A normatização de procedimentos de segurança e a classificação de documentos, em diferentes graus de sigilo, também têm sido orientadas.

Outra vertente do programa consiste na proteção de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético nacional. Os saberes tradicionais têm sido facilitadores na descoberta do potencial de recursos genéticos existentes em território brasileiro, especialmente para a fabricação de novos fármacos e cosméticos. Em consequência, populações indígenas e ribeirinhas têm sofrido assédios de estrangeiros para ensinar como espécimes da flora e da fauna são utilizados na prevenção e cura de diferentes enfermidades.

O segmento de Contra-Inteligência da Abin tem buscado, por meio do PNPC, sensibilizar a sociedade para a importância de preservar o patrimônio genético nacional e alertar para o fato de que práticas ilícitas, como a biopirataria, resultam em perdas econômicas significativas para o País.

Considerações finais

Em um ambiente de intensa competitividade em escala mundial, a sobrevivência de Estados e empresas está cada vez mais associada à gestão e à proteção do conhecimento. Esse cenário tem demandado atenção de diferentes atores, incluindo tomadores de decisão em âmbito governamental, e o crescente envolvimento estatal na preservação de interesses econômicos nacionais.

A formação e a consolidação de uma mentalidade de proteção ao conhecimento, a execução consciente e equilibrada de medidas de salvaguarda e a adequada aplicação de tecnologias da informação e comunicação são fundamentais para evitar a concretização de ameaças potenciais.

Nesse contexto, o PNPC adquire especial importância ao voltar-se prioritariamente para a salvaguarda de conhecimentos estratégicos. Além disso, representa ferramenta essencial da ativi-

dade de Contra-Inteligência de Estado no processo de sensibilização de instituições brasileiras geradoras e detentoras de conhecimentos sensíveis, bem como na prevenção de ameaças potenciais decorrentes de atividades antagônicas aos interesses nacionais.

As reflexões apresentadas têm como principal objetivo posicionar a questão da proteção do conhecimento estratégico, sob o enfoque da Contra-Inteligência de Estado e da Inteligência Econômica. Além disso, apresentam algumas considerações a fim de subsidiar a comunidade científica – instituições acadêmicas, pesquisadores e agências de fomento –, o mundo empresarial e os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas públicas de ciência e tecnologia no desenvolvimento de ações efetivas de proteção do conhecimento.

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento. Brasília, DF, 200?. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/abin/index_html_raiz>. Acesso em: 14 jul. 2006.

BESSON, Bernard; POSSIN, Jean-Claude. Définition de l'intelligence économique. In: Stratégie @ web - poitevineau.com, site personnel édité par Gérald Poitevineau. Disponível em: <<http://www.poitevineau.com/def-intelligence-economique-besson-possin.html>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

_____. **Du renseignement à l'intelligence économique**. Paris, Dunod, 2001.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 2.462, de 05 de março de 1991. Define os crimes contra o estado democrático de direito e a humanidade. In:— Portal da Câmara. **Projeto de lei e outras proposições**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoes/>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 6.764, de 09 de maio de 2002. Acrescenta o Título XII, que trata dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, à Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. In: — Portal da Câmara. **Projeto de lei e outras proposições**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoes/>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

_____. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 2002. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Seção 1, p.1.

BRASIL. Presidência da República. Casa Militar. Portaria nº 277, de 28 de novembro de 1997. [Aprovar o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento...].

CANADIAN SECURITY INTELLIGENCE SERVICE (CSIS). Liaison/Awareness Program. Disponível em: <http://www.csis.gc.ca/en/about_us/sharing_public.asp#bm01>. Acesso em: 14 jul. 2006.

ESTADOS UNIDOS. Department of Justice. Federal Bureau of Investigation (FBI). Counterintelligence. National Security Awareness Program. Awareness Of National Security Issues And Response. Disponível em: <<http://www.fbi.gov/hq/ci/ansir/ansirhome.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

———. House of Representatives. Economic Espionage Act of 1996. Public law 104-294, oct. 11, 1996. To amend title 18, United States Code, to protect proprietary economic information, and for other purposes. Disponível em: <<http://www.iwar.org.uk/econspionage/resources/econtact1996.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

———. Office of the National Counterintelligence Executive (Oncix). Annual Report to Congress on Foreign Economic Collection and Industrial Espionage – 2004. Disponível em: <http://www.ncix.gov/publications/reports_speeches/reports/fecie_all/fecie_2004/FecieAnnual%20report_2004_All.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

FRANCE TÉLÉVISIONS. France 5. Emploi: bien vivre le monde du travail. Trouver un emploi: concours fonction publique. Les coulisses de la fonction publique. Les métiers de la fonction publique. **Devenir espion à la DGSE**. Publié le 18 mai 2006. Disponible em: <<http://emploi.france5.fr/emploi/trouver-emploi/concours-fonction-publique/11547811-fr.php>>. Acesso em: 20 jul. 2006.

JUILLET, Alain. Intelligence économique: les tris priorités de la France pour 2005. Entrevistador: Thomas Bronnec. **LExpansion.com**, journaux em ligne, 27 nov. 2004. Disponível em: <http://www.lexpansion.com/art/15.402.79845.0.html>>. Acesso em: 20 jul. 2006.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 48, de 15 de março de 1995. Aprova o Código Penal. In: — Ministério Público. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Legislação. Disponível em: <www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis>. Acesso em: 10 jul. 2006.

———. Serviço de Informações de Segurança (SIS). Programa de Segurança Económica. Disponível em: <<http://pse.com.pt>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

SANDOVAL, Mario. La Inteligencia Económica: la Función y el Papel del Gobierno. **Puzzle – Revista Hispana de la Inteligencia Competitiva**. Barcelona, n.22, p.16-23, mayo/jul. 2006.

PRONABENS: Competitividade e Lucratividade para as empresas instaladas no Brasil

Coordenação-Geral de Economia, Ciência e Tecnologia /
Departamento de Inteligência
Abin



O presente cenário das Relações Internacionais caracteriza-se não só pela complexidade das transações comerciais e financeiras, mas também pela relativa vulnerabilidade dos países a ameaças oriundas de atores não-estatais¹. As transferências de bens sensíveis², aliadas

à disponibilidade de informações, cientistas e pesquisadores, têm ampliado as possibilidades de desenvolvimento de Armas de Destruição em Massa (ADM) pelos referidos atores, aumentando a preocupação com a segurança e a paz internacionais.

A comunidade internacional estabeleceu um modelo de controle que tem, entre seus principais objetivos, o de afastar a ameaça representada pelas ADM. O modelo baseia-se em uma rede de compromissos cada vez mais complexos, sob forma de

¹ “pessoa singular ou entidade que, não atuando sob a autoridade legítima de um Estado, exerce atividades abrangidas pela presente Resolução”. (ONU, 2004).

² § 1º - Consideram-se **bens sensíveis** os bens de aplicação bélica, os bens de uso duplo e os bens de uso na área nuclear, química e biológica;

I - consideram-se **bens de aplicação bélica** os que a legislação defina como de uso privativo das Forças Armadas ou que sejam de utilização característica dessas instituições, incluídos seus componentes, sobressalentes, acessórios e suprimentos;

II - consideram-se **bens de uso duplo** os de aplicação generalizada, desde que relevantes para aplicação bélica; [...]. (BRASIL, 1995, art. 1º).

tratados, convenções e regimes multilaterais de controle, de que são exemplos e dos quais o Brasil é signatário: a Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas (CPAQ), a Convenção sobre a Proibição das Armas Biológicas e Tóxicas (CPAB), o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR) e o Grupo de Supridores Nucleares (NSG).

Por ser signatário dos principais acordos internacionais na área de não-proliferação de ADM, o Brasil obriga-se a controlar as exportações de bens, serviços e de tecnologias sensíveis, bem como as de bens de uso duplo (civil e militar). Esses itens constam de listas nacionais de controle de transferências, referentes às áreas química, biológica, missilística e nuclear.

A Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis (Cibes), integrada por representantes de seis ministérios³, é a Autoridade Nacional responsável pelo controle de exportação desses bens e serviços. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é o órgão coordenador dos trabalhos da Cibes; sua secretaria executiva é a Coordenação-Geral de Bens Sensíveis (CGBE/MCT), a qual é assessorada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O Brasil possui extensa legislação que trata das transferências (exportação e importação) de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e implementa uma série de mecanismos governamentais de controle e acompanhamento. Estes controles têm reflexos diretos na defesa dos interesses do Brasil, tanto no campo comercial quanto no acesso ao conhecimento, elemento indispensável ao desenvolvimento científico e tecnológico. Ao longo dos últimos anos, o Brasil vem trabalhando no aprimoramento dos controles, de forma a possibilitar o cumprimento dos referidos compromissos internacionais.

³ Os Ministérios que compõem a Cibes são: Ciência e Tecnologia; Defesa; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Fazenda; Justiça; e Relações Exteriores.

Para ampliar a presença do Estado brasileiro junto às empresas instaladas no País, optou-se por um trabalho de orientação sobre os controles governamentais existentes na área de bens sensíveis. Busca-se, assim, não somente atender a seus compromissos internacionais, mas também favorecer a atuação dessas empresas em um mercado mundial restrito, de extrema sensibilidade, competitividade e lucratividade.

Para a Inteligência de Estado brasileira, ampliar a capilaridade junto a estas empresas é fator decisivo para resguardar os interesses da nação e para propiciar a antecipação de ações de governo ante quaisquer tentativas de transferências indevidas de bens, serviços e tecnologias controlados.

O Programa Nacional de Integração Estado–Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), desenvolvido em conjunto pelo MCT e pela Abin, foi implementado em 2004. O Pronabens tem como principal objetivo aumentar a integração entre o Estado e as empresas instaladas no Brasil que atuam nas áreas química, nuclear, biológica e missilística, bem como aquelas que atuam em áreas que contribuem para o desenvolvimento e produção de itens de duplo emprego.

O Pronabens realiza visitas técnicas a empresas e instituições selecionadas por meio de equipe composta por servidores do MCT e da Abin. O MCT aborda os aspectos referentes aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e, em função disso, as obrigações das empresas no processo de controle de exportação. Por sua vez, a Abin apresenta a participação da Inteligência de Estado nesse processo, enfocando os cuidados e alertas necessários para que as empresas não sejam utilizadas, por atores estatais e não-estatais, como fornecedoras de programas paralelos de ADM.

Desde sua implementação, foram visitadas 118 empresas e instituições do setor químico em 2004, além de outras 70 no primeiro semestre de 2005. No segundo semestre de 2005, visitou-se o setor nuclear, com 10 empresas e 13 instituições governa-

mentais. Em 2006, iniciou-se o trabalho no setor biológico, onde já foram visitadas 17 empresas e instituições governamentais além de realizadas reuniões e *workshop* com especialistas.

Periodicamente são realizados seminários, com o apoio de entidades de classe do setor industrial, de forma a ampliar o leque das empresas atingidas e maximizar os resultados.

O I Seminário Nacional sobre Controle de Bens Sensíveis foi realizado em 28 de abril de 2005 em São Paulo/SP, com a participação de mais de 80 empresas e instituições do setor químico, e contou com o apoio da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), da Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos (Associquim) e do Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos e Petroquímicos do Estado de São Paulo (Sincoquim). O II Seminário, também com foco no setor químico, foi realizado em 28 de outubro de 2005 em Salvador/BA e contou com o apoio da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) e do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic). O III Seminário foi realizado em 5 de abril de 2006 no Rio de Janeiro/RJ, do qual participaram representantes de todas as instituições governamentais que atuam no setor nuclear. Um IV Seminário ocorrerá no Rio de Janeiro/RJ em 1º de novembro de 2006, abrangendo empresas privadas e instituições governamentais ligadas ao segmento nuclear, que contará com o auxílio da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Nucleares (ABDAN).

Na evolução recente dos temas do desarmamento e da não-proliferação, assume grande importância a Resolução 1.540 do Conselho de Segurança da ONU, adotada em abril de 2004. Ela determina aos Estados a adoção de medidas para proibir, a atores não-estatais, a posse ou a transferência de bens, serviços, tecnologias ou outros meios que possam ser utilizados para o desenvolvimento, produção ou uso de ADM. Por meio do Pronabens, o Brasil é um dos primeiros países a cumprir o item “d” do parágrafo operacional número 8 da citada Resolução, que determina a



criação de mecanismos de orientação à indústria e ao público sobre as restrições ao comércio de bens sensíveis.

Após a realização do III Seminário Nacional sobre Controle de Bens Sensíveis, o Pronabens passou a priorizar a área biológica nas suas atividades

de 2006, realizando visitas a especialistas, centros de pesquisas, empresas e institutos, centros de produção. O objetivo do trabalho é contribuir para a elaboração da proposta brasileira para a Conferência de Revisão da CPAB, ainda em 2006, em Genebra/Suíça, que, dentre outros assuntos, discutirá a formatação da lista de controle de transferência de bens sensíveis para a área biológica.

O MCT, com integral e decisiva assessoria da Abin, está desenvolvendo uma lista de agentes biológicos cujas transferências serão controladas. As visitas técnicas do Pronabens estão servindo para divulgar a CPAB e a lista de controle proposta, além de obter sugestões quanto à instrumentação da Convenção com mecanismos de fiscalização e controle. Assim, os profissionais brasileiros da área poderão avaliar os aspectos da Convenção a serem aceitos ou sugeridos e os que devem ser refutados.

A CPAB, que conta com 151 Estados-Partes e 16 Estados-Signatários, determina que todos os Estados-Partes destruam as armas biológicas eventualmente armazenadas, além de proibir sua fabricação e estocagem. Em seu texto, é proposta a cooperação entre países no desenvolvimento e na aplicação de biotecnologia para fins pacíficos, o que é um ponto polêmico; as novas tecnologias podem, ao mesmo tempo, melhorar o bem-estar das pessoas e ser empregadas no desenvolvimento de armas. A preocupação das autoridades governamentais deve ser,

pois, a criação de meios eficazes de controle da movimentação de insumos que poderiam servir à produção de ADM.

O Brasil tem interesse na instrumentação da CPAB com mecanismos de fiscalização. Além de dar maior credibilidade e transparência ao mercado internacional de produtos biológicos, a atuação da CPAB evitaria denúncias infundadas e intervenções que poderiam colocar em risco o desenvolvimento técnico e científico dessa área nos países. O País busca, ainda, que os mecanismos de fiscalização favoreçam a proteção do conhecimento desenvolvido pelas empresas nacionais e não constituam obstáculos à continuidade das pesquisas.

Durante a Conferência de Revisão da CPAB, o Pronabens será apresentado pela delegação brasileira como modelo de divulgação das normas da Convenção e de trabalho de prevenção à proliferação de armas biológicas.

O Pronabens mostra, de forma concreta, como é possível modernizar a ação do Estado de maneira responsável, objetiva e com resultados efetivos para a sociedade e para o setor empresarial brasileiros. Sua instituição é um marco na atuação da Abin com outros órgãos governamentais e nas relações envolvendo o Estado e o setor empresarial.

O Pronabens exemplifica, de forma inequívoca, como um serviço de Inteligência moderno, democrático, ágil e comprometido com os interesses de mais alto nível do Estado brasileiro pode contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento das suas instituições e o desenvolvimento e a proteção dos interesses do País.

Maiores informações sobre o controle e transferências de bens sensíveis poderão ser obtidos através do Pronabens, no endereço eletrônico da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) (www.abin.gov.br), e da Coordenação-Geral de Bens Sensíveis (CGBE) na Assessoria de Assuntos Internacionais no endereço eletrônico do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) (www.mct.gov.br).

Referências

BRASIL. Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995. Dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. In: ——. Presidência da República. **Base da Legislação Federal do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9112.htm>. Acesso em: 02 jul. 2006.

ONU. Conselho de Segurança. Resolução nº 1.540. [Por ela determina-se que os 191 Estados-Membros “interditem todo agente não-Estatal de fabricar, prover-se, preparar, possuir, transferir, utilizar armas nucleares, químicas ou biológicas e seus vetores, em particular com fins terroristas, e que eles se abstenham de tentativas de se lançarem a qualquer dessas atividades]. In: **Revista Comunicação&política**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2 mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/CbrevistaCePDet.asp?revista=46>>. Acesso em: 02 jul. 2006.

Resumo

HUGHES-WILSON, John. **The Puppet Masters: spies, traitors and the real forces behind world events**. Londres: Cassell, 2005.

por **Helio Maciel de Paiva Neto**
Abin

Em sua função de assessoramento e fornecimento de informação privilegiada a governos e lideranças mundiais, os profissionais de Inteligência se inserem, de forma muito sutil, nos mais altos centros de poder e decisão do cenário internacional, embora tal função geralmente passe despercebida do grande público. Equivaleriam-se, por assim dizer, a verdadeiros *Puppet Masters* (mestres de marionetes) do poder, afastados dos olhos da opinião pública, mas sempre por trás de cada ato dos líderes mundiais frente a suas platéias. Não seria exagero dizer que os serviços de Inteligência seriam, dessa forma, “as verdadeiras forças por trás dos eventos mundiais”.

Traçar uma história da atividade de Inteligência e seu impacto nas decisões dos estadistas, imperadores e generais através dos séculos. Não é outro senão esse o propósito do Coronel John Hugues-Wilson, oficial de Inteligência britânico aposentado, com mais de 30 anos de carreira, em sua obra “*Puppet Masters: spies, traitors and the real forces behind world events*” (Mestres de Marionetes: espiões, traidores e as verdadeiras forças por trás dos eventos mundiais). Busca, dessa forma, suprir uma séria lacuna na literatura do setor, que há muito precisava de uma obra abrangente, completa, e ao mesmo tempo de fácil leitura e compreensão.

Logo no início do primeiro capítulo, o coronel Hugues-Wilson ironiza o velho adágio segundo o qual a Inteligência seria a segunda

profissão mais antiga, atrás apenas da prostituição. Segundo o autor, tal afirmação seria um completo absurdo. Para ele, é óbvio que a Inteligência é a mais antiga ocupação da raça humana, não ficando atrás de nenhuma outra. Isso porque a necessidade de conhecer, de obter informações sobre o ambiente que nos cerca está profundamente enraizada em nossas raízes biológicas e sociais, tanto quanto a necessidade de reprodução. Se, talvez, segundo o autor, Adão tivesse um relatório de Inteligência sobre o que a serpente e Eva estavam tramando, nós não estaríamos na situação em que estamos hoje.

Certamente, Adão não dispunha de tal ferramenta para orientar suas decisões. Mas não demorou muito para os líderes das primeiras civilizações desenvolverem seus próprios aparatos de Inteligência. É muito conhecida a citação bíblica do “pedido de Inteligência” de Moisés no Velho Testamento quanto à configuração das terras de Canaã. O que poucos sabem é que os primeiros registros históricos de coleta de informações e dados são ainda muito mais antigos. Por volta de 3000 anos antes de Cristo, os sumérios e os egípcios registravam o que hoje são considerados os primeiros documentos de Inteligência da história. Tais relatórios dão conta da movimentação de tropas inimigas, seu número de soldados, as armas de que dispunham, enfim, informações necessárias para a efetiva aplicação do poderio militar desses impérios que dominaram o Oriente Médio no alvorecer da história registrada.

O coronel Hugues-Wilson continua sua narrativa ao longo dos 20 capítulos de sua obra de maneira notavelmente agradável e completa, abordando os segredos dos serviços de Inteligência de praticamente todos os Estados da Antiguidade e da Idade Média. Por meio de sua obra conhecemos, por exemplo, os *Fruentarii* e os *Peregrini* Romanos, os agentes do primeiro sistema de Inteligência nacional da história, desenvolvido a partir da rede pessoal de informantes de ninguém menos que Júlio César. Descobrimos, ainda, que a maior prioridade da Inteligência do Império Bizantino era a proteção do conhecimento; por não menos do que quatro séculos, a Contra-Inteligência de Constantinopla conseguiu

preservar dos mouros o segredo da fórmula do “Fogo Grego”: uma mistura de nafta, betume, resina e outros elementos que resultava em um líquido altamente inflamável cuja chama não poderia ser apagada com água.

Avançando ao longo dos anos, a obra em questão aborda a ênfase que deram à atividade de Inteligência os mongóis e os venezianos, no oriente e no ocidente, respectivamente, na Baixa Idade Média. Na mesma época, no ocidente, a Inquisição Católica e, no oriente, os *Hashishin* islâmicos usavam suas redes de informantes como arma para impor o terror religioso nos fiéis e infiéis de seus respectivos credos. Em toda parte, crescia a importância da Inteligência para consolidar a força dos poderosos, para controlar seus súditos e defendê-los de seus inimigos.

Com a Reforma, no séc. XVI, e o surgimento das guerras religiosas na Europa entre protestantes e católicos, emerge aquela que é reconhecida como a primeira grande rede internacional de Inteligência da era moderna, a rede de Sir Francis Walsingham, o chefe do Serviço Secreto da Rainha Elizabeth I. Com agentes de Lisboa a Constantinopla, de Oslo a Argel, nada, em parte alguma da Europa, escapava à Inteligência britânica sob Sir Walsingham. Sua influência foi tanta que, através de ações de sabotagem e pressões político-econômicas, conseguiu atrasar por dois anos o envio da invencível armada espanhola, dando à frota Inglesa o tempo suficiente para se armar e se preparar contra a ameaça hispânica, além de lhe prover dados que foram cruciais para a vitória que consolidou a supremacia britânica nos mares por séculos a fio.

No séc. XVII, contudo, foi o Cardeal Richelieu quem herdou a coroa de grande mestre da Inteligência européia. Apesar de ser um homem da igreja, o Cardeal não mediu esforços, apelando para todas as armas do arsenal da Inteligência em prol da *raison d'état*, a razão do estado, conceito que criou para justificar as ações, muitas vezes ilegais e imorais, em prol do rei e da pátria. Com o *cabinet noir* de Richelieu, a França de Luís XIV, o “Rei Sol”, atingiu

o zênite de seu poder, tornando-se a potência dominante na Europa continental por, pelo menos, mais dois séculos.

Desfazendo uma noção bastante arraigada, o livro afirma que a atividade de Inteligência nos Estados Unidos da América não se iniciou apenas após o ataque japonês em *Pearl Harbour*, mas sim antes mesmo de sua fundação. Nesse sentido, um dos maiores comandantes de Inteligência de sua era foi ninguém menos que George Washington, o pai da independência e primeiro presidente estadunidense. Um veterano das campanhas contra os franceses pelo Québec, Washington conhecia a importância estratégica das informações para a eficiente tomada de decisões. Já em 1777, no princípio da Revolução Americana, ele escrevia para seus ministros: “Cada detalhe deve ter lugar na coleta de informações... tudo depende de obter Inteligência”. Com uma extensiva rede de espões infiltrados e um conhecimento do terreno profundamente superior ao do inimigo, Washington foi capaz de vencer o império britânico, mesmo com um número inferior de tropas e armamentos. A Inteligência estava nas raízes do novo Estado americano.

Na Europa, a era das revoluções se iniciava, com o final do século XVIII e o início do século XIX; com ela, o mito de Napoleão Bonaparte e seu gênio militar que prescindia da Inteligência. Na verdade, o coronel Hugues-Wilson desfaz esse mito, propagado por ninguém mesmo que o próprio Napoleão, desejoso de se vangloriar por suas conquistas e de diminuir a importância crucial de seus colaboradores e informantes. O fato é que Napoleão, em suas vitórias, sempre contou com um elaborado aparelho de Inteligência militar, provendo-lhe informações acuradas, e fornecendo desinformação “valiosa” a seus inimigos. Quando lhe faltou essa Inteligência, ou quando confrontado contra uma estrutura superior a sua, como a do Duque de Wellington, o gênio militar de Napoleão não se mostrou tão genial assim, conforme se observou em Waterloo. Wellington, sem a arrogância de Bonaparte, não se furtou a afirmar: “Todo o negócio da guerra, de fato todo o negócio da vida, é tentar descobrir o que você sabe e o que você não sabe; é o que eu chamo de ‘adivinhar o que está do outro lado do morro’”.

Ao longo do século XIX, a atividade de Inteligência se espalhou por todas as partes do mundo. Ela se encontrava nas polícias secretas dos grandes impérios absolutistas; na guerra civil americana; na corrida do neocolonialista das potências européias sobre as colônias na África e na Ásia. Encontrava-se, enfim, no delicado processo que levou à unificação do Estado alemão sob os auspícios de um dos grandes estadistas daquele século, Otto von Bismarck, e de seu chefe de Inteligência, Wilhelm Stieber, um homem sem escrúpulos, mas que dominou sua área de atuação durante sua época.

Com o início do século XX, o mundo entraria num período de mudanças drásticas e radicais em todos os setores que revolucionariam todas as áreas de atuação humana. No campo tecnológico, o advento da aviação e do rádio diminuiu drasticamente as distâncias, provocando um primeiro impulso do fenômeno que hoje chamamos de globalização. Tais tecnologias provocaram mudanças sensíveis na atividade de Inteligência, o que seria percebido notadamente durante a Primeira Guerra Mundial. O uso do avião como instrumento de obtenção de informações, especialmente fotografias aéreas de reconhecimento, alavancou sobremaneira a Inteligência de imagens. Já o uso do rádio, embora facilitasse e aumentasse a rapidez das comunicações, também levantou a questão da segurança das comunicações, alçando a antiga arte da criptografia a um patamar de relevância até então inédito no cenário estratégico mundial.

No âmbito social, a ascensão da doutrina política do Marxismo revolucionaria as massas em todas as partes do mundo. A emergência da União Soviética no cenário internacional após a Primeira Guerra significou uma nova era, simbolizada pelas legiões de agentes secretos que, de um lado, tentavam fomentar a revolução socialista e, de outro, tentavam impedir que os primeiros obtivessem sucesso. O fato é que, desde 1918, os serviços de Inteligência do leste e do oeste estiveram em conflito, apenas interrompido (e apenas de maneira parcial) com o surgimento de um terceiro poder: o nazi-fascismo totalitário.

A Segunda Guerra Mundial, que foi classificada como a primeira guerra total, também foi uma guerra de Inteligência total. Foi o primeiro conflito no qual a Inteligência tecnológica foi decisiva para sua resolução. Nessa altura do livro, o coronel Hugues-Wilson nos brinda com vários relatos de casos reais ocorridos na Segunda Guerra, mostrando triunfos dos dois lados que oferecem lições valiosas para qualquer profissional da área de Inteligência. É, sem dúvida, um dos momentos mais interessantes de toda a obra.

A Guerra Fria, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, foi a primeira guerra de Inteligência. Em plena era nuclear, se tornou muito perigoso para as superpotências partir para um confronto direto. Dessa forma, o confronto se deu na forma de esporádicas guerras indiretas, em países de terceiro mundo, e na forma do conflito direto entre as agências de Inteligência da União Soviética, entre essas, a KGB, e a recém-criada Agência Central de Inteligência (CIA), o novo órgão de Inteligência dos Estados Unidos da América.

Repleto de casos de infiltrações, sabotagens, recrutamentos, o livro de Hugues-Wilson nos apresenta uma visão satisfatória do que representou a guerra de Inteligência dentro da Guerra Fria. Apesar da crescente importância dos meios técnicos e tecnológicos, percebe-se através de seu relato que o foco jamais deixou de ser o homem. Oficiais de Inteligência estiveram e estão no centro de qualquer serviço de Inteligência bem estruturado, e isso transparece nas lições contidas nas histórias desse período.

O livro avança até o século XXI, e não se furta de falar sobre o grande desafio da Inteligência dos dias atuais – o terrorismo. Relembrando que o terrorismo é tão velho quanto a própria guerra, e que desde sempre foi um método de os mais fracos lutarem contra os mais fortes, o autor se concentra no rápido desenvolvimento que o terrorismo obteve no século XX, notadamente a partir de indicações de que ele poderia ser uma ferramenta vitoriosa no novo cenário mundial: a campanha terrorista que levou o Exército

Republicano Irlandês (IRA) a conquistar a independência da Irlanda, e a criação do Estado de Israel no esteio da campanha de terror dos grupos sionistas Irgun e Stern. Esses exemplos certamente não devem ter passado despercebidos pelos grupos terroristas jihadistas islâmicos da atualidade, que, liderados pela Al-Qaeda e pela figura de Osama bin Laden, introduziram um elemento radical e ainda mais perigoso nessa equação do terror: o atentado suicida.

Concluindo, o coronel Hugues-Wilson retoma o mote inicial, pois se, por um lado, pode-se considerar a atividade de Inteligência a profissão mais antiga da humanidade, ela também é a profissão do futuro. O atual fluxo torrencial de informações, a vulnerabilidade dos sistemas digitais e a proliferação de grupos terroristas evidenciam a importância do oficial de Inteligência, enquanto analista e agente, para proteger a sociedade, em um momento em que ela provavelmente sofre mais ameaças do que nunca. Essas pessoas, muitas vezes desconhecidas, estiveram ao longo da história por trás de reis, príncipes e imperadores, ditando seus movimentos tais como mestres de marionetes, personagens principais do espetáculo, sem, contudo, jamais serem vistos pela platéia. Agora, como antes, eles continuam a servir suas pátrias, escondidos do grande público, mas, mais do que nunca, imprescindíveis para a segurança e o progresso de suas nações.

 **Caso Histórico**

A VERDADE SOBRE MATA HARI

Margareth Gertrude Zelle era uma garota holandesa modesta, dotada daquele encanto precário que deixava os homens inquietos em sua presença. Do seu casamento infeliz com um oficial do Exército colonial holandês, destacado em Java, recolheu apenas uma vantagem: inicia-se no bailado oriental e adota o pseudônimo artístico MATA HARI - O OLHO DO DIA. Com essa duvidosa aquisição, pouco talento, mas muita ambição, volta à Europa convulsionada pela I Grande Guerra. Perambula por vários países - França, Espanha, Inglaterra e Holanda – dando saraus beneficentes, sempre em companhia de oficiais. Essa mania pela farda, ser-lheia fatal. A suspeita de que sob os véus de Mata Hari se escondia uma perigosíssima agente germânica começou firmar-se. Os inexplicáveis e certos afundamentos de navios aliados, bem como o fracasso de várias ofensivas francesas começam a ser vistos como consequência das atividades da enigmática dançarina. É presa com facilidade - andava à vista de todos - e processada, sem direito à defesa. A carreira de Mata Hari se encerra no Forte de Vincennes, na madrugada de 15 de outubro de 1917, diante de um pelotão de fuzilamento.

A enorme notoriedade conquistada por Mata Hari não resistiu, porém, a um exame isento e desapassionado. A História provou facilmente a inconsistência das acusações levantadas contra ela. É que sua fama assentava-se simplesmente num tremendo equívoco: nem espiã, nem artista. A malícia e o talento, indispensáveis a essas duas atividades, Margareth Zelle não os possuía. Era apenas uma mulher ambiciosa e, até certo ponto, ingênua, em busca da consideração

* Artigo publicado na Revista Coletânea L. Brasília: EsNI, ano II, n. 7, fev. 1978. p. 78-89.

pública. Ao obtê-la, afinal, pagou um preço demasiadamente alto. Mesmo sem merecimento, Mata Hari conquistou um lugar na História. Hoje, com certo constrangimento, as enciclopédias francesas estampam sua efígie, acompanhada de uma observação apressada que a define como dançarina de quem se suspeitava ter sido espiã a soldados dos alemães. Depois de Executada, os espantados franceses constataram não existir nos arquivos alemães absolutamente nada sobre Mata Hari.

A despeito disso, a vida de Mata Hari possui uma invejável fortuna bibliográfica. O artigo que aqui se publica - A VERDADE SOBRE MATA HARI - é apenas um dos muitos documentos que, de forma isenta, procura reconstituir a verdade dos fatos. Mas, sua memória sobreviveu a todas essas pesquisas. A humana necessidade de mistérios assegurou-lhe a permanência como mito do nosso tempo.

Como acontece a todo personagem polêmico da História, também Mata Hari foi cercada por uma infinidade de lendas. É verdade, contudo, que Margareth Gertrude Zelle chegou pela primeira vez a Paris em 1903, sem um tostão. Escolheu o Hotel Palace, para onde se dirigiu com suas cinco malas, uma das quais repleta de marrons glacês. Talvez, a primeira providência que tomou para escapar ao anonimato foi sua exclamação, ao entrar no hall do hotel, repleto de gente: “Então é isso que é Paris?” Não deve ter faltado quem julgasse estar ali mais uma das elegantes e dadivosas damas da *dolce vita* européia, ávidas de fama e dinheiro. E estaria certo.

Não podemos pensar na corrupção excitada da *Belle Époque*, em Caporetto e Verdum, no retrato dos avós enfim, sem incluí-lo também: Margareth Gertrude, nascida em 7 de agosto de 1876, em Leeuwarden, Holanda do Norte, com faces e aspirações rosadas e a capacidade de fazer com que os homens pronunciassem frases insensatas. Foi realmente seu diretor, velho oficial reformado das Índias, quem afirmou: “Em Java, vi o retrato de uma moça

bela como você, chamava-se Mata Hari, que quer dizer Olho do Dia”.

Tornou-se baronesa da seguinte forma: seu pai, chapeleiro, passou os melhores anos de sua vida em busca de antecedentes heráldicos e um dia, finalmente, arranhou um pergaminho que o tornava barão. Nessa esperança, tinha falido. Assim, Margareth, embora já há um ano se considerasse Mata Hari, foi obrigada a esfregar pisos e engomar roupas. Os pais estavam em Haia, uma cidade úmida, verde, agitada. E também repleta de oficiais em licença das colônias, especialistas em adolescentes.

Por um belo vestido, Margareth estava disposta a tudo, e começou a ler os anúncios matrimoniais no *Het Niews van den Dag* (Notícias do Dia) “Capitão das Índias, em férias, procura mulher adequada ao seu posto, de preferência com alguma fortuna. Campbell Mac Leod”. O solteirão era escocês e quarentão; o anúncio era uma brincadeira feita por amigos de bar. Recebeu quinze cartas em resposta: venceu Margareth, porque mandara também uma fotografia.

Haia, Java, Paris

Casaram-se três meses depois do primeiro encontro. Ela estava grávida e totalmente encantada com o marido guerreiro, de partida para a ilha de Java. Na colônia, deu à luz o primeiro filho e, três anos mais tarde, nasceu-lhe uma menina que, segundo comentários da época, não era do marido.

Foram tempos difíceis aqueles, com alguns momentos realmente trágicos. Além das constantes e raivosas brigas do casal, as duas crianças foram envenenadas pela babá malaia, como vingança contra o Capitão Mac Leod, que expulsara o seu noivo do Exército holandês. Somente a menina se salvou, após semanas de agonia.

Finalmente, vem a separação. A conturbada família retorna a Amsterdã e, dali, Mata Hari segue sozinha para Paris. A primeira providência é ingressar numa escola de dança e entabular amizade com o porteiro do hotel, que se incumbiu de fornecer-lhe endereços de senhores ricos e apreciadores da beleza feminina oriental.

Num pequeno cabaré, o de madame Kireevsky, conhece o professor Guimet, diretor do Museu Oriental. Foi o primeiro a comparar sua dança uma carícia, a um vôo de pomba e a repuxos de água; foi ele quem jurou que por trás de cada gesto de Mata Hari existiam segredos milenares. Amou-a como se ama a uma sacerdotisa; ela decidiu: "Serei sua concubina".

Havia uma diferença entre ela e as cortesãs tradicionais, que escutam os amigos falarem de esposas gordas e negócios. Mata Hari queria falar, não escutar. O pai, aspirante a barão, os tios velhos, o marido idoso a haviam isolado na personagem da mulherzinha tagarela, tão divertida que distraía. Talvez estivesse apenas em busca de um bom psiquiatra.

De qualquer modo, para ela é um progresso. Mensagens enternecidas de Massenet e Puccini na estréia (estréia, e só) da DANÇA DA PRINCESA E DA FLOR MÁGICA do V ato da ARMIDA de Gluck. A administração do Odéon parisiense hoje recorda: "Devia dançar um bailado árabe em torno do fogo. O resultado do ensaio geral foi deplorável, desconcertante; conseguiu apenas dar alguns requebros com as cadeiras, de uma vulgaridade inaudita. Restituímos seu contrato e a substituímos". Com o contrato em pedacinhos na bolsa, Mata Hari foi convidada pela princesa San Faustino ao palácio Barberini, onde retirou, um depois do outro, todos os véus de Salomé.

Mas é preciso viver

Mata Hari não vive mais em um hotel; alguém lhe ofertou uma vila em Neuilly e um castelinho que pertencera à Pompadour; cavalga todas as manhãs no Bois de Boulogne e, para tudo isso, contri-

buem banqueiros e industriais. Ela, porém, sempre dará preferência aos militares, àqueles que, na manhã seguinte, mandam seus ajudantes levar-lhe rosas.

Quando explode a guerra, tem 38 anos e sente nostalgia de casa. Volta à Holanda, onde o marido e a filha recusam-se a recebê-la. Mesmo assim, permanece durante dois anos.

Paris, que depois torna a encontrar, está debilitada, quase envergonhada por haver aplaudido seus trejeitos. As saias estão se encurtando, há um pouco de tornozelos à disposição de todos. Mata Hari, agora, nos bailes beneficentes, esconde abdômen e ancas numa girândola de véus.

Porém, ela consegue sempre viver à custa de oficiais: os aliados são um pouco como os oficiais de sua adolescência. “A senhora Mac Leod, uma grande artista holandesa, está autorizada a cumprir a sua meritória missão, que consiste em se prodigalizar em favor de nossos soldados”. Assim está escrito no salvo-conduto que Mata Hari solicita para passar uma temporada em Vittel.

Ali, havia um aeroporto (em seguida bombardeado) e um hospital militar, onde se encontrou com o capitão russo Vadim de Massloff, atingido por uma descarga de metralhadora. “Amei apenas ele”, dirá mais tarde.

A propósito da Inglaterra, Mata Hari é ali pouco apreciada; os puritanos sorriem de seu *impolite* erotismo. De Londres chegam as primeiras suspeitas: muito Vittel, muitos bombardeios, muitos passes. O capitão Ladoux, da contra-espionagem francesa, diz-lhe claramente: “Senhora, por acaso não estará passando informação ao inimigo?”. E obscuramente: “Gostaria de fazê-lo para nós?” Mata Hari resplandece: Gosto de aventuras. Se quiserem, será para vocês.” Uma bela desforra sobre a Bella Otero e Sarah Bernhardt. “A que preço?” “Um milhão de francos”. O capitão diz que aceita: mas não lhe confia uma única missão, não lhe dá um franco, continua apenas a observá-la, a fazer de modo que as suspeitas recaiam sobre ela.

Mata Hari se aborrece, e sente medo: “Dêem-me outro passe para a Holanda, por via marítima”; faz escala em Falmouth, ponta extrema de Cornualha: o casal Grant, da contra-espionagem, revista a cabina de Mata Hari; os dois juram que ela é um perigosíssimo agente secreto alemão, de nome Clara Benedix.

Margareth Zelle permanece durante uma semana à disposição da Scotland Yard; e, já com olheiras e desesperada, confia a um jovem funcionário estar a serviço do capitão Ladoux, o qual nega indignado, e sugere que a mandem para longe, para a Espanha, por exemplo, que tanto lhe agrada. Em Madri, é cortejada pelo adido naval germânico, Wilhelm Canaris, o homem que 26 anos mais tarde tentaria uma paz separada contra Hitler. De Canaris passa para Von Kelle, chefe da espionagem alemã. Ladoux esquece tê-la repudiado e comunica-lhe: “Desejo o número dos submarinos alemães em Marrocos”. E Mata Hari consegue alguma coisa. Para os franceses. Enquanto os alemães a consideram “inteligente e preciosa para a causa”.

Disseram que os seus informes teriam ocasionado o afundamento de dezessete comboios aliados, com a conseqüente morte de milhares de soldados; o insucesso de três grandes ofensivas francesas; o torpedeamento do cruzador britânico Hampshire, e a malograda surpresa entre as fileiras alemãs pelo aparecimento dos primeiros carros blindados. Culpa de Mata Hari, a feroz H-21.

Estamos em 1917; e fala-se apenas da *boucherie*, do massacre de Verdum: dez meses de assédios e 1 milhão de mortos; ela procura ainda Vadim, mas acabou-se a hora da facilidade de passes; mandam-na de um guichê para outro, sem resultado e na manhã de 13 de fevereiro, o comissário Priolet entra em seu quarto para prendê-la. Ele e quatro inspetores contra uma Mata Hari de 41 anos, apenas despertada, que absolutamente não desfaz as tranças nem os véus para seduzi-los.

“A hora é grave”

Agora, é uma discreta senhora. Nos cárceres de Saint-Lazare não lhe faltavam, todavia, nem amor nem marrons-glacês: cuidava disso o advogado Edouard Clonet, de 74 anos. O juiz instrutor Pierre Bouchardon a acusara formalmente de espionagem. Acumulam-se as provas (hoje desaparecidas; nos arquivos alemães nunca existiu um agente H-21).

O processo de Margareth Gertrude Zelle durou um dia e meio, não tendo sido admitida nenhuma testemunha a seu favor. Vem a condenação à morte. Do dia da prisão ao de seu fuzilamento, três governos agitaram a França. Briand, Ribot, Painlevé. Até mesmo o Ministro do Interior Malvy foi acusado de traição pela *Action française*. “A hora é grave”, põe-se em movimento o pelotão de execução. Mata Hari tem uma crise apenas quando vê chorar o seu advogado de defesa, mas continua a esperar, a confiar em seus protetores.

Nenhum aparece. Os jornalistas escrevem que ela tinha a pretensão de tomar banhos de leite, com tantas crianças francesas passando fome! Em 15 de outubro de 1917, às cinco da manhã, informam-na de que o pedido de graça fora indeferido. Mata Hari vive bem este momento: chora, presenteia suas roupas às duas assistentes, veste um casaco cinzento, um véu violeta, sapatos quase novos e luvas *mordoré*. Não diz uma palavra no carro que a transporta ao forte de Vincennes. O pelotão de execução é formado por zuavos.

Um deles, Gaston Roche, recorda: “O nosso oficial disse que queria voluntários para o fuzilamento. Apresentou-se um, mas somente porque lhe haviam dito que Mata Hari iria se desnudar diante do pelotão. Então o oficial disse que ele não iria fazer parte do grupo, e que não admitia vulgaridades”. Sempre se tratava de uma mulher, seja lá o que tivesse feito. Mas ninguém se oferecia, e então ele escolheu os homens: “Lembrem-se de que são voluntários” – disse. “Aliás, nenhum de vocês saberá jamais se contri-

buiu ou não para matar Mata Hari. Um dos fuzis está carregado com salvas. Poderá ser teu, ou o teu”.

Ninguém indicou a Mata Hari onde deveria colocar-se, mas ela não hesitou. Pôs-se no lugar exato, de frente para o pelotão. Um oficial adiantou-se com a venda negra nas mãos. Os olhos dela abriram-se, surpresos: “É mesmo necessário?” E foram suas últimas palavras. Cai sobre os joelhos lentamente, e depois fica prostrada, de lado...

Não teve funerais, ninguém se apresentou para reclamá-la. A autoridade militar, visto que ninguém a desejava, pôs seu corpo num furgão e remeteu-o para o hospital de Paris. Nos dois dias em que o cadáver de Mata Hari permaneceu no necrotério, sobre uma mesa, foi velado por dois gendarmes que fumavam cachimbo e passavam o tempo jogando cartas.

Entre os objetos pessoais de Mata Hari foram encontrados 14.251 francos e 65 centavos. Foram confiscados pelo Estado para pagar as despesas do processo. Não se sabe ainda o que aconteceu com seu corpo, se foi cremado, ou despedaçado num estudo de anatomia.

“A justiça foi feita” anunciaram praticamente todos os jornais aliados. Na Rússia, a revolução soviética vencera. O prussiano Von Belov estava para romper a frente italiana em Caporetto. Em Viena, Sigmund Freud, um professor austríaco, de família judia, escrevia livros estranhos, sustentando, por exemplo, que “um ato de Justiça é, sempre, um ato de temor”.

Livros Recomendados

Em português:

CHINA S.A.

Autor: FISHMAN, TED C.

Editora: EDIOURO, 2006

ISBN 8500020105

376 p.

O rastro do dinheiro segue em direção ao novo gigante vermelho. 'China S.A.' acompanha essa trilha ao analisar o desenvolvimento econômico chinês e mostrar a transformação da antiga nação comunista na superpotência de um futuro próximo. Uma trajetória que passa pela industrialização e pela especialização da imensa mão-de-obra local. Com texto envolvente e recheado de exemplos comparativos entre as culturas ocidental e chinesa, 'China S.A.' transformará a maneira pela qual os leitores encaram o futuro da economia mundial.

O IMPÉRIO DA INCOERÊNCIA: A NATUREZA DO PODER AMERICANO

Autor: MANN, MICHAEL

Editora: RECORD, 2006

ISBN 8501072958

378 p.

Sociólogo, Michael Mann argumenta nesta obra que o novo imperialismo norte-americano é, atualmente, um 'novo militarismo', que terá conseqüências desastrosas para os Estados Unidos e para o mundo. Ao dissecar dados sobre os recursos econômicos, políticos, militares e ideológicos acessíveis aos Estados Unidos, Mann expõe a assimetria e a desigualdade entrincheiradas na dinâmica de um 'império incoerente', que cronifica a desordem mundial. Segundo Mann, a estratégia de Washington demonstra uma 'esquizofrenia política'. Essa tendência seria manifestada na cisão entre o multilateralismo e o unilateralismo, sobreposta a uma efetiva falta de habilidade em administrar regiões estrangeiras ou controlar seus supostos Estados aliados ou colaboradores. Considera inconsistentes os fundamentos econômicos e ideológicos desta política externa, cuja estratégia é intervir em países frágeis do Terceiro Mundo, exercendo poder, mas não autoridade. O autor sustenta que os líderes norte-americanos colocam-se como condutores da economia global, mas não conseguem dominá-la, e impõem países mais pobres a um impopular e improdutivo neoliberalismo.

O MUNDO É PLANO

Autor: FRIEDMAN, THOMAS L.

Editora: OBJETIVA, 2005

Quando, daqui a vinte anos, os historiadores se debruçarem sobre a história do mundo e chegarem ao capítulo 'Ano 2000 a março de 2004', que fatos destacarão como os mais importantes? Os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001, e a Guerra do Iraque? Ou a convergência de tecnologia e determinados acontecimentos que permitiu à Índia, China e tantos outros países ingressarem na cadeia global de fornecimento de serviços e produtos, deflagrando uma explosão de riqueza nas classes médias dos dois maiores países do mundo - e convertendo-os, assim, em grandes interessados no sucesso da globalização? Esta obra desmistifica esse admirável novo mundo, permitindo ao leitor compreender o desnorteante cenário global que se descortina diante dos seus olhos. Com sua inigualável habilidade para traduzir complexos problemas econômicos e de política externa, Friedman explica como se deu o achatamento do mundo na aurora do século XXI; seu significado para países, empresas, comunidades e indivíduos; e como governos e sociedades podem e devem se adaptar.

O PODER AMERICANO E OS NOVOS MANDARINS

Autor: CHOMSKY, NOAM

Editora: RECORD, 2006

ISBN 850107098X

460 p.

Aclamado pelo New York Times como o mais importante intelectual vivo, Chomsky é também o mais eloqüente pensador contemporâneo em campanha pela democracia. Em vários sentidos, sintetizou a Nova Esquerda e sua aversão pelo imperialismo norte-americano. Considerado 'um novo Rousseau', ele analisa, em 'O poder americano e os novos mandarins', as contradições da Guerra do Vietnã. Os ensaios deste livro tiveram diferentes origens - uma conferência na Universidade de Nova York, artigos na hoje extinta revista radical Ramparts, ensaios da New York Review of Books. O que os une é o intransigente apego aos princípios igualitários, o implacável empenho de dissecar a crueldade imperial americana e uma devastadora crítica aos intelectuais americanos, os novos 'mandarins' que se mostraram subservientes, aberta ou sutilmente, aos governantes da sociedade.

RELATÓRIO DA CIA: COMO SERÁ O MUNDO EM 2020

Autor: BARBEIRO, HERODOTO

Organizador: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

Editora: EDIOURO, 2006

ISBN 8500017058

239 p.

'O Relatório da CIA - Como será o mundo em 2020' delinea as forças que irão moldar e construir o futuro. Superpotências se defrontarão não com a guerra convencional, mas sim em batalhas ferrenhas por tecnologia, mercado, armas de destruição em massa, corrida espacial e biotecnologia. Em busca da supremacia. Economia, demanda energética, criminalidade, combustíveis, meio ambiente, mudança climática e terrorismo são abordados de forma inteligente, articulada e sutil. Um trabalho profundo e embasado em um aparato estatístico abrangente, produzindo um relatório completo com prognósticos e especulações. Conferências nos cinco continentes foram realizadas pelo National Intelligence Council dos EUA - mobilizando peritos em todo o mundo para a elaboração do livro. A obra conta com o prefácio de Demétrio Magnoli, articulista da Folha de São Paulo e especialista em Geopolítica; com a introdução de Heródoto Barbeiro, âncora da CBN e do Jornal da Cultura além do pós-fácio de Alexandre Adler, um dos mais renomados jornalistas franceses da atualidade. Temas abordados - A revolução tecnológica; O produto interno bruto da Ásia superando o ocidental; Cenário de ficção - o mundo de acordo com Davos; Uma economia em vias de expansão e integração; Potências emergentes - uma paisagem geopolítica em mutação; A ascensão da Ásia - China, Índia, Japão e tigres asiáticos; Países emergentes - Brasil, Rússia etc; A demanda energética; Estados Unidos como potência hegemônica - quanto vai durar?; Insegurança onipresente; A intensificação dos conflitos internos; O terrorismo; Armas de destruição em massa; Um novo Califado; Crescimento do produto interno bruto da China e Índia em relação ao EUA; A população do planeta em 2020; Combustíveis fósseis em 2020; A união européia; Biotecnologia - arma e panacéia; As religiões; O status da mulher em 2020; Índia contra a China; A Europa pode se tornar uma super potência?; As mudanças do clima; O crime organizado; A América latina em 2020; Uma guerra cibernética; A excelência tecnológica americana está em perigo?; As instituições internacionais em crise; As leis da guerra.

SINDICATO DO CRIME, O PCC E OUTROS GRUPOS

Percival De Souza

ISBN: 8500020830

Editora: EDIOURO, 2006

256 p.

Este livro é o resultado de uma minuciosa investigação para se descobrir o que na prática quer dizer crime organizado, o que está por trás do PCC e o que isso pode significar para sua vida. Da região de fronteira às grandes cidades, passando por diversos tipos de presídios e pelos ataques realizados em São Paulo, a organização do crime tem origem, motivações, comando e militantes. Alimenta ódios, possui nomes, rostos e personagens. Histórias tão reais que parecem ficção. O livro documenta, prova, entrevista, denuncia, exhibe, revela, traz à tona o que muitos pretendiam que ficasse encoberto. Segredos guardados durante muito tempo estão expostos em 'O Sindicato do Crime'.

Em outras línguas:

FIASCO - AMERICAN MILITARY ADVENTURE IN IRAQ

Autor: RICKS, THOMAS

Editora: PENGUIN USA, 2006

ISBN 159420103X

282 p.

The American military is a tightly sealed community, and few outsiders have reason to know that a great many senior officers view the Iraq war with incredulity and dismay. But many officers have shared their anger with renowned military reporter Thomas E. Ricks, and in 'Fiasco', Ricks combines these astonishing on-the-record military accounts with his own extraordinary on-the-ground reportage to create a spellbinding account of an epic disaster. As many in the military publicly acknowledge here for the first time, the guerrilla insurgency that exploded several months after Saddam's fall was not foreordained. In fact, to a shocking degree, it was created by the folly of the war's architects. But the officers who did raise their voices against the miscalculations, shortsightedness, and general failure of the war effort were generally crushed, their careers often ended. A willful blindness gripped political and military leaders, and dissent was not tolerated.

SERVICIOS DE INTELIGENCIA, FUERA DE LA LEY?

Autor: RUEDA, FERNANDO

Editora: EDICIONES B, 2006

ISBN 846662418X

Oscuridad, silencio, persecuciones, escuchas, asesinatos..., un mundo cinematográfico y literario apasionante que ha nacido bajo el manto del espionaje. Pero ¿qué es en realidad un espía? ¿Qué funciones tiene? ¿A qué se dedica? De nuevo la opacidad es la respuesta. Nada se sabe, nada se cuenta.

La información es poder y la información procesada, inteligencia. La inteligencia permite al poder tomar decisiones desde un conocimiento profundo y razonado de los hechos.

Pero surgen las siguientes preguntas: ¿Quién hace inteligencia en España? ¿Bajo el mando de quién? ¿Hasta dónde llegan sus misiones y poderes? ¿Cómo están organizados los servicios? ¿Cómo se les controla?

Este libro intenta desmenuzar todas estas incógnitas convirtiéndose en la primera historia que se hace de los servicios de información e inteligencia españoles: desde la guerra civil hasta el 11-M y los últimos incidentes de Irak y País Vasco, pasando por el franquismo, el 23-F o la guerra sucia contra ETA. El profesor Antonio M. Díaz se remonta a la época de los Reyes Católicos y sigue la trayectoria del espionaje a lo largo de los siglos para analizar la evolución de los servicios de inteligencia en España. Una investigación que ha llevado a cabo a través de documentos desclasificados que ven la luz por primera vez, y más de doscientas entrevistas con políticos, estudiosos y personas del entorno de La Casa o que tuvieron que ver con los servicios del franquismo, de la transición y de la democracia. Asimismo establece un estudio comparado con los servicios de inteligencia de los principales países del mundo, desde Israel a Estados Unidos, pasando por Suecia y Nueva Zelanda.

En suma, un recorrido ameno y accesible a todos los públicos, salpicado de anécdotas, en el que el autor da la máxima transparencia a todos los recovecos, entresijos y complejidades que rodean el secreto, los espías y los servicios de inteligencia en la España y en el mundo de nuestros días.

<http://www.agapea.com/Los-servicios-de-inteligencia-espanoles-n215714i.htm>

THE WAR OF THE WORLD: HISTORY'S AGE OF HATRED 1914-1989

Autor: FERGUSON, NIALL

Editora: PENGUIN UK, 2006

ISBN 0713997087

The world at the beginning of the 20th century seemed for most of its inhabitants stable and relatively benign. Globalizing, booming economies married to technological breakthroughs seemed to promise a better world for most people. Instead, the 20th century proved to be overwhelmingly the most violent, frightening and brutalized in history with fanatical, often genocidal warfare engulfing most societies between the outbreak of the First World War and the end of the Cold War. What went wrong? How did we do this to ourselves? 'The war of the world' comes up with the answers to these questions.

* Os resumos dos livros foram retirados do site da Livraria Cultura: www.cultura.com.br, exceto o livro *Servicios de inteligencia, fuera de la ley?* de Fernando Rueda.

Cartas do Leitor

Dirijo-me a vossa Senhoria com o objetivo de expressar manifesto por notória iniciativa desta Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, através da Coordenadoria da Comissão Editorial da Revista Brasileira de Inteligência como importante veículo técnico de comunicação e agradecer pelo envio de um exemplar a este Centro de Altos Estudos, pelo que em data oportuna estaremos contribuindo como este veículo de comunicação.

Márcio César Dantas Pereira – MAJ QOBM/Comb
Comandante do Centro de Altos Estudos de Comando, Direção e
Estado-Maior-CAECDEM

Agradeço a V.Sa. o envio da Revista Brasileira de Inteligência e apresento cumprimentos pela iniciativa de editar esse importante veículo de divulgação do pensamento de inteligência.

Louis Jackson Josué Costa - Brigadeiro-do-Ar
Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica –CIAER

Em atenção ao recebimento da publicação Revista Brasileira de Inteligência, enviada a esta Diretoria de ensino, dirijo-me a V. S^a no sentido de agradecer por tal iniciativa, informando que disponibilizamos o material para a biblioteca dos cursos de oficiais desta corporação, onde certamente será de grande valia para subsidiar estudos e motivar o desenvolvimento de pesquisas no tema.

Na oportunidade manifestamos o interesse em continuar recebendo a publicação para composição do nosso acervo.

Oswaldo Nunes de Freitas – Cel. Corpo de Bombeiros Militar do
Distrito Federal - QOBM/Comb. Diretor de Ensino e Instrução

Agradeço a gentileza da remessa da Revista Brasileira de Inteligência, com os meus cumprimentos pela iniciativa da publicação, que certamente contribuirá para o debate e a difusão dos temas peculiares à atividade de Inteligência.

Rubem Peixoto Alexandre - Gen. Div.
Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica-DIE
Ministério da Defesa-MD

Agradeço a Vossa Senhoria a gentileza pelo envio da Revista Brasileira de Inteligência, contendo informações de grande valia para a conscientização sobre os trabalhos desenvolvidos na área de inteligência.

Faço propícia a oportunidade para expressar os meus sentimentos de especial consideração e apreço.

Odil Martuchelli Ferreira - Brigadeiro-do-Ar
Subchefe de Inteligência do Estado-Maior de Defesa
Ministério da Defesa

Agradeço a gentileza da remessa do exemplar da Revista Brasileira de Inteligência e cumprimento essa Comissão Editorial pela abordagem das questões de interesse, desenvolvidas no universo das atividades de inteligência, formulando, por meio deste, votos de sucesso e pleno êxito.

Uéliton José Montezano Vaz - Gen Bda
2º Subchefe do Estado-Maior do Exército
Ministério da Defesa

Normas Editoriais

A Revista Brasileira de Inteligência é uma publicação da Agência Brasileira de Inteligência que tem como principais objetivos: divulgar a atividade de Inteligência; promover a difusão e o debate de idéias acerca de temas relacionados com a atividade de Inteligência; servir como veículo para promoção da cultura dessa atividade de Estado destinada a assessorar o processo decisório nacional.

A Revista Brasileira de Inteligência aceitará a participação de colaboradores, internos e externos, por meio da inserção de artigos que atendam aos objetivos acima fixados e às seguintes regras:

1 Tipos de colaboração aceitos

Trabalhos relacionados com a atividade de Inteligência que se enquadrem nas seguintes modalidades:

1.1 Ensaio: composição em que o autor expressa, mediante a organização de dados, informações e idéias, sua visão crítica e analítica sobre determinada questão;

1.2 Crônica: texto redigido de forma livre e pessoal, que tem como temas fatos ou idéias da atualidade ou da vida cotidiana;

1.3 Conto: narrativa concisa, que contém unidade dramática e cuja ação concentra-se num único ponto de interesse;

1.4 Anedota: relato sucinto de fato jocoso ou de particularidade engraçada de figura histórica ou lendária;

1.5 Lenda: narração em que fatos históricos são deformados pela imaginação popular ou pela imaginação poética;

1.6 Mito: narrativa de significado simbólico, sem correspondente na realidade, geralmente enfocando a origem de determinado fenômeno, instituição, etc., transmitida de geração em geração e considerada verdadeira por um grupo;

1.7 Entrevista: texto reproduzindo diálogo do autor com pessoa(s) de notório saber ou reconhecida competência, no caso específico, em área de interesse da atividade de Inteligência;

1.8 Resenha: revisão crítica de texto relevante;

1.9 Resumo: apresentação, concisa e de forma isenta (sem emissão de juízos de valor), do conteúdo de artigo, livro, filme, tese, dissertação e outros documentos;

1.10 Informativo: apresentação de notícias e eventos, no caso específico, de interesse da Atividade de Inteligência;

1.11 Carta: manifestação de impressão, opinião, sugestão ou crítica relativas a matérias publicadas na Revista;

1.12 História em quadrinhos: narração, baseada em fato ou ficção, feita por meio de desenhos e legendas dispostos em pequenos quadros; e

1.13 Charge: representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e de conhecimento público.

2 Envio de colaboração

2.1 As matérias devem ser enviadas para o endereço eletrônico revista@abin.gov.br, via Internet ou Intranet Abin, acompanhadas da Ficha de Identificação do Autor (Anexo I) preenchida.

2.2 Solicita-se Declaração de Responsabilidade (de conformidade com o Anexo II), que, após preenchida e assinada, deve ser encaminhada para o seguinte endereço:

Comissão Editorial da Revista Brasileira de Inteligência
SPO, Área 5, Quadra 1, Bloco K
Brasília – DF – Brasil
CEP: 70.610-200.

2.3 Textos para apreciação devem consistir de no máximo 10 laudas e estar acompanhados de resumo informativo de até cinco linhas, ambos redigidos no formato *Word* (ver item 5).

2.4 Textos nos idiomas inglês e espanhol também serão aceitos.

3 Procedimentos da Comissão Editorial

3.1 A seleção de artigos e a definição quanto à conveniência e à oportunidade de publicação competem à Comissão Editorial da Revista.

3.2 Durante o processo de avaliação, a Comissão Editorial assegura o anonimato dos autores e dos avaliadores, permitindo a estes últimos liberdade para julgamentos e avaliações.

3.3 Em sua avaliação, a Comissão considerará aspectos éticos e relativos a conteúdo e apresentação da matéria. Ela poderá: aceitar integralmente o trabalho (sem necessidade de reparos de conteúdo); aceitá-lo em parte, propondo alterações, correções ou complementação no conteúdo; ou recusá-lo.

3.4 Correção gramatical do trabalho poderá ser feita independentemente de consulta ao autor.

3.5 Os trabalhos selecionados pela Comissão Editorial serão enviados para aprovação do Conselho Editorial da Abin, que poderá fazer uso de consultores *ad hoc*, a seu critério.

3.6 Os autores serão notificados da aceitação parcial ou total ou da recusa de sua contribuição.

4 Outras informações

4.1 As matérias, mesmo que não publicadas, não serão devolvidas aos autores.

4.2 A Revista não remunera pelas colaborações.

4.3 Cada autor receberá dois exemplares do número da revista em que sua matéria for publicada.

4.4 Todos os direitos sobre a Revista são reservados e protegidos pela lei de direitos autorais.

4.5 A publicação de matérias na Revista condiciona-se à assinatura, pelo autor ou responsável, de termo de cessão dos direitos autorais à Abin.

4.6 A publicação, em outros meios de comunicação ou obras literárias, de artigos da Revista, bem como de partes de textos que excedam 500 palavras e de tabelas, figuras, desenhos ou ilustrações, está condicionada à autorização expressa da Abin.

4.7 A reprodução total ou parcial de artigos da revista é permitida, desde que citada a fonte.

4.8 A citação dos artigos, em outras obras ou qualquer outro meio de comunicação, é permitida desde que citada a fonte.

4.9 Artigos enviados à Revista que contiverem partes extraídas de outras publicações deverão obedecer às normas relativas a direitos autorais, para garantir a originalidade do trabalho.

4.10 Recomenda-se evitar reprodução de figuras, tabelas, desenhos ou ilustrações copiados de outras publicações. Caso não seja possível, é necessário citar a fonte do trabalho original.

5 Forma de apresentação dos textos

5.1 Os trabalhos deverão seguir os critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os quais, durante a editoração, serão adaptados ao projeto e formato editorial da Revista.

5.2 Formatação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
Formato do papel	A4 (210 mm x 297 mm)
Fonte	Arial
Tamanho	Título e subtítulo: 14, caixa baixa, negrito, justificado à esquerda Título das subdivisões: 12, caixa baixa, negrito, justificado à esquerda
	Texto: 12
	Nota de rodapé e citação bibliográfica: 10
Estilo	Normal
Margem	Superior: 2,0 cm
	Inferior: 2,0 cm
	Direita: 2,0 cm
	Esquerda: 2,5 cm
Espaçamento	De 1,5 entre linhas; espaço simples nos textos de citação.
Parágrafo	Recuo de 2 cm.
Abreviatura	Ao ser inserida no texto pela primeira vez, deverá estar entre parênteses e precedida de seu significado por extenso. Quando for composta de mais de três letras e pronunciada como palavra (acrônimo), apenas a inicial deverá ser maiúscula. Exemplos: Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); Agência Brasileira de Inteligência (Abin).
Palavra estrangeira	Grafar em itálico. Exemplo: <i>ad doc</i> Nomes de agências, entidade e organismos devem ser traduzidos ou adaptados para o português (em fonte normal), seguidos da sigla original, entre parênteses. Exemplo: Agência Central de Inteligência (CIA).
Referência bibliográfica	Observar a NBR 6023/2002 da ABNT. Apresentar referência completa em lista ao final do texto. Exemplos de referência: GROTIUS, Hugo. O direito da guerra e da paz . Ijuí: Unijuí, 2004. LAFOUASSE, Fabien. L'espionage em droit international. In: Annuaire française de droit international . Paris: CNRS, 2001. v. 57, p. 63-136. BAKER, Christopher D. Tolerance of international espionage: a functional approach . Disponível em: < http://inteldump.powerblogs.com/files/espionage.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2005. BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p.28.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
Citação	<p>Observar a NBR 10520/2002 da ABNT. Citação é a menção, no texto, de informação extraída de outra fonte. Pode ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Citação direta – transcrição textual literal de parte da obra do autor consultado. A citação no texto, se ocupar até 3 linhas, deve ser transcrita entre aspas duplas, incorporada ao parágrafo.; se ocupar mais de 3 linhas, deve ser apresentada em parágrafo isolado, com recuo de 4 cm, sem aspas, e letras tamanho 10. Incluir o sobrenome do autor, data, volume, página da fonte consultada. <p>Exemplos: "A morte é a fronteira da liberdade. Ela não é o alvo da vida, mas o seu ponto final." (GIANNETTI, 2005, p.61)</p> <p>Paoli e Almeida (1996, p.190) chamam a atenção para a presença desses segmentos no espaço da cidade, a partir das soluções que encontram em sua ocupação. [...] O próprio espaço urbano se redesenha: antigos bairros são reinventados em sua ocupação, as ruas se enchem de ambulantes, mendigos, vendedores itinerantes, pequenos golpistas, crianças de rua, todos com estratégias próprias de sobreviver que incluem um conhecimento sofisticado dos próprios recursos técnicos da cidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Citação indireta ou livre – O autor reproduz com suas próprias palavras o pensamento de, outrem, não necessitando de aspas. A citação de páginas é opcional. <p>Exemplos: Tal é a visão política de Toni Negri (1993) ao considerar – como estratégia de novas realizações – o poder constituinte.</p> <p>Este processo é cíclico e deve ser realimentado constantemente (CHOO, 1998).</p>
Nota de rodapé	<p>Observar a NBR 10520/2002 da ABNT. Destina-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações, que não devem ser incluídas no texto, para não interromper a seqüência lógica da leitura. A nota deve aparecer na mesma página em que ocorre a chamada numérica no texto. A numeração deve ser única e consecutiva para cada capítulo ou parte. Ela deve ser separada do texto por um traço de 3 cm. Utilize letra tamanho 10. A nota de rodapé pode ser de referência ou explicativa. Pode ser usada para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicar a fonte de uma citação, ou seja, uma obra da qual se extraiu uma frase, ou da qual se utilizou uma idéia ou informação; • Fornecer a tradução de uma citação ou sua versão original; • Fazer observações e comentários adicionais; • Indicar trabalhos apresentados em eventos, mas não publicados; • Indicar dados obtidos por meio de contatos informais. <p>A primeira nota de referência deve ser na íntegra. As subseqüentes citações da mesma obra podem ser referenciadas de forma abreviada, utilizando as expressões: idem (mesmo autor), ibidem (na mesma obra), apud (citado por) e outros</p>